



INSTITUTO FEDERAL
Sul-rio-grandense

Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Pró-reitoria de Ensino

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
Eline Neves Braga Nascimento

Reitor
Marcelo Bender Machado

Vice-Reitora
Janete Otte

Concepção Técnica e Organização:

Pró-reitor de Ensino
Ricardo Pereira Costa

Pró-reitor Adjunto de Ensino
Rafael Krolow Santos Silva

Chefe do Departamento de Políticas Educacionais
Márcia Miller Gomes de Pinho

Pesquisa e Redação:

Chefe do Departamento de Políticas Educacionais
Márcia Miller Gomes de Pinho

Servidores Colaboradores:

Ernesto Monteiro Perez
Maria de Fátima Ribeiro de Almeida
Patrícia Mendes Calixto

Estagiários:

Douglas Fensterseifer Weissheimer
Fernanda Specht Lemos

Comissões¹:

Comissão Central:

Ricardo Pereira Costa - Pró-reitor de Ensino - Presidente da Comissão Central
Rafael Krolow Santos Silva - Pró-reitor Adjunto de Ensino
Márcia Miller Gomes de Pinho - Departamento de Políticas Educacionais/PROEN
Liliane da Costa Ores - Departamento de Assistência Estudantil/PROEN
Miguel Arcanjo Vidinha Baneiro - Pró-reitoria de Extensão e Cultura
Andreia Cabral Colares Pereira - Departamento de Ações Inclusivas/PROEX
Mário Leonardo Boéssio - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Giulia D'Ávila Vieira - Campus Bagé
Marta Helena Tessmann Bandeira - Campus Camaquã
Patrícia Mendes Calixto - Campus Charqueadas
Ricardo Lopes Bertoldi - Campus Gravataí
Alexandre Macedo Pereira - Campus Avançado Jaguarão
Claire Gomes dos Santos - Campus Lajeado
Richard Silva Martins - Campus Avançado Novo Hamburgo
Maria Carolina Fortes - Campus Passo Fundo
Endrigo Pino Pereira Lima - Campus Pelotas
Amauri Costa da Costa - Campus Pelotas Visconde da Graça
Miguel Ângelo Pereira Dinis - Campus Santana do Livramento
Rita de Cássia Dias Costa - Campus Sapiranga
Fábio Roberto Moraes Lemes - Campus Sapucaia do Sul
Fábio Lorenzi da Silva - Campus Venâncio Aires

Comissões Locais:

Bagé:

Giulia D Ávila Vieira - Presidente
Alissandra Hampel - Supervisão Pedagógica
Eugênia Squeff de Oliveira - Psicologia e Orientação Educacional
Alexandre Oliveira Silva – Orientação Pedagógica
Letícia Santos da Silva - Assistência Estudantil
Tiago Wally Hartwig - Coordenação de cursos
Fabiane Nunes Prates Camargo - Ações Inclusivas
Michele Antonia Ferreira de Oliveira - Técnico-administrativos Iuri Barcelos Pereira Rocha, Leandra Zafalon Jaekel e Gisele Aparecida Vivan -Docentes
Douglas Medeiros Vieira Madruga - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Gravataí:

Ricardo Lopes Bertoldi - Presidente
Fernanda Bueno Braga - Supervisão Pedagógica
Monica Knopker – Orientação Pedagógica
Wagner Souza Saldanha - Psicologia
Marla Barbosa Assumpção - Assistência Estudantil
Fernando Abrahão Afonso e Hunder Everto Correa Junior - Coordenação de Cursos
Eduardo Ramos da Silva - Ações Inclusivas
Vitor de Abreu Rodrigues - técnico-administrativos
Cleia Andrade Salles e Hércules Borges Rodrigues - docentes
Bruno Scoti e Leonardo Lorenzato de Brito - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

¹ A Portaria das Comissões será definitivamente atualizada a partir da posse das novas equipes de gestão da Reitoria e dos campi.

Camaquã:

Marta Helena Tessmann Bandeira - Presidente
Solange Araújo Dias Lopes - Supervisão Pedagógica
Manoela Wendler Fernandes - Psicologia e Orientação Educacional
Ana Paula Nedel - Assistência Estudantil
Anderson dos Santos Ritta, José Airro Flach, Luciano Beiestof Rocha, Guilherme Karsten Schirmer, Roberto Rodrigues Vieira Junior - Coordenação de cursos
Patrick Machado Kovalski - Ações Inclusivas
Luciana Fraga Hoppe - Técnico-administrativos
Tales Emilio Costa Amorim - Docentes
Mariana Helena Tessmann Bandeira - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos
Antônio Marcos Pacheco Coutinho - Registros Acadêmicos

Lajeado:

Claire Gomes dos Santos - Presidente
Michele Roos Marchesan - Supervisão Pedagógica
Helena Miranda da Silva Araújo - Psicologia e Orientação Educacional
Rodrigo Biehl - Assistência Estudantil
Péricles Purper Thiele - Coordenação de cursos
Veranice Dalmoro - Técnico-administrativos
Naiara Dal Molin - Docentes

CaVG:

Amauri Costa - Presidente
Elisane Ortiz de T. Pinto - Supervisão Pedagógica
Lourdes Helena Dummer Venzke - Orientação Educacional
Fernando Jassin Gutierrez - Assistência Estudantil
Fabiane Pereira Gentilini, Ricardo Monte Martins, Beatriz Helena Viana Castro, Francisco Marinaldo Fernandes Corlett, Maria de Fátima Magalhães Jorge, Luise Anita Wulff Al Alam, Francine Ferreira Cassana, Antônio Cardoso Oliveira, Elisane Schwartz, Nelson Luiz Reyes Marques, Elder da Silveira Latosinski, Luís Alberto Echenique Domingues - Coordenação de cursos
Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho - Ações Inclusivas
Darlene Rosa da Silva, Simone Teixeira Barrios - Técnico-administrativos
Diego Braga de Castro - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Santana do Livramento:

Miguel Ângelo Pereira Dinis - Presidente
Vanessa de Cássia Pistóia Mariani - Supervisão Pedagógica
Marta Fervenza Ribeiro - Psicologia
Patrícia Soares Khairallah - Orientação Educacional
Graciele Melo Dorneles - Assistência Estudantil
Alfredo Parteli Gomes, Fabrício Neitzke Ferreira, Luciana Rodrigues Nogueira, Miguel Ângelo Pereira Dinis - Coordenação de cursos
Gabriela Oliveira Guerra - Técnico-administrativos
Marcio Junglos - Docentes
Pedro Eula Marques - Registros Acadêmicos

Novo Hamburgo:

Richard Silva Martins - Presidente
Deloíze Lorenzet e Dulce Regina Souza - Supervisão Pedagógica e Assistência Estudantil
Erivelto Bauer de Matos - Coordenação de cursos
Mauro Castro Martin - Técnico-administrativos
Angela Selau Marques e Carla Cristiane Martins Vianna - Docentes
Cristiano Aparecido Lessa - Representante Discente

Passo Fundo:

Maria Carolina Fortes - Presidente
Adriana Schleder - Supervisão Pedagógica
Paula Mrus Maria - Assistência Estudantil
Alexsander Furtado Carneiro, Alessandro Fernandes Della Vecchia, Adilso Nunes de Souza,
Jaqueline Pinzon - Coordenação de cursos
Juliana Favretto - Ações Inclusivas
Maria Cristina de Siqueira Santos - Técnico-administrativos
José Antônio Oliveira de Figueiredo - Docentes
Kélen Lutyara de Assumpção Wagner, Débora Dala Maria Vizioli -
Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Charqueadas:

Patrícia Mendes Calixto - Presidente
Ana Paula da Costa - Supervisão Pedagógica
Milene Mabilde Petracco, Elizinei Rodrigues Bico - Psicologia e Orientação Educacional
Elizinei Rodrigues Bico - Orientação Pedagógica
Denise Ramos Cernicchiaro - Assistência Estudantil
Calebe Michael de Oliveira Conceição, João Orlando Olle Correa, Julianio Costa Machado,
Diego da Silva Serra - Coordenação de cursos
Iara Cecília da Rosa Ribeiro - Ações Inclusivas
Marcelo Leão Bizarro - Técnico-administrativos
Diego Afonso da Silva Lima - Docentes
Thais Milena Freitas de Almeida, Fernando Franco da Silveira, Gabriele da Silva
- Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Sapiranga:

Rita de Cassia Dias Costa - Presidente
Marja Leão Braccini - Supervisão Pedagógica
Gisele Lopes Heckler - Psicologia e Orientação Educacional
- Orientação Pedagógica
- Assistência Estudantil
Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Marcos Giovane de Quevedo Rijo, Maurício Santos,
Rafael Bohrer Ávila - Coordenação de cursos
Chaianne Jirkowski - Ações Inclusivas
Diego Alessandro Pereira dos Santos - Técnico-administrativos
Fernando Rodrigues Montes D'Oca - Docentes
Wesley dos Santos - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos
Katiusse Içara Alves - Assistente Social

Venâncio Aires:

Fábio Lorenzi da Silva - Presidente
Josi Aparecida Freitas - Supervisão Pedagógica
Daniela Skrowonski - Psicologia e Orientação Educacional
Vanessa Fontoura Fischborn - Assistência Estudantil
Fabricio Luis Haas - Coordenação de cursos
Ana Luiza Portela Bittencourt - Ações Inclusivas
Fernanda Schinden Dallamico Kirst - Técnico-administrativos
Daniel Pezzi da Cunha - Docentes
Mariana Mattie - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Sapuçaia:

Fábio Roberto Moraes Lemes - Presidente
Patrícia Toma Eltz, Patricia Pinto Wolffbutell.- Supervisão Pedagógica

Henryketa Maria Rodrigues Fernandes Porto - Assistência Estudantil
Eduardo Cristiano Milke, Walter Romeu Bica Junior, Roberto Mauricio Bokowski
Sobrinho, Maria Helena Polgati Moreira, Guilherme
Reichewald Junior, Sandro Azevedo de Carvalho, Roberto Luiz Rodrigues Ferreira -
Coordenação de cursos
Roger Sauandj Eias, Leonardo Renner Koppe e Maria de Fátima Silveira Medeiros - Ações Inclusivas
Aline Severo da Silva - Técnico-administrativos
Claudia Ciceri Cesar e Vanessa de Oliveira Dagostim Pires - Docentes
José Luidi do Amaral, Felipe Eduardo Drogon Cassel e Rafael Xavier -
Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Jaguarão:

Alexandre Macedo Pereira - Presidente
Cátia Simone de Cardozo Xavier - Supervisão Pedagógica
Alexandre Macedo Pereira - Psicologia e Orientação Educacional
Aline Nunes da Cunha de Medeiros - Assistência Estudantil
Aline Campelo Blank Freitas - Coordenação de cursos
Rafael Barbosa Porcellis da Silva - Ações Inclusivas
Bruna de Oliveira Farias - Técnico-administrativos
Evandro Fernandes - Docentes

Pelotas:

Endrigo Pino Pereira Lima – Presidente
Guilherme Costa da Motta - Chefe do Departamento de Ensino de Formação Geral
Vinicius Costa da Costa – Coordenador da disciplina de Educação Física
Marco Antonio Adamoli – Coordenador da Área de COLINC
Milton Britto de Almeida – Coordenador da área de CINAT
Lupi Scheer dos Santos – Coordenador da disciplina de Matemática
Eliete Regina Bertazzo Canterle – Coordenadora da disciplina de Biologia
Veridiana Krolow Bosenbecher – Coordenadora da disciplina de Química
Gládis Maria Brisolara Nogueira – Coordenadora da disciplina de Física
Jacqueline Marques Tavares – Coordenadora da área de COCIHTEC
Dagnon da Silva Ribeiro – Chefe do Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio
Marina Mendonça Loder - Coordenador do Curso Técnico em Comunicação Visual
Liege Lannes – Coordenadora Curso Técnico em Design de Interiores
João Roger Sastre – Coordenador Curso Técnico de Edificações
Rubinei Ferraz – Coordenador Curso Técnico em Eletromecânica
Jonathas Quincoses Lopes – Coordenador Curso Técnico em Eletrônica
Flávio Ney da Silva Franco – Coordenador Curso Técnico em Eletrotécnica
Paulo Eduardo Grischke – Coordenador Curso Técnico em Mecânica
Leandro Oliveira – Coordenador Curso Técnico em Química
Paulo Fernando Aranalde Morales – Coordenador Curso Técnico em Telecomunicações
Lilian Dilli Gonçalves – Coordenadora Curso de Educação em Jovens e Adultos
Daniel Ricardo Arsand - Chefe do Departamento de Ensino de Graduação e de Pós-graduação
Marcelo Peske Hartwig – Coordenador do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental
Jocelito Saccol de Sá – Coordenador do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental
Ricardo Santos Lokchin – Coordenador do Curso Tecnologia em Sistemas para Internet
Luciane Albernaz de Araujo – Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação e Informática
Daniela Velleda Brisolara – Coordenador do Curso de Bacharelado em Design
Adilson Melcheque Tavares – Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica
Régis da Silva Pereira – Coordenador do Curso de Engenharia Química
Jenice Tasqueto de Mello – Curso de Especialização em Educação
Clóris Maria Freire Dorow - Curso de Especialização em Linguagens Verbais, Visuais e suas
Tecnologias

Leomar da Costa Eslabão - Curso de Especialização em Educação Profissional com Habilitação para Docência

Ana Paula de Araujo Cunha – Curso de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia

Bárbara Hess Garré, Adriana de Leon, Silvia Ana Crochemare Bettin, Clarice Francisco Brauner, Helena Miller, Márcia Helena Sauaia Rostas, Beatriz Helena Siqueira Katrein, Neuza Maria Correa da Silva, Rosane Bom Husken, Maria Regina Lima – Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional

Marlene Katrein da Costa – Coordenadora de Assistência Estudantil

Daniela Giusti – Assistente Social

Josiara Affonso – Assistente Social

Leticia Galery Medeiros – Psicóloga

Rovena Batista Severo - Psicóloga

Rafael Orlando Mendes – Discente do Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet

Luiza Roloff Falck – Discente do Curso de Engenharia Química

Talisson Ferreira – Discente do Curso Técnico em Telecomunicações

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Pró-reitoria de Ensino

Endereço: Rua Gonçalves Chaves, 3218 (sala 324) – Bairro Centro – Pelotas/RS

CEP: 96015-560

E-mail: proen@ifsul.edu.br

Telefone: (53) 3026-6069

www.ifsul.edu.br

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	10
Lista de Quadros.....	14
Lista de Figuras.....	15
Lista de Gráficos	16
I – IDENTIDADE INSTITUCIONAL.....	19
1.1. Histórico de implantação e desenvolvimento do IFSul.....	19
1.2. Conjuntura atual e desafios institucionais	20
1.3. Importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para a inclusão social na região.....	24
II – JUSTIFICATIVA.....	26
III – OBJETIVOS	29
3.1. Objetivo Geral:	29
3.2. Objetivos Específicos:.....	29
IV - MARCOS CONCEITUAIS.....	30
4.1. Evasão escolar: concepções institucionais.....	30
4.1.1. A caracterização híbrida da evasão escolar	30
4.2. Parâmetros de êxito e fracasso escolar: desvelando os sentidos da qualidade educacional....	33
4.3. O fracasso escolar para além da agenda paramétrica	36
4.4. O enfrentamento do fracasso escolar em uma perspectiva instituinte	39
V – MARCOS METODOLÓGICOS.....	42
5.1. Princípios básicos da intervenção institucional	42
5.2. Desenvolvimento do PEIPEE/IFSul: construindo um modelo de intervenção instituinte.....	46
5.2.1. Fase 1 – Instituição de Comissão Interna	47
5.2.2. Fase 2 – Elaboração de Diagnóstico Quantitativo.....	47
5.2.3. Fase 3 – Elaboração do Diagnóstico Qualitativo	53
5.2.4. Fase 4 – Consolidação do Plano Estratégico	85
VI – ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE AÇÕES	99
VII – ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
APÊNDICES	104
APÊNDICE A - Gráficos de Indicadores Quantitativos	105
APÊNDICE B - Manual para Acompanhamento de Indicadores	111

APÊNDICE C - Instrumento de Análise Qualitativa	119
APÊNDICE D – Relatório de Análise Qualitativa	124
APÊNDICE E - Instrumento para Replanejamento de Ações	185
ANEXOS	187
ANEXO A - Portarias	188

APRESENTAÇÃO

A escola é funcional pelo que nega e subtrai.
G. Frigotto

O ideário do ensino público, gratuito, obrigatório e equânime não é pauta recente, tampouco restrita ao contexto das políticas públicas nacionais. A agenda da democratização da escola, delineada em moldes similares aos de hoje, encontra registros históricos nas aspirações iluministas do século XVIII, adquirindo materialidade jurídica e status normativo no Plano Nacional de Educação francês², um dos principais artefatos político-pedagógicos concebido sob a égide da Revolução Francesa, inspirado sobretudo nas ideias de Rousseau (1712-1778). Seu texto, estruturado em formato de Projeto de Lei por Lepelletier (1760-1793), nunca fora posto em prática, tendo motivado o assassinato de seu autor. No entanto, a história da educação o situa como marco notável para a definição dos sistemas educacionais dos séculos vindouros.

Independente de seus atributos político-filosóficos, cujo valor e legitimidade só podem ser analisados à luz de seu contexto histórico, a evocação deste referencial permite ilustrar alguns aspectos a serem atentamente observados na composição de políticas e consensos normativos, a exemplo da demanda que ora assume-se institucionalmente – o enfrentamento sistêmico do(s) fracasso(s) escolar(es), por meio da estruturação do presente **Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul**. Destacam-se, portanto, os seguintes aspectos:

1º) Toda demanda educativa emerge de cenários específicos e contempla atravessamentos de variadas ordens (político-ideológica, filosófica, epistemológica, sociocultural, dentre outros), implicando intencionalidades e configurações tipificadas por esses contextos. Logo, nenhuma política educacional, seja em sua variante institucional ou governamental, pode ser analisada ou proposta sob o pressuposto da neutralidade.

² O conteúdo deste documento e sua contextualização histórica podem ser aprofundados em: GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. Série Educação. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

2º) As pautas educativas que ensejam a formalização de políticas específicas na contemporaneidade tendem à certa similaridade e recorrência histórica, em geral respondendo à agenda da democratização da escolaridade pública. Identifica-se um relativo consenso discursivo em relação a esse ideário, mobilizando um arsenal de pactos nacionais e internacionais, além de fatos e produtos regulatórios para a sua consolidação. Ante o propósito, quase universal, da escola pública, democrática e de qualidade, impõe-se a discussão rigorosa sobre os variados sentidos atribuídos ao princípio democrático e à qualidade educacional, estes sim, circunstanciais, contextuais e definidores de estratégias instituintes a serem empreendidas em cada cenário específico.

3º) A formalização de um referencial para a consolidação de uma política educacional emerge na tensão entre o instituído e o instituinte³, forças ambíguas inerentes à escola como espaço de reprodução e produção de sentidos. Logo, a qualidade e a legitimidade de qualquer referencial regulatório, atrela-se ao vigor crítico-reflexivo e potencial transformador ante ao seu próprio objeto.

4º) Se alicerçado como itinerário de sucessivos movimentos instituintes, um plano educacional, qualquer que seja, eleva-se como artefato transformador e transcende sua própria temporalidade, firmando-se como marco político-filosófico a inspirar ideias e ideais mais perenes, a exemplo do comentado plano francês que, se não teve assegurada sua legitimidade e aplicação, firmou-se como marco de discussão e definição dos sentidos da escolaridade pública da modernidade, figurando, portanto, como importante instrumento de transformação social.

Com base nessas ponderações, apresenta-se à comunidade educativa do IFSul o documento-síntese de seu **Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito**, no intuito de deflagar um fecundo processo de reflexão acerca dos fenômenos evasão e retenção, apontados pelo Tribunal de Contas da União -TCU (Acórdão nº 506/2013) como índices de fracasso verificáveis nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e motivando a emissão do Ofício Circular Nº 60/2015, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, a qual demandou às instituições da Rede a elaboração de seus Planos Estratégicos

³ A perspectiva instituinte da escola é discutida com maior profundidade na seção 4.4 deste documento.

Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes, nos moldes da Nota Informativa Nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC anexada ao referido ofício.

Tendo em vista as concepções aqui esboçadas, opta-se pela construção de um produto de planejamento que transcenda a demanda protocolar e os marcos regulatórios externos, constituindo-se como instrumental teórico/metodológico para a proposição, implementação e monitoramento permanente de ações locais e estratégicas sistêmicas, em prol da permanência e êxito dos estudantes do IFSul. Trata-se, portanto, da definição de uma agenda instituinte voltada à discussão dos sentidos de “qualidade” atrelados à configuração dos chamados “fracassos” institucionais.

Nesse sentido, impõe-se como artefato de planejamento que visa provocar a problematização da (dis)função da escola, seus arranjos (im)produtivos, suas nuances curriculares regulatórias e sua vocação (anti)democrática. Para tanto, figura como uma aposta metodológica para além da ótica tecnocrática apontada por Frigotto, ao discutir os sentidos das políticas educacionais relativas à qualificação da escola:

(o aumento dos índices de escolarização e de permanência na escola) tomados pela ótica tecnocrática como índice de democratização, índice de equalização social, passam a ter pouca relevância quando examinados à luz do tipo de escola a que os filhos dos trabalhadores têm acesso, sua organização, seus conteúdos, quantidade e qualidade do ensino ministrado, a ótica de mundo veiculada, etc. Trata-se (...) de “uma política aumentativa, que muda os números, mas não muda as coisas numeradas” (MENDES: 1978, p. 32). (FRIGOTTO:2010, p. 188)

Nessa perspectiva, pensar o fracasso escolar e planejar a “boa luta” em prol da sua superação, implica, preliminarmente, na discussão de seu próprio significado e gênese, refutando-o como condição intrínseca e tácita da escola. Implica também na rejeição do discurso da crise que apequena e imobiliza a escola, cristalizando eventuais retratos paramétricos de ineficácia social e ontológica da escola. Implica, sobretudo, em lançar luz à (dis)funcionalidade da escola no que tange aos diretos de aprendizagem subtraídos dos estudantes, credenciando todos os agentes educativos da Instituição a protagonizar o combate permanente de suas próprias mazelas.

Eis o desafio que se impõe ao IFSul a partir da sistematização de seu **Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes**, cujo valor e efetividade se ampliará na medida em que se converter em referencial de resistência

pedagógica ao estigma do fracasso, tornando-se paulatinamente dispensável enquanto instrumento regulatório, mas imprescindível como ideário e itinerário para a consolidação da educação pública de qualidade no âmbito da Instituição.

Lista de Quadros

Quadro 1: Objetivos e Metas Institucionais PDI/PEIPEE

Quadro 2: Princípios Metodológicos e Modalidades Operacionais – PEIPEE - IFSul

Lista de Figuras

Figura 1: Área de Abrangência do IFSul

Figura 2: Fases de Desenvolvimento do PEIPEE (SETEC)

Figura 3: Princípios-Base PDI-IFSul

Figura 4: Design Metodológico do PEIPEE-IFSul

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Charqueadas

Gráfico 2: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Charqueadas

Gráfico 3: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Charqueadas

Gráfico 4: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Charqueadas

Gráfico 5: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Santana do Livramento

Gráfico 6: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Santana do Livramento

Gráfico 7: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Santana do Livramento

Gráfico 8: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Santana do Livramento

Gráfico 9: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Sapiranga

Gráfico 10: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Sapiranga

Gráfico 11: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Sapiranga

Gráfico 12: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Sapiranga

Gráfico 13: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Jaguarão

Gráfico 14: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Jaguarão

Gráfico 15: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Jaguarão

Gráfico 16: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Jaguarão

Gráfico 17: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Bagé

Gráfico 18: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Bagé

Gráfico 19: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Bagé

Gráfico 20: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Bagé

Gráfico 21: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Gravataí

Gráfico 22: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Gravataí

Gráfico 23: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Gravataí

Gráfico 24: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Gravataí

Gráfico 25: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Novo Hamburgo

Gráfico 26: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Novo Hamburgo

Gráfico 27: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Novo Hamburgo

Gráfico 28: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Novo Hamburgo

Gráfico 29: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Lajeado

Gráfico 30: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Lajeado

Gráfico 31: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Sapucaia do Sul

Gráfico 32: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Sapucaia do Sul

Gráfico 33: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Sapucaia do Sul

Gráfico 34: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Sapucaia do Sul

Gráfico 35: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Passo Fundo

Gráfico 36: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Passo Fundo

Gráfico 37: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Passo Fundo

Gráfico 38: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Passo Fundo

Gráfico 39: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Venâncio Aires

Gráfico 40: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Venâncio Aires

Gráfico 41: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Venâncio Aires

Gráfico 42: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Venâncio Aires

Gráfico 43: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Camaquã

Gráfico 44: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Camaquã

Gráfico 45: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Camaquã

Gráfico 46: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Camaquã

Gráfico 47: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus CAVG

Gráfico 48: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus CAVG

Gráfico 49: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus CAVG

Gráfico 50: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus CAVG

Gráfico 51: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Pelotas

Gráfico 52: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Pelotas

Gráfico 53: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Pelotas

Gráfico 54: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Pelotas

I – IDENTIDADE INSTITUCIONAL

1.1. Histórico de implantação e desenvolvimento do IFSul

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense possui uma longa trajetória como instituição de educação profissional. Sua história começou a ser escrita no início do século XX, por meio de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense que, em 07 de julho de 1917, sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Offícios. Essa escola constituiu-se como uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres, sediada em prédio construído mediante doações da comunidade.

As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Offícios e instituiu a Escola Technico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chímica. O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década e teve seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas.

Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação, Gustavo Capanena, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. A ETP, inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos). Nesse primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação. A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional e criado o primeiro curso técnico – Construção de Máquinas e Motores.

Em 1959, a ETP é caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma Instituição especializada

e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de estudantes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1996, no dia 26 de fevereiro, foi colocada em funcionamento a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, na cidade de Sapucaia do Sul.

Em 1998, a Escola Técnica Federal de Pelotas começou a efetivar sua atuação no nível superior de ensino a partir da implantação de Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de professores da educação profissional.

Em 1999, através de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 29 de dezembro de 2008, foi criado, a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

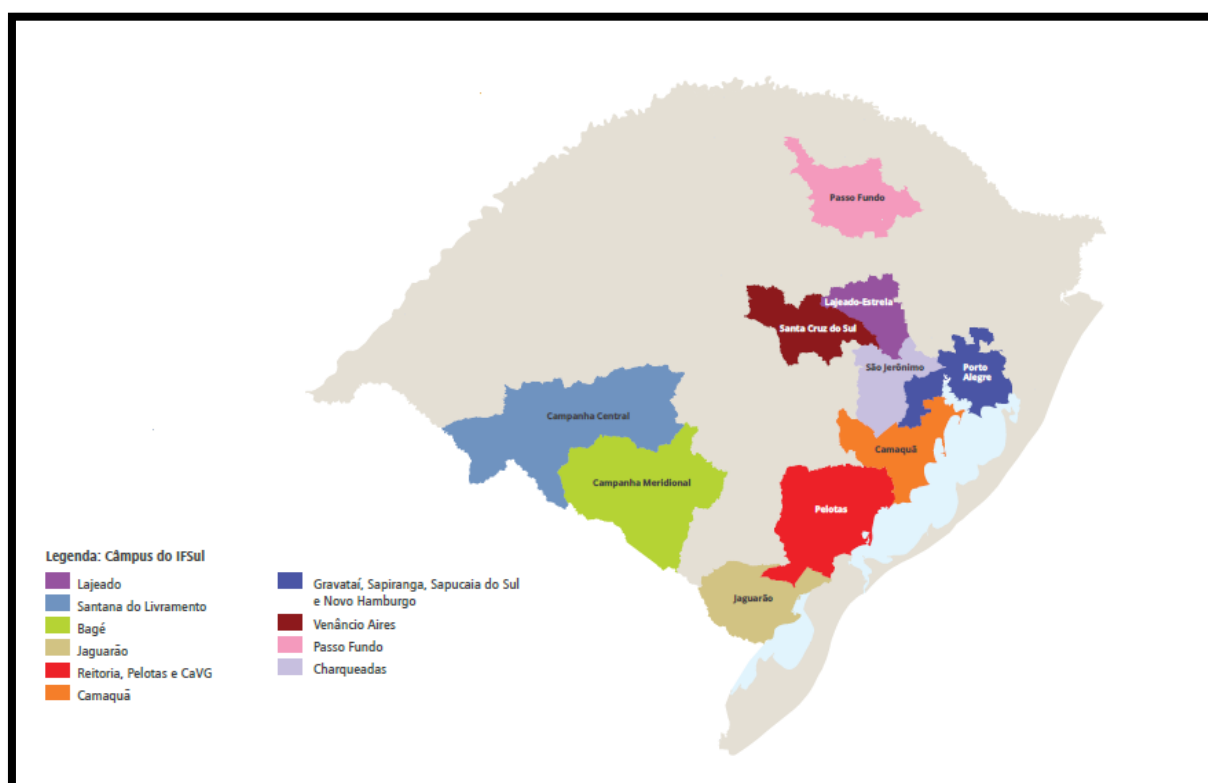
1.2. Conjuntura atual e desafios institucionais

A reflexão sobre a permanência e êxito dos estudantes, foco do presente Plano Institucional, implica na análise da história e da atual conjuntura do IFSul. Para tanto, é preciso considerar o desenvolvimento da Instituição no contexto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), de forma a avaliar os impactos dessa expansão na configuração das diferentes ofertas da Instituição, possibilitando o planejamento de estratégias de superação de suas eventuais fragilidades.

O IFSul é formado atualmente pela Reitoria, por 12 campi e 2 campi avançados: Campus Pelotas (1943), Campus Pelotas - Visconde da Graça (1923), Campus Charqueadas (2006), Campus Sapucaia do Sul (1996), Campus Passo Fundo (2007), Campus Camaquã (2010), Campus Venâncio Aires (2010), Campus

Bagé (2010), Campus Santana do Livramento (2010) com o Campus Avançado Jaguarão (2014), Campus Sapiranga (2013) com o Campus Avançado Novo Hamburgo, Campus Gravataí (2013) e Campus Lajeado (2013), apresentando hoje uma alargada abrangência geográfica, conforme observa-se na FIG. 1.

Figura 1 – Área de abrangência do IFSul



Fonte: PDI - IFSul

Complementando a sua constituição, agregam-se os polos do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, localizados nas cidades de: Balneário Pinhal, Camargo, Constantina, Picada Café, Rosário do Sul, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Sapiranga, Vila Flores, nos quais são oferecidos cursos na modalidade a distância financiados pela UAB e os polos da rede e-Tec Brasil, onde são ministrados cursos técnicos na modalidade a distância nas cidades de: Agudo, Alegrete, Bagé, Barra do Ribeiro, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canguçu, Capão do Leão, Charqueadas, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Guaíba, Herval, Jaguarão,

Mostardas, Novo Hamburgo, Pareci Novo, Passo Fundo, Pelotas, Picada Café, Piratini, Restinga Seca, Rosário do Sul, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Tavares, Venâncio Aires e Vera Cruz, financiados pela rede e-Tec Brasil do Ministério da Educação.

Observa-se que, em 05 anos (2010-2014), o IFSul passou de 04 para 14 *campi* em funcionamento, sendo 02 consideradas *campi* avançados. Trata-se de um incremento de 10 unidades educacionais inseridas em regiões que apresentam características sociais e econômicas distintas. Soma-se a isso o expressivo quantitativo de polos e as diferentes regiões onde são ofertados cursos técnicos e superiores na modalidade a distância.

O plano de expansão da Rede de EPCT que fomentou o desenvolvimento recente do IFSul, figura como uma importante política pública para o desenvolvimento do país, na medida em que forma profissionais aptos a atuar em setores importantes da economia, expandido o impacto social da instituição. Além disso, a estratégia de interiorização das “escolas técnicas” vem contribuindo para o desenvolvimento de microrregiões menos desenvolvidas e permitindo que estudantes que não tinham acesso ao ensino público gratuito e de qualidade tenham condições de buscar formações profissionais em diversas áreas de conhecimento e campos de atuação profissional.

O Acórdão nº 506 do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2013) ao versar sobre a importância e os desafios que se impõem à Rede Federal de Educação Profissional na atualidade, menciona os resultados já evidentes dessa política de expansão:

[...] quando se comparam os resultados no Enem de estudantes oriundos da Rede Federal de Educação Profissional com os que vieram de instituições de outras redes, verifica-se que o desempenho dos primeiros é nitidamente superior ao dos demais estudantes. (BRASIL, 2013: p. 8)

Entretanto, o processo de expansão traz consigo uma série de implicações no que diz respeito ao tema em foco – permanência e êxito dos estudantes. Ao

direcionar o olhar sobre a totalidade dos estudantes que ingressam, em diferentes situações socioeconômicas e com trajetórias educacionais variadas, observa-se a necessidade de ações articuladas e bem definidas para o adequado desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem.

Nesta linha de análise, alguns aspectos inerentes à expansão chamam atenção. Um deles está relacionado à composição do corpo docente das escolas da Rede Federal. Grande parte do corpo docente da Rede atualmente não possui a formação inicial necessária para atuação na Educação Profissional - modalidade da Educação Básica. O próprio Acórdão apresenta tal constatação com base em pesquisa realizada com os professores:

Com a verticalização da educação básica à educação superior preconizada para os Institutos Federais (Lei 11.892/2008, art. 6º, inc. III), o nível diretivo dos Institutos espera que os professores contratados lecionem em todos esses níveis e em diversas modalidades de ensino, na linha da otimização dos quadros de pessoal, tal como indicado nessa lei. Como parte dos professores dos Institutos Federais não cursou licenciatura, modalidade que habilita o docente a lecionar na educação básica na área de conhecimento do curso em que se graduou, os Institutos buscam suprir as carências pedagógicas de bacharéis e tecnólogos por meio de programas especiais de formação pedagógica visando a formação de professores para a educação básica e para a educação profissional (Lei 11.892/2008, art. 7º, inc. VI, alínea b). (BRASIL, 2013: p. 48-49)

A pesquisa com professores indicou que somente 21% deles haviam participado de cursos de formação de docentes para atuar na educação profissional e que 66% gostariam de fazê-lo assim que tivessem oportunidade. Pouco mais de 5% apontou que não pretende participar porque possui habilitação formal para lecionar. (BRASIL, 2013: p. 49)

Outro aspecto importante está relacionado ao quadro de servidores técnico-administrativos das escolas da Rede Federal. O IFSul ainda possui *campi* das fases I e II da expansão (2006-2010) com quadros incompletos. Tal cenário traz inúmeras dificuldades às equipes diretivas dessas unidades, no que tange à composição de equipes multidisciplinares em áreas estratégicas de apoio ao desenvolvimento dos cursos ofertados.

Essa conjuntura introduz complexidade na gestão dos processos educativos, em especial no monitoramento do fenômeno da evasão escolar. Para que se tenha êxito em uma política institucional de combate à evasão é necessário que

todos os agentes envolvidos diretamente com o processo de ensino e de aprendizagem estejam capacitados e preparados para o desenvolvimento das ações necessárias à obtenção dos resultados desejados. Nesse sentido, há que se investir sistemicamente em ações de formação continuada no intuito de minimizar as fragilidades decorrentes dessa lógica de expansão, focando-se especialmente na transposição didática dos princípios fundantes do Projeto Pedagógico Institucional (IFSUL, 2006)

A conjuntura já explicitada, bem como as limitações geográficas e estruturais, agravadas recentemente pelo expressivo contingenciamento econômico que impacta a educação pública, impõem desafios ainda maiores para a implementação de uma política de combate à evasão e à retenção.

1.3. Importância do Instituto Federal Sul-rio-grandense para a inclusão social na região

A comunidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense vem sendo desafiada a encontrar formas de atuação condizentes com os avanços que a ciência e a tecnologia estão continuamente apresentando à sociedade. Nesse cenário, as oportunidades de trocas e interações com a região nas quais os *campi* estão inseridos assumem uma importância sem precedente, haja vista a rápida adoção do conceito de "globalização" aplicado em todas as relações pessoais cotidianas.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, como produtor de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como disseminador de práticas culturais, está sendo desafiado a estabelecer relações de parcerias que ampliem e qualifiquem o fluxo de conhecimento e práticas de interesse regional. A interação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense e os arranjos produtivos e culturais locais necessita avançar na aplicação de ciência e tecnologia para a promoção de inovações que permitam aumentar a produção e competitividade destes arranjos e o desenvolvimento social da comunidade.

As demandas sociais com as quais o Instituto Federal Sul-rio-grandense se depara impõem um diálogo permanente com a comunidade refletindo-se no seu dia a

dia, exigindo a democratização da produção e a difusão do conhecimento, traduzidas na definição e construção dos Projetos Pedagógicos de seus cursos e na oferta de cursos de formação inicial e continuada, construídos em parceria com instituições representativas da sociedade e do mundo do trabalho.

O desafio de potencializar continuamente o impacto social do trabalho educativo do IFSul associa-se sobremaneira ao combate permanente ao fracasso escolar, em todas as suas formas de manifestação.

A garantia do direito constitucional à educação impõe-se, portanto, como missão precípua da Instituição, o que implica na problematização permanente dos fatores de risco ligados à evasão, à retenção e ao insucesso escolar, bem como no planejamento de ações que promovam a sua redução, não somente no que diz respeito aos índices estatísticos, mas sobretudo no que tange à qualificação dos seus processos de escolarização.

II – JUSTIFICATIVA

A estruturação de um plano institucional para a promoção sistemática de permanência e êxito dos estudantes assume, no atual contexto, duas principais funções que o justificam e o definem como política institucional indutora de boas práticas educativas, no que diz respeito à elevação de sua vocação e missão.

A primeira função, de caráter interno, diz respeito à sistematização de movimentos instituintes articulados, dotados de unidade conceitual e metodológica, no sentido de favorecer a significatividade e a efetividade das trajetórias educativas dos estudantes, por meio de variados investimentos gerenciais e pedagógicos que privilegiem não somente a elevação institucional de índices de sucesso escolar, como especialmente o fortalecimento dos sentidos de escolarização e das aprendizagens desenvolvidas no interior do IFSul. Trata-se da funcionalidade institucional do PEIPEE-IFSul, o qual figura como um marco histórico na luta institucional pela qualificação permanente de suas ofertas e pela potencialização de seu impacto social.

No que diz respeito à relevância institucional, há que se referir o conjunto de movimentos internos que antecederam a sistematização do presente Plano, inspirando-o e justificando-o como expressão-síntese de diversas intencionalidades e ações em prol da permanência e êxito dos estudantes do IFSul, ao longo de sua história recente, já na sua configuração de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Dentre os movimentos institucionais desencadeados nessa perspectiva, merecem destaque, em sequência cronológica:

I – A construção do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSul (2009 – 2014), aprovado em 2009, apontando para a melhoria da permanência e êxito dos discentes no IFSul (Objetivo nº 10) e indicando 30 metas para o alcance do objetivo no âmbito da Instituição;

II – A realização de “Seminário Interno de Permanência e Êxito do Aluno”, em março de 2010, com o objetivo geral de compartilhar as experiências já vivenciadas, definir diretrizes e propor ações para integrarem a política de permanência e êxito dos estudantes no IFSul. O evento, que contou com a

participação de palestrantes de reconhecida produção acadêmica na temática, além da honrosa presença da Pró-reitora de Sucesso do Aluno da Alamo Colleges, promoveu a problematização institucional do tema em pauta, culminando com a construção e apresentação oral de síntese coletiva sobre as discussões, além da constituição de comissões para o desenvolvimento de estratégias em cada campus.

III – Promoção do seminário “Qualificando a Ação Pedagógica do IFSul”, em setembro de 2010, abordando aspectos ligados à qualificação da ação pedagógica, notório fator de impacto na permanência e êxito dos estudantes.

IV – Instituição da Política de Assistência Estudantil, em 2010, com revisão consolidada em 2015, e conteúdo focado no acesso, na permanência e no êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da equidade, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

V – Implementação do Projeto de Assessorias Pedagógicas, em 2012, como ação em prol da problematização da identidade profissional e do papel das equipes pedagógicas na mediação dos processos educacionais, tendo como um dos eixos de reflexão e de intervenção a permanência e o êxito dos estudantes.

VI – Participação da PROEN em oficina realizada pela SETEC em 2014, para a construção conjunta do Documento Orientador para o balizamento dos Planos Estratégicos Institucionais de Permanência e Êxito dos Estudantes.

VII – Realização de Auditoria Interna sobre os fenômenos de evasão e retenção no âmbito do IFSul, também em 2014, culminando em relatório final com recomendações ligadas ao monitoramento permanente de indicadores e acompanhamento sistêmico das iniciativas em prol da permanência e êxito no IFSul.

VIII – Aprovação do segundo PDI do IFSul (2014-2019), incluindo seis objetivos que contemplam, transversalmente, a promoção da permanência e êxito dos estudantes, além de duas metas específicas em atenção a estes temas.

IX – Adesão do IFSul ao Programa Bolsa Permanência, em 2014, favorecendo estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

X – Alteração do Regimento Geral, em 2014, modificando a estrutura da PROEN, com a criação do Departamento de Políticas Educacionais e incluindo, entre suas competências, a proposição de estratégias e projetos institucionais para permanência e êxito dos estudantes.

Já a funcionalidade regulatória do Plano, de caráter externo, refere-se ao cumprimento de demanda encaminhada pela SETEC, por meio do Ofício Circular nº 60/2015, tendo em vista o teor do Acórdão nº 506/2013, do Tribunal de Contas da União, em resposta à Auditoria Operacional na Rede Federal, recomendando expressamente a estruturação de planos estratégicos institucionais para a permanência e êxito dos estudantes das unidades educacionais integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, com foco no combate sistêmico à evasão e retenção, compreendidos como índices de fracasso institucional.

Somam-se a esses referenciais regulatórios as Metas 10, 11 e 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, apontando índices de elevação de matrículas e qualificação das ofertas educacionais de nível médio e superior, a serem perseguidos pelo segmento público de ensino.

A dupla funcionalidade do Plano de Permanência que ora apresenta-se à comunidade educativa do IFSul contempla a complexidade conceitual e metodológica inerente aos fenômenos a serem enfrentados, procurando assegurar a solidez técnica e política desejável a um produto de planejamento que se impõe como estratégico para a problematização e para a sempre necessária ressignificação dos sentidos de qualidade no âmbito da Instituição.

III – OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral:

Promover, por meio de ações sistêmicas e locais articuladas, a permanência e o êxito dos estudantes do IFSul.

3.2. Objetivos Específicos:

- Fomentar a problematização da qualidade e efetividade das diversas ofertas educativas dos variados *campi* do IFSul, com vistas ao controle e à gradual redução dos fatores de evasão e retenção do Instituto.
- Construir diagnóstico quali-quantitativo acerca dos fenômenos “evasão” e “retenção” no âmbito dos diferentes *campi* e cursos do IFSul.
- Planejar e implementar estratégias de redução e controle das interveniências individuais, institucionais e socioculturais que impactam os índices de evasão e retenção nos diversos cursos e *campi* do IFSul.
- Deflagrar ações sistêmicas e locais para a promoção da permanência e êxito dos estudantes, tendo em vista os fatores convergentes detectados nos variados cenários de evasão e retenção diagnosticados nos *campi* do IFSul.

IV - MARCOS CONCEITUAIS

4.1. Evasão escolar: concepções institucionais

A problematização do fenômeno da evasão no IFSul, bem como de seus fatores desencadeadores e processos de monitoramento e controle, constitui-se em movimento imperativo para a condução estratégica da temática pela Instituição.

Para tanto, há que se delimitar, preliminarmente, os referentes conceituais adotados pela Instituição no tratamento do fenômeno, bem como os pressupostos metodológicos utilizados para o seu enfrentamento, em âmbito sistêmico.

Do ponto de vista conceitual, merecem destaque os seguintes fundamentos que balizam a ação do IFSul no tratamento da questão:

1º) Compreende-se a evasão como fenômeno complexo, multifatorial e multimodal e, como tal, passível de análises multidisciplinares e intervenções focais, levando-se em consideração as peculiaridades endógenas e exógenas que a constitui em seus diferentes cenários educativos. Além disso, e por essa mesma razão, trata-se de problemática sob a égide de responsabilidades partilhadas e/ou compartilhadas, abrangendo tanto as parcerias extrainstitucionais, quanto as intrainstitucionais para o seu enfrentamento.

2º) Enquanto fenômeno educativo, a evasão está intimamente atrelada à discussão da escolarização e dos princípios de qualidade que a regem, bem como à problematização dos processos de ensino e de aprendizagem desencadeados no interior da instituição. Nesta perspectiva, o combate à evasão precisa estar articulado à análise de outros fenômenos educativos, especialmente à retenção, devendo subordinar-se à compreensão do *sucesso* e do *fracasso* da aprendizagem escolar.

Visando arquitetar a base conceitual do presente Plano, discorre-se nas seções seguintes sobre os pressupostos teóricos inerentes aos fundamentos ora anunciados.

4.1.1. A caracterização híbrida da evasão escolar

O primeiro fundamento privilegiado pelo IFSul no tratamento da evasão - o caráter complexo, multifatorial e multimodal deste e de outros fenômenos que

evidenciam o fracasso da escola no cumprimento de suas funções - remete à discussão de outro tema correlato e de análise premente: o direito à educação.

Nesta perspectiva, há que se destacar, de antemão, o anúncio legal da corresponsabilidade da família, Estado e sociedade em relação à educação enquanto direito pleno do cidadão, tal como explicitam a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seus Artigos 205 e 2º, respectivamente:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Uma breve análise do texto legal permite traduzir a tipificação complexa atribuída à educação, aferindo-se de seu princípio de corresponsabilidade, a caracterização multifatorial que lhe é peculiar.

Nessa perspectiva, conceber a evasão como manifestação exclusiva do contexto institucional, significaria abstrair seus fatores exógenos, negando sua condição de construto sócio-político-cultural. Tal reducionismo, implicaria no tratamento conceitualmente míope e na adoção de condutas meramente paliativas e parciais no tratamento institucional do problema.

Similar entendimento pode ser localizado no teor do Acórdão TCU-Plenário Nº 506/2013, em cuja análise ampara-se o presente Plano, apresentando a evasão como problemática complexa, tal como observa-se nos seguintes trechos:

Várias causas concorrem para que os estudantes abandonem ou não concluam os cursos de educação profissional, conforme presente na literatura nacional e internacional sobre o tema. [...] Pela diversidade de fatores que afetam a evasão, pode-se inferir que desenhar políticas ou estratégias de combate à evasão nos Institutos Federais constitui-se em tarefa complexa. Primeiramente, é preciso levar em conta que os institutos Federais ofertam cursos para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais. Essas diferenças fazem com que políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento. (BRASIL, 2013: p. 16)

[...] observa-se que para a avaliação da evasão faz-se necessário acompanhar não somente indicadores de evasão, mas também indicadores de retenção (atraso relativo de aluno 'em curso') e de conclusão (taxa de conclusão dos estudantes). (BRASIL, 2013: p. 12)

Os extratos acima ilustram a compreensão da evasão como manifestação forjada por interveniências de ordens distintas e afetada diretamente pelos cenários locais nos quais emerge. Com base nessa premissa, haveria de se tratar o fenômeno em sua configuração plural, diante do que se faz mais sensato identificar e caracterizar “as evasões” circunstancialmente delimitadas, e não “a evasão” genérica e artificialmente atribuída ao IFSul.

Nesse sentido, há de se destacar que o paradigma da expansão agregou ao IFSul, assim como à demais Instituições da rede, desafios expressivos no que tange à gestão dos processos educacionais, bem como de suas eventuais vicissitudes, assim como impôs às instâncias gestoras a árdua tarefa de implementar os preceitos da gestão democrática, preservando as particularidades e autonomia dos diferentes *campi*, mas também assegurando diretrizes que lhes confirmem características de pertencimento e unidade institucional.

Coadunando-se com esse entendimento, o mesmo Acórdão recomenda também a adoção de políticas específicas para cada segmento educacional, o que implica no fomento de intervenções focais, pautadas por demandas locais e gerenciadas por cada unidade de ensino.

Tal proposição encontra acolhida no modelo de gestão pedagógica vigente no IFSul que privilegia o gerenciamento local de fenômenos educativos, delegando aos *campi*, por meio de suas Direções de Ensino, Coordenadorias de Assistência Estudantil e Assessorias Pedagógicas, a responsabilidade de diagnosticar fatores que concorram para a sua manifestação, assim como de planejar e implementar iniciativas de reversão, sob a orientação e supervisão das respectivas instâncias sistêmicas.

O Acórdão revela, ainda, a preocupação em se avaliar a evasão de forma articulada a outros dois indicadores correlatos: os indicadores de retenção e de conclusão. A tendência de se considerar estes três fenômenos de forma

interdependente encontra respaldo na literatura pedagógica atualizada e aponta não só para a já discutida complexidade da evasão, como para a subordinação do tema a outro mais abrangente e não menos pertinente: o sucesso – ou, antagonicamente, o fracasso – da educação escolar, conforme discute-se a seguir.

4.2. Parâmetros de êxito e fracasso escolar: desvelando os sentidos da qualidade educacional

A linha conceitual sustentada no Acórdão TCU Nº 506/2013 e exemplarmente traduzida na intersecção dos três fenômenos educacionais – evasão, retenção e conclusão – oferece suporte ao segundo fundamento teórico-metodológico adotado pelo IFSul e já anunciado na introdução desta seção: a evasão, enquanto construto afetado por fatores endógenos que dizem respeito aos arranjos educativos próprios do contexto onde ela emerge, necessita ser problematizada, à luz da reflexão sobre a qualidade dos processos educativos desencadeados nesse contexto.

Tal compreensão, implica na incorporação de dois importantes pressupostos definidores das ações desta Instituição:

- O primeiro, de ordem conceitual, indica que, sendo a evasão impactada por uma gama de mazelas socioeducativas, há que se discutir os cenários socioculturais e as concepções de ensino e de aprendizagem sobre as quais se estruturam as práticas educativas de nossa Instituição, problematizando-se também sua pertinência e eficácia ontológica e social.

- O segundo, de ordem metodológica, aponta para o combate à evasão como movimento subordinado e decorrente dos insumos institucionais voltados ao incremento da qualidade das ofertas educacionais do IFSul.

No que tange a este último, há que se discutir, com radicalidade, os parâmetros de qualidade que inspiram e arquitetam nossas políticas institucionais, na perspectiva de se instaurar, de fato, uma reflexão fecunda e aprofundada a respeito do fracasso escolar. Nesse sentido, cumpre às instâncias gestoras a autovigilância conceitual e metodológica no tratamento de fenômenos como evasão, retenção e defasagem escolar, afastando-se das habituais interpretações reducionistas e

evitando sucumbir à lógica seletiva e paramétrica fortemente difundida no atual sistema educacional.

Impõe-se, portanto, o rigor teórico e a prospecção aprofundada na condução institucional da problemática do fracasso, sob pena de orientarmos os esforços para a superação destes fenômenos por parâmetros “credencialistas e utilitaristas”⁴ (ARROYO, 2000), típicos de arranjos sociais seletivos e excludentes, comumente incorporados aos modelos de gestão educacional.

Assim, face ao costumeiro apelo paramétrico e regulatório das políticas públicas, há que se manter a criticidade e o aprofundamento conceitual sobre os fenômenos relacionados ao fracasso escolar, de forma a não restringir a análise dos referenciais de qualidade institucional às estatísticas de ingresso, evasão, retenção e conclusão, em detrimento da desejável discussão sobre o teor e significado das experiências de aprendizagem desencadeadas em cada contexto educativo, assim como sobre o efetivo cumprimento de sua função social.

No que diz respeito ao sucesso do aluno, a mesma lógica parece imperar. Índices de desempenho finalísticos, habitualmente aferidos por testes padronizadores e, não raras vezes descontextualizados, se sobrepõem às avaliações processuais e de caráter formativo, restringindo-se à mensuração de excelência nas habilidades e competências primárias, cujo domínio pretensamente credencia estudantes ao prosseguimento de estudos e à decorrente ascensão social.

Este paradigma avaliativo, fortemente difundido nos contextos escolares, tem culminado na produção de *rankings* educacionais que pouco contribuem para a reconfiguração dos arranjos didáticos, tampouco para a efetiva qualificação das políticas educacionais.

Trata-se da propagação de uma visão credencialista da escola, altamente aceita e legitimada socialmente, apesar de seu parco sentido transformador e

⁴ O autor discute os vínculos caudatários entre escolarização, mercado, seletividade e credencialismo, apontando a tendência hegemônica da visão credencialista e utilitarista associada ao *status* de educação de qualidade. Segundo o autor, o apelo da escola como mera agência instrucional de saberes e competências ligados aos processos seletivos e às imposições de mercado, tende a reduzir seu caráter democrático, materializando nas suas opções curriculares a lógica da exclusão social.

democrático, caracterizada pela associação direta entre sucesso escolar e êxito individual, reforçando a meritocracia escolar e incorporando às narrativas educacionais a semântica da eficiência, oriunda das ciências econômicas e administrativas.

Outra nuance curricular habitualmente associada ao conceito de qualidade educacional é a da “empregabilidade”, de cunho igualmente temerário no que tange à compreensão do sucesso do aluno e da eficácia da escola. Trata-se da concepção utilitarista da aprendizagem escolar.

Nessa perspectiva, especialmente marcada na história da educação profissional, tende-se a estigmatizar o princípio formativo da educação básica, atrelando-a ao desenvolvimento de habilidades profissionalizantes restritas ao domínio de tarefas e funções que atendam às necessidades de mercado, com ênfase no treinamento e reprodução de técnicas, em detrimento da compreensão mais ampliada dos processos produtivos e tecnológicos.

Os sentidos de qualidade aqui discutidos têm sido costumeiramente identificados nos discursos educacionais circulantes e parecem legitimar os desenhos curriculares e políticas educacionais marcadamente excludentes. As ênfases credencialista e utilitarista permeiam alternada ou simultaneamente, em maior ou menor grau, as escolhas didáticas, os arranjos curriculares, assim como os mecanismos de regulação externa que se impõem às escolas.

Em síntese, compreende-se que estruturas curriculares calcadas na subordinação dos conhecimentos aos anseios de mercado, às exigências de processos seletivos ou de empregabilidade, tendem a subtrair significados das experiências escolares, convertendo estudantes em meros aprendizes de ofícios futuros, em simples portadores/reprodutores de informações que os credenciam para a inserção em níveis mais elevados de escolaridade ou, ainda, em sujeitos submetidos à combinações, não raras vezes esdrúxulas, de ambas as ênfases curriculares.

Em todos os casos, trata-se de projetos de vida postergados, direitos de aprendizagem sonogados e satisfações contidas. Impõem-se, nesses exemplos, a escolarização básica como um dever, como uma frágil e imprecisa projeção de futuro

e não como uma sólida experiência de transcendência intelectual e social cotidiana. Trata-se de uma escola concebida como mera artífice de um futuro carente de significatividade pessoal e coletiva.

Há que se enfatizar, portanto, que tais enfoques, recorrentes nas concepções curriculares da educação básica e especialmente reforçadas na educação profissional pública, tendem a corroborar a cultura do fracasso instaurada em seu interior.

4.3. O fracasso escolar para além da agenda paramétrica

O enfrentamento do fracasso escolar impõe às diferentes instâncias de planejamento e gestão educacional uma primeira e imprescindível tarefa: o desvelamento de sentidos e discursos circulantes sobre o próprio fracasso.

A par da reconhecida complexidade do fracasso escolar e da multiplicidade de fatores a ele associados, postula-se que toda investigação sobre o tema inicie pela problematização de seu próprio conceito: sobre qual concepção de fracasso estamos falando? Ou, ainda: sobre quais parâmetros de sucesso alicerça-se a instituição em foco?

Nessa perspectiva, uma importante estratégia que se impõe é a adoção de uma posição crítica e reflexiva diante das evidências de fracasso socialmente legitimadas, tais como se apresentam ao senso comum. Trata-se da desnaturalização e da radicalização investigativa do fracasso escolar, para além de suas nuances paramétricas.

Experiências político-pedagógicas da rede pública analisadas por Arroyo apontam para a necessidade de superação do mito do “pesadelo” associado ao fracasso escolar. No estudo em questão o autor postula que, ao se cultuar o fracasso como um mal em si, reduzindo-o às suas nuances quantificáveis, deixa-se de focar e equacionar suas questões fundantes, estruturantes. Segundo o autor, “O pesadelo é mais do que o que quantificamos. (...) Há questões mais de raiz, mais radicais a pensar e equacionar” (ARROYO, 2000: p.33).

Nessa perspectiva, há que se atentar para a possível armadilha em que se engendram ingenuamente algumas instituições, no afã de cumprirem agendas meramente paramétricas no tratamento do fracasso escolar, estreitando seu escopo de análise e intervenção à índices de permanência e êxito que, além de míopes do ponto de vista metodológico, figuram como falácias conceituais, já que não abarcam a complexidade inerente aos fenômenos em voga. Nesta linha de análise, Arroyo alerta que “confundir sucesso/qualidade com aprovação, e fracasso com reprovação é uma miragem, um engano”, destacando, ainda, que

“(...) preocupar-nos com o fracasso pensando que o sucesso garante o direito à educação, à cultura e ao desenvolvimento humano devidos é uma forma de nunca equacionar devidamente o fracasso.” (2000, p.34)

O risco da naturalização, e por que não dizer da vulgarização do fracasso, está em tratar problemas estruturais com agendas “corretivas” e paliativas, restritas ao âmbito escolar (adequação idade/série; aceleração da aprendizagem, progressão automática, etc), em detrimento de investigações e intervenções mais profundas e estruturantes.

Destaque-se também que a desnaturalização do fracasso impõe à cada instituição o desvelamento dos discursos de qualidade produzidos e legitimados em seu interior.

Nessa linha de análise, estudo de caso⁵ integrante de pesquisa longitudinal voltada ao mapeamento de variados aspectos clínicos, socioeconômicos, culturais e escolares de coorte de crianças nascidas em Pelotas na década de 1980, enfocou a correlação entre os discursos pedagógicos, à luz do aporte teórico de Bernstein, e o fracasso escolar.

A autora, em artigo posterior, discute o impacto de diferentes discursos pedagógicos – o discurso instrucional e o discurso regulatório – sobre a configuração do fracasso escolar em escolas expostas aos mesmos fatores de risco externo (renda familiar, tipo de ocupação do chefe de família, tamanho de família e tipo de moradia),

⁵ O estudo original resultou em tese de Doutorado (DAMIANI, 1998), com versão resumida publicada em 1999, e é discutido em artigo mais recente (2006), com ênfase nas nuances discursivas do fracasso escolar.

apontando para a importância dos aspectos intraescolares na configuração de seus índices de fracasso escolar distintos.

Observou-se neste estudo que a escola em que o sentido da escolarização centrava-se no discurso instrucional, compreendendo-se como espaço de aprendizagem, e na qual se sobressaíam as relações dos estudantes com o conhecimento, as taxas de sucesso eram superiores aos índices de permanência e êxito da escola em que prevalecia o discurso regulatório, cuja ênfase curricular recaía sobre o assistencialismo e o bem-estar pessoal e interrelacional, em detrimento dos assuntos acadêmicos.

Tais achados apontam para a necessária análise dos sentidos educativos de cada instituição, investigando suas práticas e discursos prevalentes, bem como as relações destes com os indicadores de sucesso e fracasso escolares. Trata-se também de lançar luz sobre os fatores intraescolares no diagnóstico e tratamento do fracasso escolar, tal como aponta a autora:

As investigações que incluem apenas aspectos pessoais e familiares dos estudantes tornam-se limitadas ao deixar de considerar a influência dos fatores intraescolares sobre o desempenho desses estudantes. A exclusão destes fatores pode levar a um processo de culpabilização das próprias crianças, e de suas famílias, pelo fracasso, à crença de que o processo de escolarização é semelhante em todas as escolas e de que o papel destas não é importante na determinação do rendimento de seus estudantes. (DAMIANI, 2006, p. 465)

Nessa perspectiva, o desafio do coletivo de educadores é dissecar a força histórica do instituído e potencializar seu compromisso instituinte, promovendo o reordenamento das estruturas curriculares, na perspectiva de amenizar sua lógica seletiva e excludente.

Tal abordagem pressupõe a radicalização dos diagnósticos a serem construídos sobre o fenômeno do fracasso, bem como das ações a serem conduzidas para o seu enfrentamento, implicando na rejeição de quaisquer medidas superficiais com foco exclusivo na reversão de índices estatísticos ou na composição de arranjos curriculares paliativos, que visem tão somente mascarar as evidências, em detrimento da exploração profunda dos fenômenos em pauta.

4.4. O enfrentamento do fracasso escolar em uma perspectiva instituinte

A superação do estigma do fracasso associado à escola pública brasileira é um desafio imperativo para alicerçar o ideal da educação pública, democrática e de qualidade.

Para tanto, no âmbito do cotidiano escolar, há que se afirmar uma agenda institucional positiva e propositiva, que se contraponha ao discurso da ineficiência, transcendendo o paradigma da parametrização imposto pela lógica da regulação externa.

No entanto, o contraponto que se impõe não há de ser somente discursivo, tampouco apenas metodológico. A consolidação do ideário de sucesso de uma instituição de ensino ancora-se na discussão radical das bases políticas, filosóficas e epistemológicas em que se fundam suas práticas educativas e seus processos de gestão, forjando a consolidação de uma dinâmica interna de transformação da escola, superando sua constituição isomórfica⁶, por meio de sucessivos movimentos instituintes.

Nessa perspectiva, aponta-se para a criação de uma “dinâmica instituinte” (CASTORIADIS, 1999), segundo a qual a instituição funciona e transforma-se *de dentro*, fazendo com que sua força instituinte opere desde o interior do instituído, redimensionando-o. De acordo com essa concepção, as instituições detêm um potencial criativo (*poiésis*) que se opõe, em menor ou maior grau, ao seu caráter estático e reprodutivo, de viés fabril (*tekné*).

Transpondo este modelo teórico para o campo educacional, cumpre à escola, enquanto instituição social que atua na permanente tensão entre o instituído e o instituinte, mobilizar suas forças criativas para a superação da crise de sentidos e propósitos que lhe tem afetado, afirmando-se como agência de transformação social

⁶ O isomorfismo, conceito-base das chamadas teorias neo-institucionais de caráter conservador, centra-se nos aspectos reprodutivos das estruturas sociais, com foco nos seus processos de controle e autoestabilização. Em contraposição a este princípio, Cornélius Castoriadis postula a reflexão sobre as instituições a partir do prisma da transformação e não da conservação, enfatizando os processos de inovação e criação implicados na dinâmica institucional.

e transcendência humana. Trata-se de desencadear sucessivos e permanentes movimentos instituintes, tal como propõe Linhares (2010):

(os movimentos instituintes) São aqueles que, em permanente criação e recriação, tensionam essa instituição, reconfigurando-a, com maior ou menor intensidade, em conjunção com as forças da sociedade e da própria vida. Essa concepção, a mais ampla possível, já se contrapõe aos veredictos de que a escola se encontra estagnada, como se ela não tivesse recursos para, em conjunção com as forças sociais e vitais, recriar-se, forjando sentidos para suas ações.

Portanto, reposicionar a instituição/escola ante o enfrentamento de suas mazelas e fracassos, implica no rompimento de uma visão inercial da ação educativa, cuja principal face é justamente o discurso da crise, atrelado ideologicamente ao conceito de ineficiência escolar.

Logo, problematizar o fracasso escolar significa, antes de mais nada, refutá-lo como condição intrínseca da escola. Para além disso, significa recompor a sua gênese atrelada ao fracasso dos modelos sociais que atravessam a instituição escolar, não para vitimizá-la na crença de que ela, escola, é uma realidade instituída, mera reprodutora dos problemas sociais, mas sim para exaltar e mobilizar suas potencialidades criativas e transformadoras, com a força instituinte que lhe é peculiar.

A adoção de tal perspectiva na abordagem do “fracasso” escolar, guarda implicações teórico-metodológicas que convém aclarar:

- a) A escola, como força *poiética*, detém um potencial transformador que lhe gabarita para operar como agente de reversão de suas próprias mazelas, por meio do tensionamento permanente de suas forças instituintes sobre sua realidade instituída. Tal movimento há de ser endógeno, de forma a contemplar as peculiaridades próprias de seu contexto institucional, agregando legitimidade e solidez às mudanças pretendidas.
- b) As mudanças almejadas e desencadeadas no âmbito da escola nunca são estáveis, porque contextuais e circunstanciais. Logo, mais do que perseguir resultados perenes, há que se consolidar processos instituintes que tenham o vigor de operar as transformações necessárias, conforme demandas emergentes. Os investimentos pedagógicos e gestionários a serem

empreendidos, haverão de se centrar, portanto, na problematização permanente das práticas educativas, bem como das políticas institucionais e sociais que impactam o cenário escolar em diferentes circunstâncias, buscando-se soluções viáveis e efetivas para cada contexto.

- c) A desconstrução do discurso “do fracasso”, subjetivo e tácito, que apequena e despotencializa a escola pública diante de si própria e da sociedade, passa pelo enfrentamento radical “dos fracassos” concretos e objetivos que decorrem da crise de sentido e propósito que assola sobremaneira a instituição escolar. Radicalizar a superação dos eventuais fracassos institucionais implica em problematizar os conceitos internos de qualidade educativa e responsabilidade social, questionando os sentidos, as intencionalidades, o processo de planejamento e, por fim, a própria configuração das práticas educativas forjadas no interior de cada unidade escolar.
- d) A perspectiva paramétrica que impera nos processos de regulação externa e que impactam fortemente as políticas educacionais internas e externas não pode ser incorporada pelas instituições como referencial metodológico absoluto, tampouco como horizonte último a ser perseguido. O arsenal de dados e índices fartamente produzidos e disponibilizados pelos órgãos de gestão e controle públicos haverá de se constituir em instrumento de reflexividade institucional, em referencial circunstancializado de apoio ao diagnóstico e definição das políticas institucionais de permanência e êxito dos estudantes, jamais como rótulo de eficiência ou ineficiência institucional categóricos e estáticos.

É nessa perspectiva transformadora e emancipatória que inscreve-se o planejamento institucional para a promoção de permanência e êxito dos estudantes do IFSul, impondo-se como artefato conceitual e como instrumental metodológico para a problematização radical *dos fracassos* – plurais, circunstanciais, complexos e multifatoriais – da escola e de seus variados atravessamentos socioculturais, e, sobretudo, como material balizador para a consolidação de sucessivos e efetivos movimentos instituintes em prol do cumprimento pleno de suas funções ontológicas e sociais.

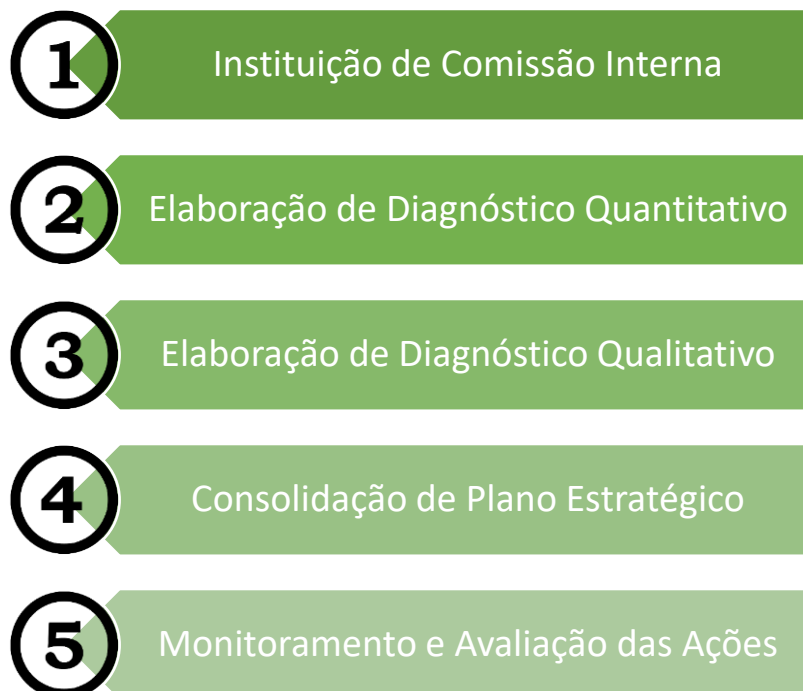
V – MARCOS METODOLÓGICOS

5.1. Princípios básicos da intervenção institucional

A configuração metodológica do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do IFSul mantém relação estreita com as concepções teóricas e com as bases político-pedagógicas privilegiadas pela Instituição, materializando-as na condução de seus processos instituintes e na definição de estratégias de intervenção.

Nesse sentido, opta-se pela adoção da trilha metodológica proposta pela SETEC para o desenvolvimento do Plano (FIG. 2), conduzindo-se o trabalho em cinco principais fases, conforme Nota Informativa Nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, porém, atribuindo a cada etapa o caráter instituinte que comporta os princípios educativos institucionais, bem como os fundamentos teóricos selecionados para o tratamento do tema em questão.

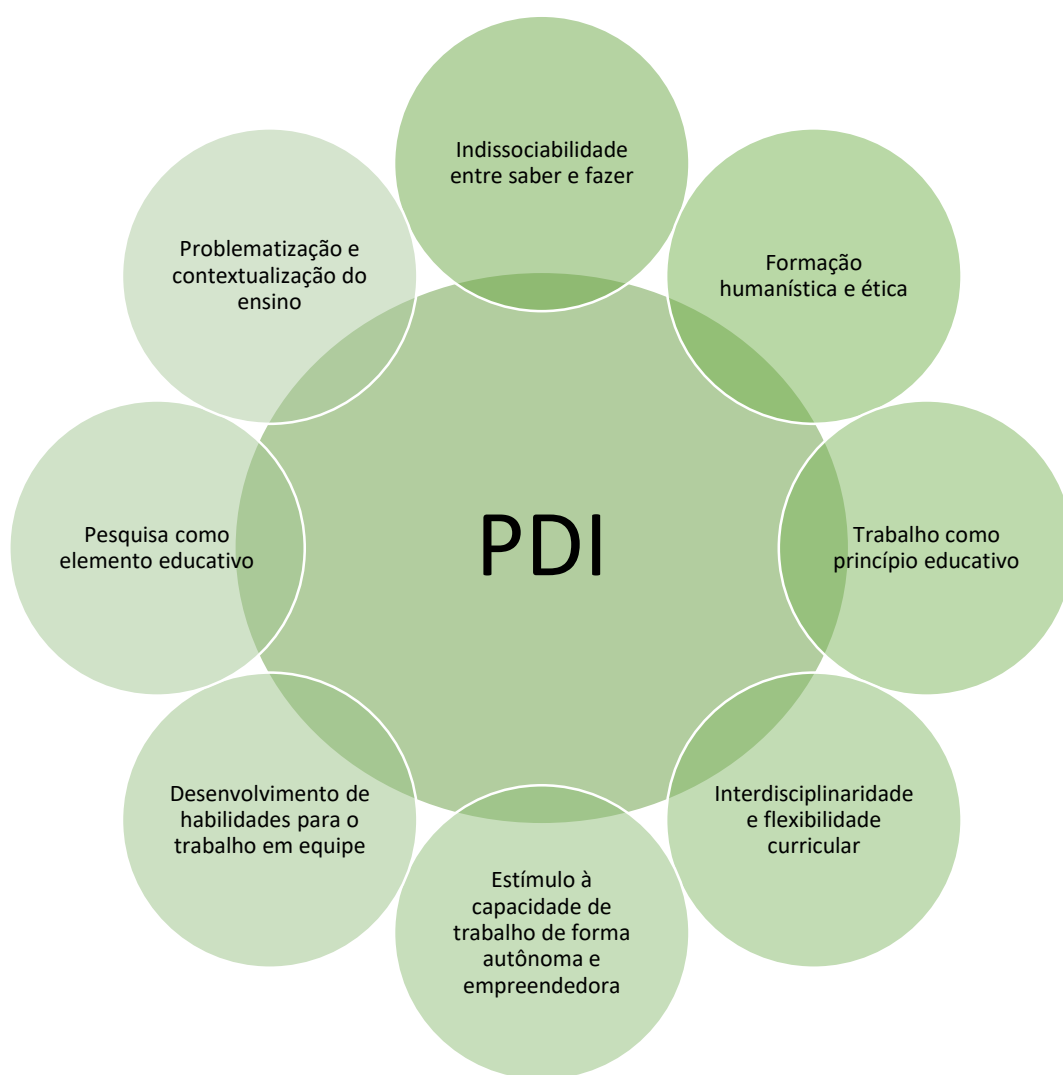
Figura 2: Fases de Desenvolvimento do PEIPEE (SETEC)



Fonte: Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC

Tendo em vista a garantia do alinhamento do Plano com os referidos referenciais institucionais, o desenvolvimento de suas etapas articula-se aos seus princípios-base (FIG. 3) traduzidos partir do teor do Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que sistematiza e anuncia os consensos educativos da Instituição, materializados nas suas diversas ações estratégicas.

Figura 3: Princípios-Base – PDI/IFSUL



Fonte: Pró-reitora de Ensino - IFSul

Considerando-se que o PDI resulta da discussão coletiva acerca das opções institucionais para o cumprimento de sua missão e visão, figurando como seu

principal produto de planejamento, haverá de balizar todas as iniciativas pedagógicas-administrativas que se desenvolvam no interior da Instituição.

Aliando-se a essa lógica de planejamento, o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul vincula-se transversalmente aos Objetivos e especificamente às Metas 2.10 e 2.11 do PDI 2014-2019, quais sejam:

Quadro 1 – Objetivos e Metas Institucionais PDI/PEIPEE

Objetivos	Metas
Objetivo 1 – Planejar, desenvolver e avaliar a instituição, democraticamente, orientada pelo PDI.	Meta 2.10 – Reduzir a evasão em, no mínimo, 10% ao ano.
Objetivo 2 – Fortalecer o IFSul como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico.	Meta 2.11 – Reduzir a retenção em, no mínimo, 10% ao ano.
Objetivo 3 – Oportunizar oferta educativa, em toda área de abrangência do IFSul, garantindo mecanismos de assistência ao estudante que contribuam com sua transformação social.	
Objetivo 4 – Qualificar o gasto público por meio do contínuo aperfeiçoamento do modelo de governança (de gestão) e pelo aprimoramento dos processos institucionais.	
Objetivo 5 – Consolidar políticas de desenvolvimento de pessoas que contribuam para a seleção, o aperfeiçoamento e a manutenção de talentos e para o aprimoramento e a avaliação das competências funcionais.	
Objetivo 6 – Qualificar e consolidar a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão na instituição.	

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSul / 2014-2019

Os princípios educativos, objetivos e metas do PDI, aliados aos marcos conceituais discutidos no Capítulo IV deste documento, constituem, portanto, os pilares inspiradores da concepção metodológica do PEIPEE/IFSUL, desdobrando-se em **princípios metodológicos transversais** que se materializam em um conjunto de

modalidades operacionais atreladas a cada princípio, conforme representação do Quadro 2.

Quadro 2: Princípios Metodológicos e Modalidades Operacionais – PEIPEE/IFSul

Princípio Metodológico Transversal	Modalidades Operacionais
<i>Natureza complexa e multifatorial dos fenômenos</i>	- Diagnóstico qualitativo aprofundado: análise ancorada em categorias e subcategorias - Planejamento de ações por Eixos Estruturantes de Intervenção - Planejamento dialógico, contextualizado e multidisciplinar: Fóruns Temáticos Permanentes
<i>Circunstancialidade e contextualidade dos fenômenos</i>	- Articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional - Diagnóstico local e sistêmico contínuo: monitoramento permanente de indicadores quantitativos e qualitativos - Articulação de ações locais e sistêmicas por eixos temáticos - (Re) planejamento de ações conforme demandas emergentes - Representatividade dos Campi na constituição do Comitês Temáticos Permanentes
<i>Corresponsabilidade de gestão no tratamento institucional dos fenômenos</i>	- Envolvimento direto ou indireto de todas as Pró-reitorias, diretorias sistêmicas e gestões dos Campi no planejamento e execução do Plano - Estrutura executiva representativa e dialógica: Comissões Central e Locais; Comitês Temáticos Permanentes - Supervisão Geral e Articulação Executiva: PROEN

Fonte: Pró-reitoria de Ensino - IFSul

Nessa perspectiva de ação, registra-se a importância da instrumentalização pedagógica do corpo docente da Instituição; do estabelecimento de normativas operacionais legal e pedagogicamente balizadas; da qualificação permanente dos Projetos Pedagógicos de Cursos sob sua tutela; do diálogo constante

da alta gestão, por meio de suas Pró-reitorias de Ensino, com as Direções/Chefias de Ensino e Assessorias Pedagógicas dos Campus na busca de melhores soluções educativas para as demandas emergentes, dentre outras rotinas já vigentes no IFSul e que materializam cotidianamente a opção metodológica de fomento ao êxito escolar, em detrimento de uma abordagem de combate à evasão meramente paramétrica, protocolar e desvinculada das estratégias de fomento às aprendizagens e de enfrentamento do fracasso escolar.

5.2. Desenvolvimento do PEIPEE/IFSul: construindo um modelo de intervenção instituinte

O processo de desenvolvimento do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul, constituiu-se como um movimento de intervenção instituinte, ou seja, um itinerário de ações gestadas no interior da instituição, baseada em seus próprios referentes filosóficos, políticos e pedagógicos, à luz de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, privilegiando o diagnóstico e o planejamento de ações coletivas e contextualizadas e fomentando o protagonismo de todos os agentes educativos.

Para tanto, optou-se pela deflagração de um processo de reflexão e planejamento institucional que transcendesse o caráter protocolar, valendo-se de demanda externa originalmente encaminhada pelo Ofício SETEC nº 60/2015, para desencadear uma sucessão de intervenções instituintes de cunho autoreflexivo e autogestionário, inspiradas na metodologia proposta por essa Secretaria.

A opção por um design metodológico que se caracterizasse como uma intervenção instituinte, desde a primeira etapa de desenvolvimento proposta pela SETEC, demandou esforços ampliados e mecanismos de diagnóstico e planejamento complexos, implicando em ações descentralizadas e articuladas sistemicamente, desde a constituição de equipes representativas, até a consolidação do presente documento orientador.

Tal abordagem, baseada nos princípios metodológicos já discutidos - *natureza complexa e multifatorial; circunstancialidade e contextualidade;*

corresponsabilidade na gestão dos fenômenos – agregou ao processo a rigurosidade conceitual, a efetividade metodológica e a legitimidade política que convém aos processos educativos verdadeiramente democráticos e emancipatórios.

Para dar materialidade aos princípios metodológicos privilegiados pela Instituição, foram desencadeados sucessivos movimentos instituintes, correspondentes às cinco fases metodológicas propostas pela SETEC, conforme serão apresentadas nas seções seguintes.

5.2.1. Fase 1 – Instituição de Comissão Interna

Considerando-se a constituição multicampi do IFSul, optou-se pela constituição de instâncias ampliadas de representatividade para o desenvolvimento do Plano: a Comissão Central, composta por gestores de todos os quatorze *campi*, além de membros da gestão sistêmica; e as Comissões Locais, formadas por representantes de todos os segmentos do ensino e gestão de cada campus, além de representantes discentes.

A Comissão Central, responsável pela concepção, revisão periódica e monitoramento sistêmico do PPEE – IFSul, articulou junto aos *campi* as diferentes etapas instituintes do Plano e terá, ainda, a incumbência de desencadear o processo de revisão e validação do presente documento-síntese, juntamente com as Comissões Locais.

As Portarias de constituição das referidas Comissões encontram-se anexadas a este documento (Anexo A).

5.2.2. Fase 2 – Elaboração de Diagnóstico Quantitativo

A metodologia utilizada no diagnóstico quantitativo da evasão, da retenção e da conclusão dos estudantes do IFSul consistiu no levantamento dos dados, extraídos através dos registros encaminhados pela SETEC (registros acadêmicos Sistec/MEC), no segundo semestre de 2015, referente aos anos de 2011 a 2014.

Os dados considerados para a análise quantitativa referiram-se aos cursos do ensino regular presencial, desconsiderando os cursos regulares a distância, os

cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada e os cursos de pós-graduação.

As informações extraídas através do Sistec/MEC foram organizadas com base nos conceitos dispostos na Nota Informativa 138/2015 DPE/DDR/SETEC/MEC, a partir dos dados alimentados pela instituição ofertante, quais sejam: semestre letivo, cursos, oferta de vagas, inscritos e status de matrículas dos estudantes.

O documento de mapeamento quantitativo disponibilizado pela SETEC consiste em um arquivo, em formato de planilha eletrônica, composto por abas com as seguintes nomenclaturas: Instruções, Sistec completa, Sistec por curso, Gráfico e Resumo. Estes relatórios contém informações detalhadas a respeito das ofertas de curso no exercício de 2011 a 2014, podendo ser acessadas pelos *campi* ou por demais setores da instituição, quando da necessidade, de forma a subsidiar o planejamento de ações locais.

Para fins de composição do plano de permanência e êxito a PROEN organizou e disponibilizou resumos por campus, em planilha eletrônica, contendo a síntese dos dados quantitativos aferidos de cada campus, além de gráficos (Apêndice A) com os percentuais de evasão, retenção e conclusão, de forma a subsidiar a futura análise qualitativa. Os referidos relatórios foram compostos dos seguintes itens:

- **Instruções:** informações para interpretação dos dados, apresentando conceitos e definições para os indicadores de taxa de retenção, taxa de conclusão e taxa de evasão. Inclui, também, a fonte e os registros considerados para as seguintes situações: matrículas atendidas, matrícula finalizadas evadidos, concluídos e retidos.

- **Resumo por curso:** apresenta taxa de retenção, taxa de conclusão e taxa de evasão, geral do campus e por curso, dos anos de 2011 a 2014. Além disto, exibe informações que caracterizam o curso, quais sejam: carga horária, modalidade de ensino, tipo de oferta, eixo tecnológico e tipo de curso.

- **Gráficos:** apresenta o gráfico de barras, com as taxas de retenção, conclusão e evasão geral dos *campi*, dos anos de 2011 a 2014.

Alguns conceitos fundamentais à análise dos dados quantitativos merecem ser aqui explicitados, valendo-se dos conceitos-base da SETEC sobre matrículas atendidas e matrículas finalizadas evadidas, conforme traduz-se a seguir.

As “matrículas atendidas” são compostas pelos estudantes que estão com status em curso ou integralizado em fase escolar ou que tiveram alteração de status com mês de ocorrência no período analisado, ou seja, todos os estudantes que estiveram matriculados por pelo menos um dia no período analisado, independentemente da sua situação atual.

As “matrículas finalizadas evadidas” correspondem ao somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição sem lograr êxito porque abandonou o curso (evadido, transferido externo e desligado).

A partir desses conceitos-base, puderam ser aferidos três indicadores que merecem especial atenção institucional: as taxas de retenção, de evasão e de conclusão.

A taxa de retenção mede o percentual de estudantes retidos em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado desse indicador mostra, do universo total de matrículas atendidas em cada período, o percentual de estudantes que atrasaram a conclusão do seu curso.

Note-se que esse indicador só dará 100% se todos as matrículas do curso estiverem retidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos. A seguir, apresenta-se a fórmula utilizada para a obtenção do indicador:

$$\text{Taxa de Retenção (\%)} = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} * 100$$

A taxa de conclusão mede o percentual de conclusão em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos e com a quantidade de vagas ofertadas em cada período de análise. Por exemplo, em um curso com duração de 4 anos, que oferta em todos os períodos a mesma quantidade de vagas, e todos os estudantes concluem no prazo, o

resultado será de 25%, ou seja, este indicador somente atingirá 100% em curso com início e término no mesmo ano.

Registre-se que não é recomendável analisá-lo de maneira isolada, mas em conjunto com os indicadores das taxas de evasão, reprovação, matrícula continuada regular e matrícula continuada retida, tendo em vista que os cinco indicadores somados contemplam todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%. A seguir, apresenta-se a fórmula utilizada para a obtenção do indicador:

$$\text{Taxa de Conclusão (\%)} = \frac{\text{Concluídos}}{\text{Matrículas Atendidas}} * 100$$

A taxa de evasão mede o percentual de matrículas finalizadas evadidas em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos e é influenciado pela taxa de crescimento das matrículas no período. A seguir, é apresentado a fórmula utilizada para a obtenção do indicador:

$$\text{Taxa de Evasão (\%)} = \frac{\text{Matrículas Finalizadas Evadidas}}{\text{Matrículas Atendidas}} * 100$$

A taxa de evasão, somado aos indicadores de taxa de conclusão, taxa de reprovação, taxa de matrícula continuada regular e taxa de matrícula continuada retida, contempla todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%.

Há que se registrar que os indicadores que pautaram o Tribunal de Contas da União para o estabelecimento do Acórdão Nº 506/2013, demandando à Rede Federal o desenvolvimento de Planos Institucionais de Permanência e Êxito, apresentam dados quantitativos que colocam o IFSul em situação significativamente superior à média da Rede, no que tange ao indicador de evasão no ano-base de 2011,

o último analisado no estudo desenvolvido pelo TCU. Como base nos levantamentos do Sistec, no período em foco (2011) registra-se uma taxa de evasão média de 14,3 % na Rede Federal, enquanto que se verifica a média de 7,10% no mesmo indicador, considerando-se os variados cursos de nível médio e superior do IFSul.

Embora aparentemente favorável, tal indicador merece ser considerado não como indício de sucesso da Instituição perante a Rede, mas sim como evidência da necessária relativização dos índices quantitativos, já que se analisados a fundo, revelam expressivas discrepâncias entre os desempenhos de diferentes níveis e modalidades de cursos, além de não expressarem correlação direta com o sucesso estudantil, necessitando ser correlacionados com os índices de retenção e conclusão para este fim.

Nota-se, portanto, que, para que o levantamento quantitativo cumpra a função de instrumentalizar o replanejamento institucional e de subsidiar a qualificação permanente das ofertas educativas, necessita ser sempre relativizado, à luz da análise rigorosa das múltiplas variáveis que afetam circunstancialmente cada indicador e do estabelecimento de correlações entre os indicadores. Além disso, há que se atentar para a atualização permanente das informações acadêmicas que geram os cálculos dos indicadores.

Com o propósito de manter permanentemente atualizados os dados acadêmicos, visando resgatar estudantes evadidos e/ou retidos ao longo de sua escolaridade, a Pró-reitoria de Ensino desenvolveu instrumento de monitoramento de índices acadêmicos, o **Manual para Acompanhamento de Indicadores de Permanência e Êxito – IFSul** (Apêndice B) baseado no Manual de Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, elaborado pela SETEC/MEC (2016), visando ao aferimento contínuo dos índices de retenção e evasão em tempo real, subsidiando o replanejamento das variadas ofertas ainda ao longo dos ciclos de matrícula dos estudantes.

É importante destacar, ainda, que o Manual de Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, documento orientador elaborado em 2016 pela SETEC/MEC, com base nos Indicadores de

Permanência e Êxito - Ofícios-Circulares Nº 60/2015 e Nº 77/2015, encontra-se em processo de revisão, visto que alguns indicadores apresentam resultados incompatíveis com a realidade da Rede Federal e as metas previstas no PNE. Tal afirmativa pode ser confirmada pelo trecho a seguir extraído da Portaria SETEC/MEC Nº 9/2017:

Art. 1º Instituir **Grupo de Trabalho** com a finalidade de desenvolver **estudos acerca dos indicadores de gestão** que demonstrem a ampliação da oferta e a melhoria da eficiência da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º O Grupo de Trabalho, sem prejuízo das competências dos Órgãos envolvidos, terá como atribuições:

- a) **avaliar os indicadores existentes;**
- b) **propor conjunto de indicadores de gestão**, tendo como base as orientações e conceitos contidos no Acórdão 2.267/2005 - TCU - Plenário e no Plano de Ação para o cumprimento das determinações do Acórdão nº 506/2013 - TCU Plenário;
- c) **avaliar os indicadores contidos no Termo de Acordo de Metas e na Matriz Orçamentária da Rede Federal**, visando conferir maior efetividade ao cumprimento dos objetivos e finalidades estabelecidos pelos artigos 6º e 7º da Lei 11.892, de 2008;
- d) **elaborar estudos e desenvolvimento de indicadores com vistas à sua aplicação na Rede Federal;**
- e) **propor guia de elaboração e análise dos Indicadores de Gestão da Rede:**
 - I. descrição e conceito dos indicadores;
 - II. método de cálculo de cada indicador;
 - III. interpretação dos resultados dos indicadores; e,
 - IV. estrutura de apresentação dos relatórios.

Independente da rediscussão de indicadores e provável revisão e pacificação de conceitos advindos do processo supracitado, o IFSul vem sistematicamente trabalhando na promoção de estratégias para superação dos fenômenos de evasão e retenção com ênfase na análise qualitativa, conforme demonstra diagnóstico qualitativo já consolidado pela Pró-reitoria de Ensino com base no levantamento realizado pelos quatorze *campi* integrantes da Instituição, cujos resultados serão apresentados e discutidos na próxima seção.

5.2.3. Fase 3 – Elaboração do Diagnóstico Qualitativo

A análise qualitativa constituiu-se como etapa estratégica do desenvolvimento do PEIPEE, convertendo-se em um importante movimento instituinte, envolvendo a ação articulada das Comissões Locais, Comissão Central e Pró-reitoria de Ensino ao longo de sua consolidação.

A deflagração desta etapa sucedeu a disponibilização dos relatórios quantitativos aos *campi*, aos quais foi demandada a análise dos indicadores locais, levantando possíveis fatores intervenientes nos fenômenos em discussão, além da prospecção de alternativas de intervenções locais e sistêmicas para a sua reversão.

Tendo em vista os princípios metodológicos discutidos e definidos institucionalmente quando da deflagração desta etapa, a saber a *natureza complexa e multifatorial*, a *circunstancialidade* e a *contextualidade* dos fenômenos, bem como a *corresponsabilidade de gestão* para o seu enfrentamento, optou-se pela investigação local dos fenômenos de evasão e retenção, particularizando-se a análise dos fatores e projeção de ações por campus e curso, indicando-se também a responsabilidade executiva de cada ação proposta.

Além disso, privilegiou-se a articulação da análise qualitativa e do planejamento de ações estratégicas com os consensos educativos traduzidos nos objetivos e metas do PDI/IFSul, compreendidos como elementos transversais no planejamento do PEIPEE.

Para subsidiar o trabalho dos *campi* na construção de seus diagnósticos, com base nesses princípios, a PROEN desenvolveu e disponibilizou um instrumento de análise qualitativa (Apêndice C), em formato de planilha eletrônica, incluindo orientações gerais para a análise e abas para o registro das percepções e decisões de planejamento levantadas por cada curso, a respeito dos fenômenos em pauta.

Optou-se, preliminarmente, pelo levantamento de fatores considerando-se tão somente as categorias de análise indicadas pela SETEC – fatores individuais; fatores internos; fatores externos. A caracterização das categorias também compôs a planilha, com base nos conceitos fornecidos pela própria SETEC.

A partir do referido instrumento, os *campi*, por meio de suas Comissões Locais, procederam à análise circunstanciada e contextualizada de seus fenômenos internos de evasão, mobilizando a reflexão de todos os colegiados de curso, com possível participação de outros membros da comunidade escolar, a critério de cada equipe gestora. A consolidação destes diagnósticos locais, doravante denominada **Etapas 1 do Diagnóstico Qualitativo**, culminou no envio das planilhas à PROEN, instância sistêmica de articulação e planejamento do PEIPEE, a quem coube a organização e análise sistêmica dos dados levantados.

O processo de análise sistêmica dos indicadores qualitativos demandou especial esforço interpretativo, em função de uma gama de vieses localizados na composição do diagnóstico.

Um primeiro aspecto que trouxe complexidade ao levantamento e à organização das evidências foi a ausência de padronização na metodologia de coleta, opção justificada pela diferença de estrutura técnica e gestonária dos diferentes *campi* a requerer flexibilidade na condução dos processos de trabalho, mas que agregou dificuldades à sistematização e categorização das informações.

Outra fragilidade que merece registro diz respeito à evidente ênfase protocolar com que a tarefa foi assumida por algumas unidades, indiciada por repetições literais de dados em cursos distintos, impropriedades na correlação de fatores e categorias, análises eventualmente pautadas pelo senso comum, em detrimento de reflexões mais aprofundadas, seja do ponto de vista político quanto do ponto de vista pedagógico.

Tais evidências revelam a ainda incipiente maturidade das práticas de gestão democrática e planejamento reflexivo na instituição, com provável relação com a acelerada e recente expansão da Instituição, situação que acaba por produzir dificuldades na construção dos sentidos de pertencimento e protagonismo educativo entre os sujeitos que compõem cada *campi*, em particular, e a Instituição em geral. Trata-se de manifestação que merece atenção e investimento institucional, justificando a adoção de metodologia de intervenção instituinte, que privilegie as práticas reflexivas de planejamento, alicerçadas na tríade ensino-pesquisa-extensão,

bem como favoreça os processos de gestão democrática, com ênfase no protagonismo dos sujeitos educativos, conforme será delimitado na próxima seção.

Os dados qualitativos relacionados aos fatores de evasão e retenção apontados pelos *campi* foram analisados pela Pró-reitoria de Ensino e recategorizados em conformidade com as similaridades e prevalências observadas nos diferentes diagnósticos colhidos, gerando relatórios qualitativos por campus, etapa esta doravante denominada **Etapa 2 do Diagnóstico Qualitativo**.

Assim, da análise dos fatores preliminarmente categorizados como fatores internos, externos e individuais, emergiram subcategorias criadas em conformidade com a similaridade de sua natureza, permitindo a configuração de um diagnóstico qualitativo mais refinado. Dessa forma, chegou-se às seguintes subcategorias, tendo em vista a prevalência e significatividade dos fatores elencados pelos *campi*:

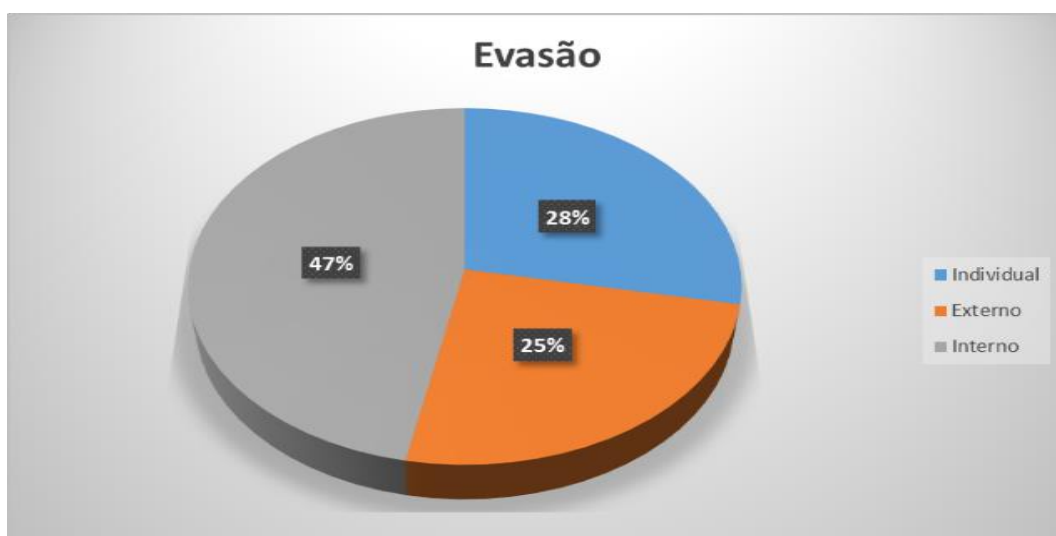
- Processo de ensino e de aprendizagem
- Estrutura curricular;
- Escolaridade prévia;
- Desempenho escolar;
- Infraestrutura e políticas institucionais;
- Acessibilidade e inclusão;
- Conjuntura econômica e social;
- Mobilidade e localização geográfica;
- Motivação;
- Opção por outros cursos;
- Limites pessoais ou familiares;
- Limites relativos ao trabalho;
- Conhecimento sobre a área de atuação.

A partir da definição das subcategorias, foram produzidos os relatórios por campus compostos de gráficos com os percentuais de incidência de fatores por categorias (fatores internos, externos e individuais), por subcategorias, bem como tabelas de fatores e respectivas correlações entre categorias e subcategorias. Os relatórios completos encontram-se anexados a este documento-síntese (Apêndice D) e serão disponibilizados aos *campi* para que as Comissões Locais procedam à sua análise interpretativa, juntamente com o refinamento prospectivo de ações locais, correspondendo à denominada **Etapla 3 do Diagnóstico Qualitativo**.

Com o objetivo de ilustrar os achados advindos da análise sistêmica dos diagnósticos locais (Etapla 2 do Diagnóstico Qualitativo), apresenta-se, a seguir os gráficos extraídos dos relatórios por campus:

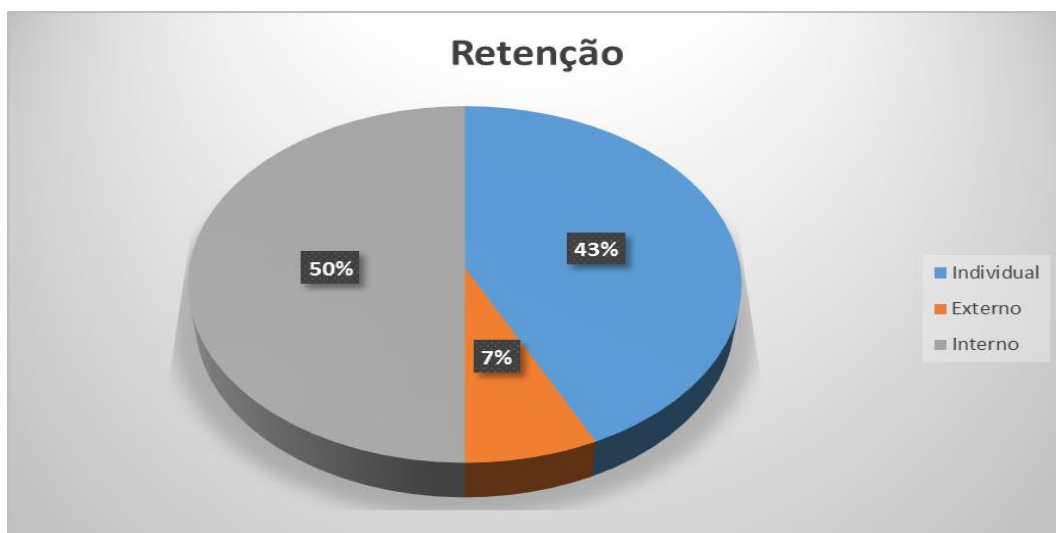
CHARQUEADAS

Gráfico 1: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Charqueadas



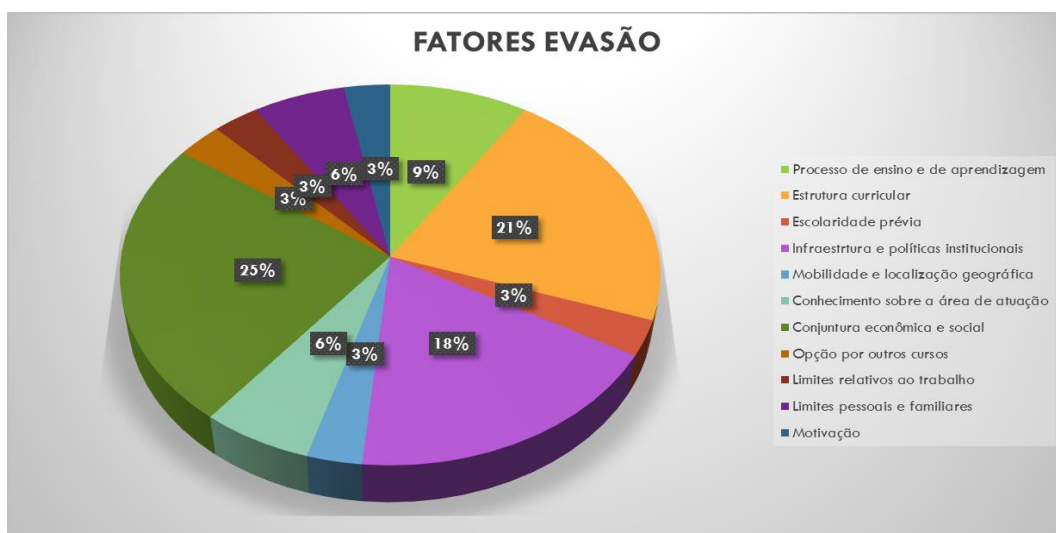
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 2: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Charqueadas



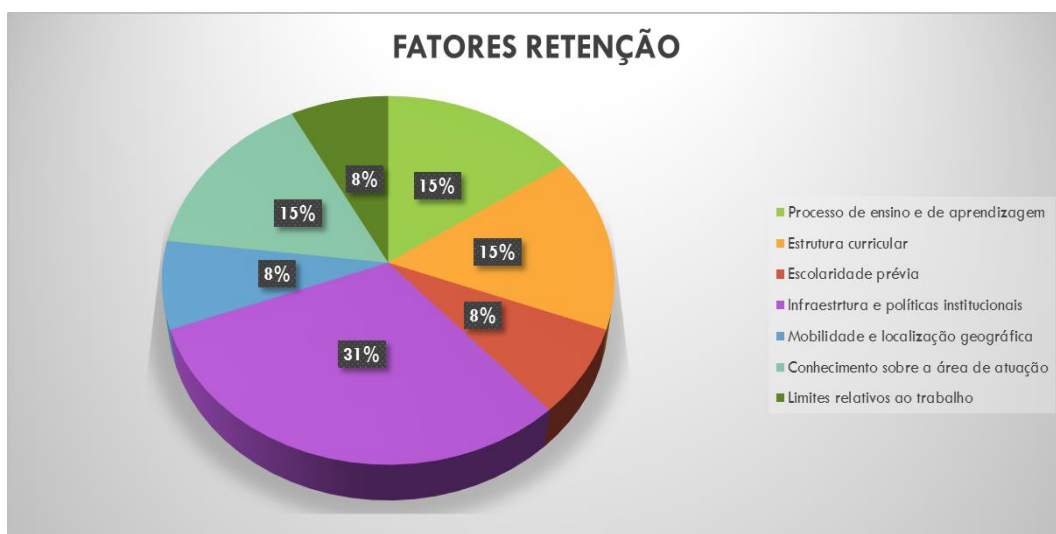
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 3: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Charqueadas



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

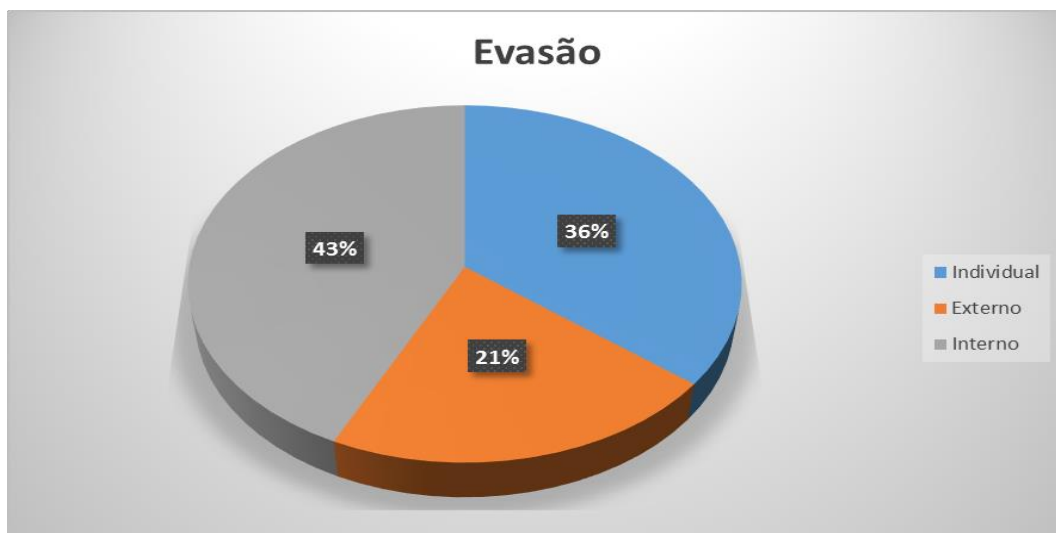
Gráfico 4: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Charqueadas



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

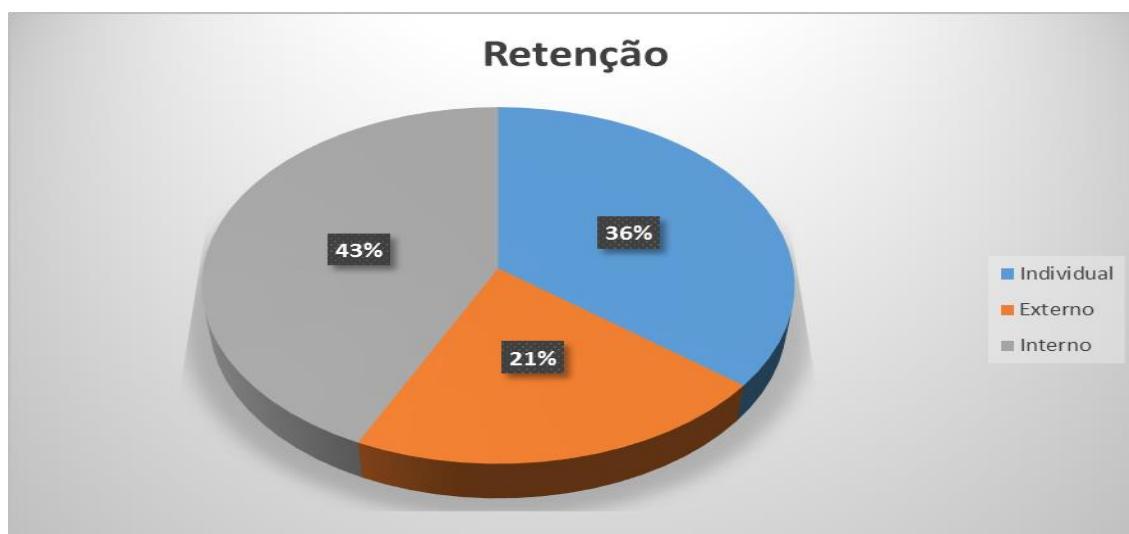
SANTANA DO LIVRAMENTO

Gráfico 5: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Santana do Livramento



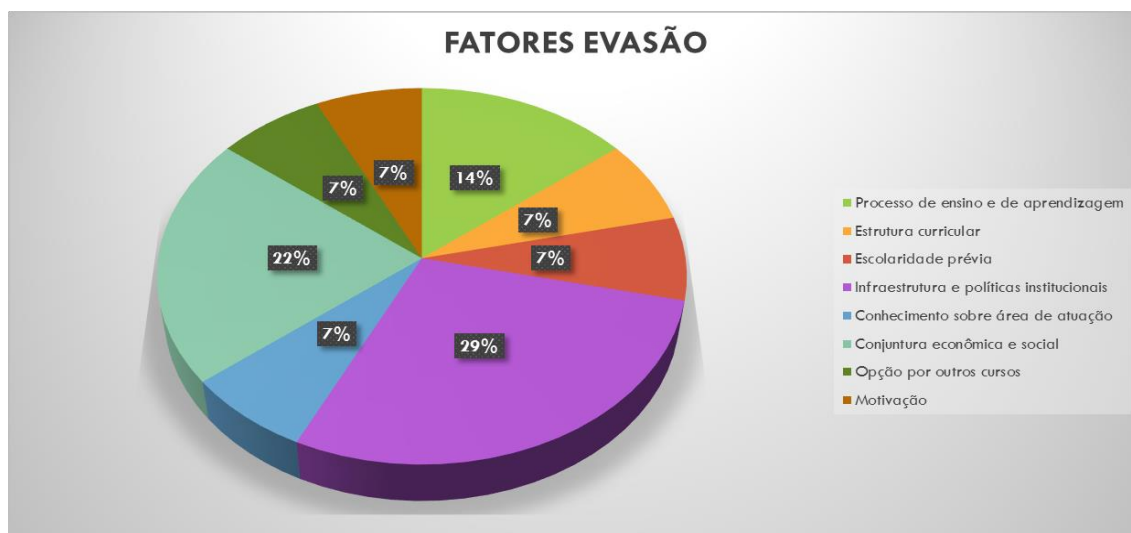
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 6: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Santana do Livramento



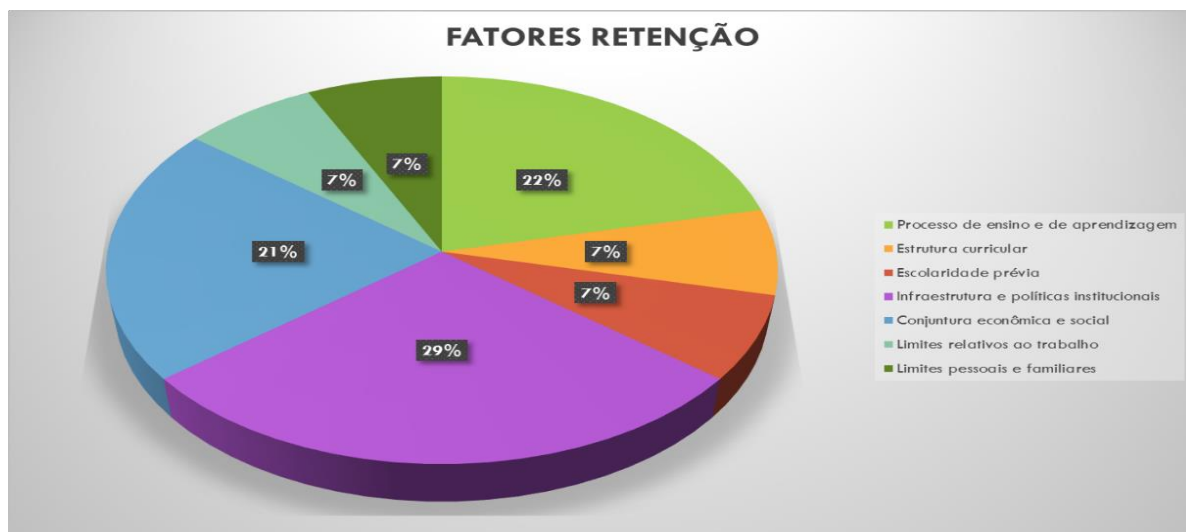
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 7: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Santana do Livramento



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

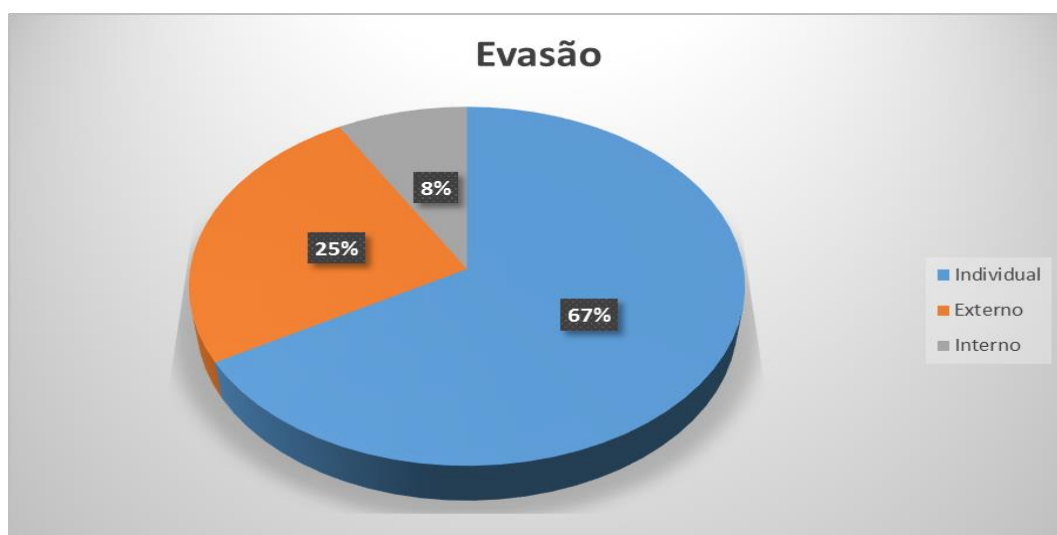
Gráfico 8: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Santana do Livramento



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

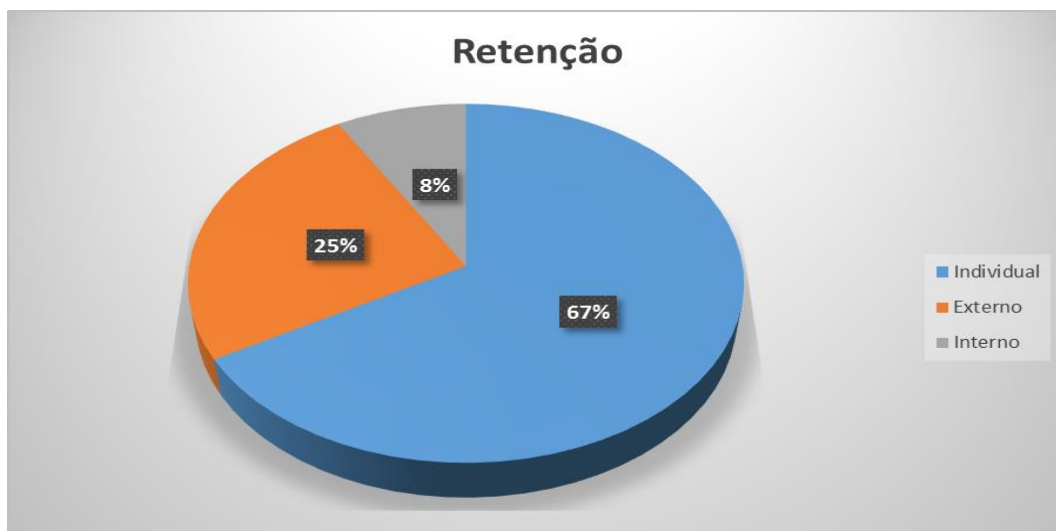
SAPIRANGA

Gráfico 9: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Sapiiranga



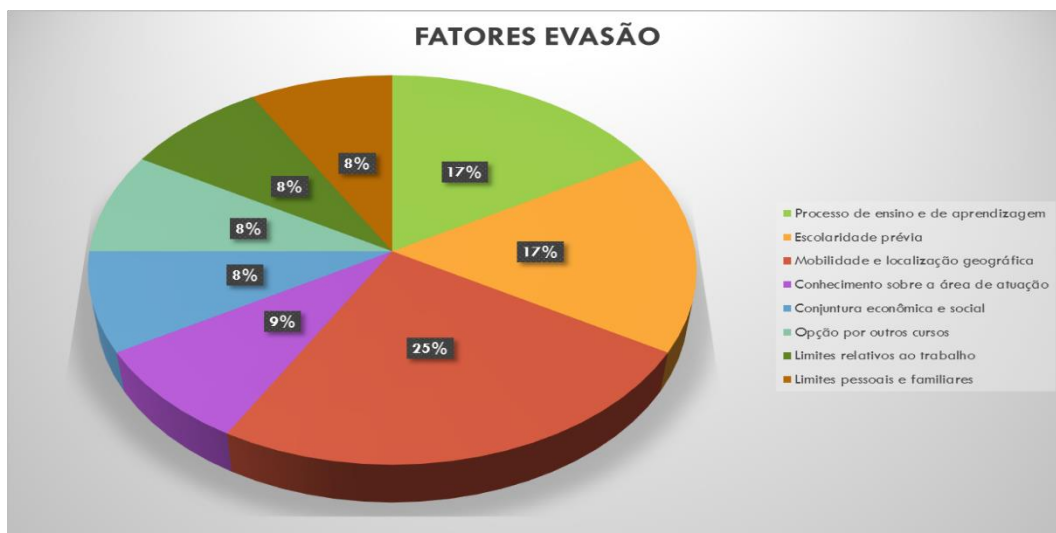
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 10: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Sapiiranga



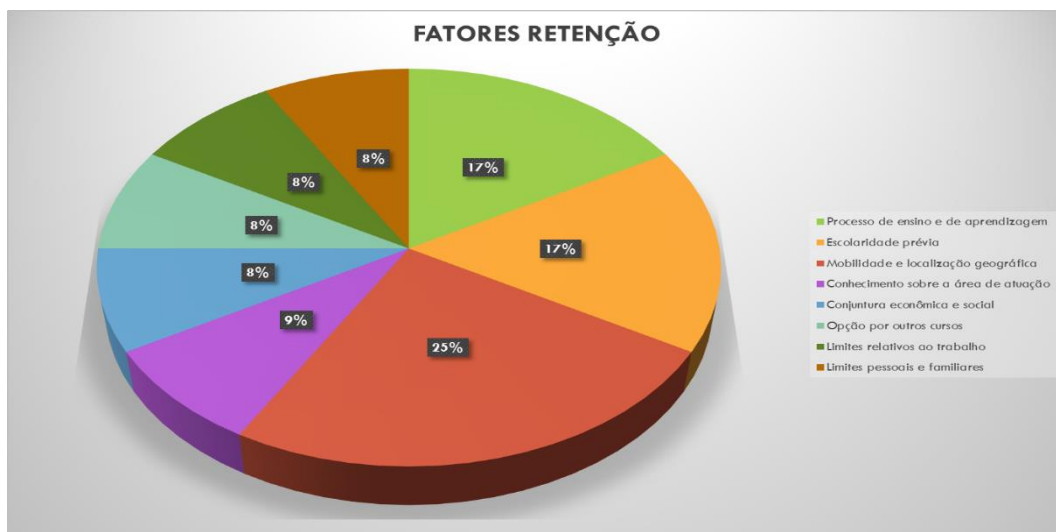
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 11: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Sapiiranga



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

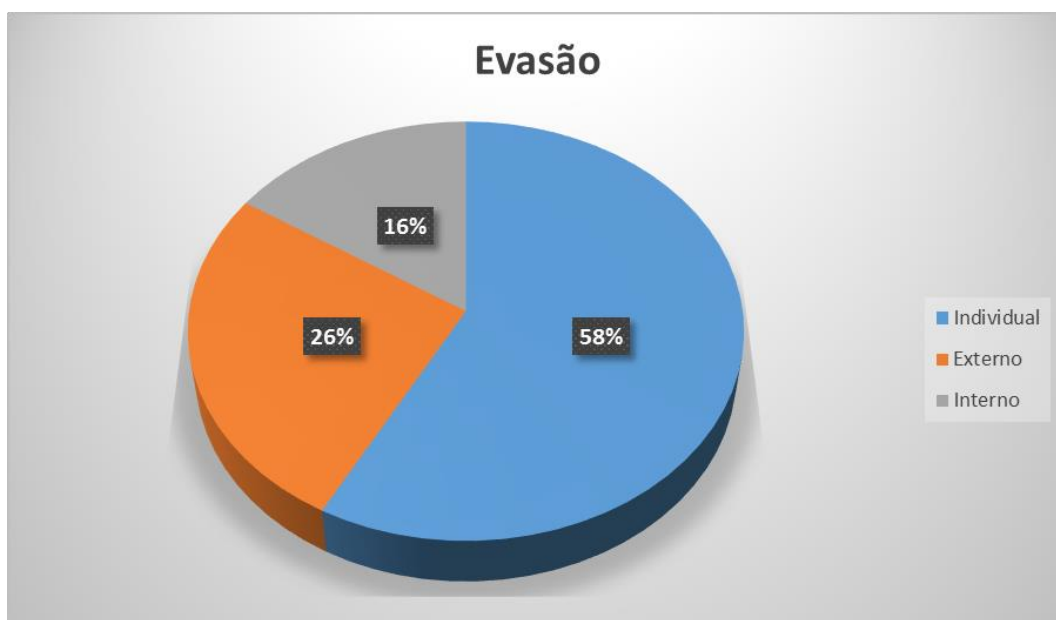
Gráfico 12: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Sapiiranga



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

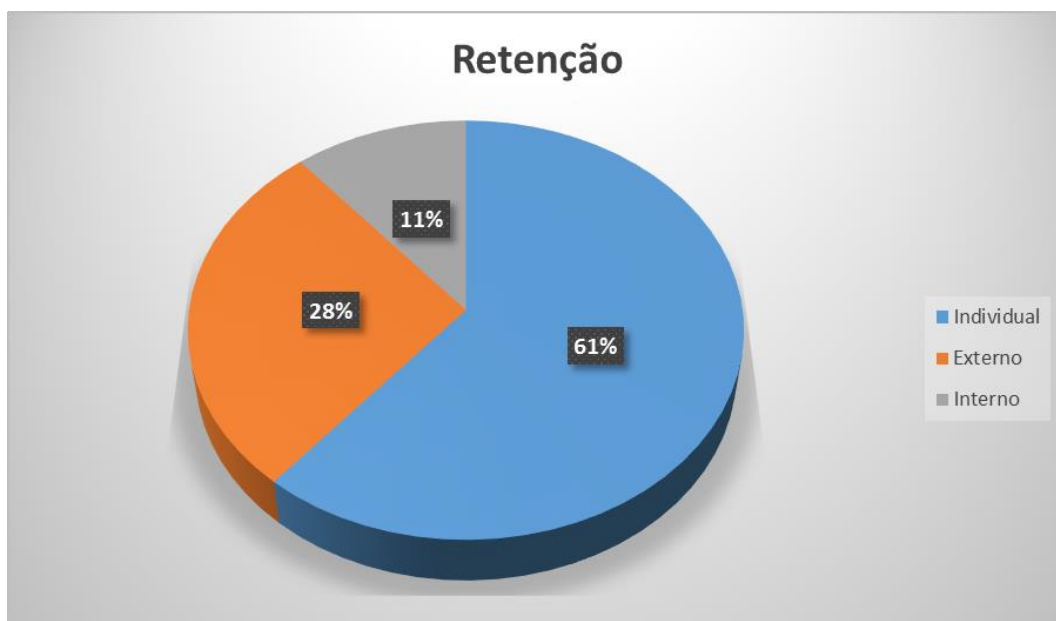
JAGUARÃO

Gráfico 13: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Jaguarão



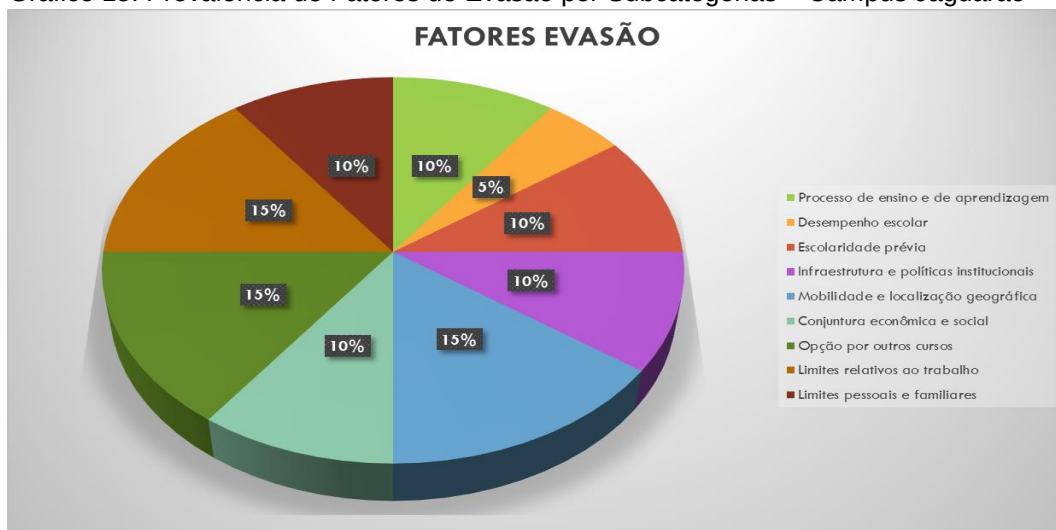
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 14: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Jaguarão



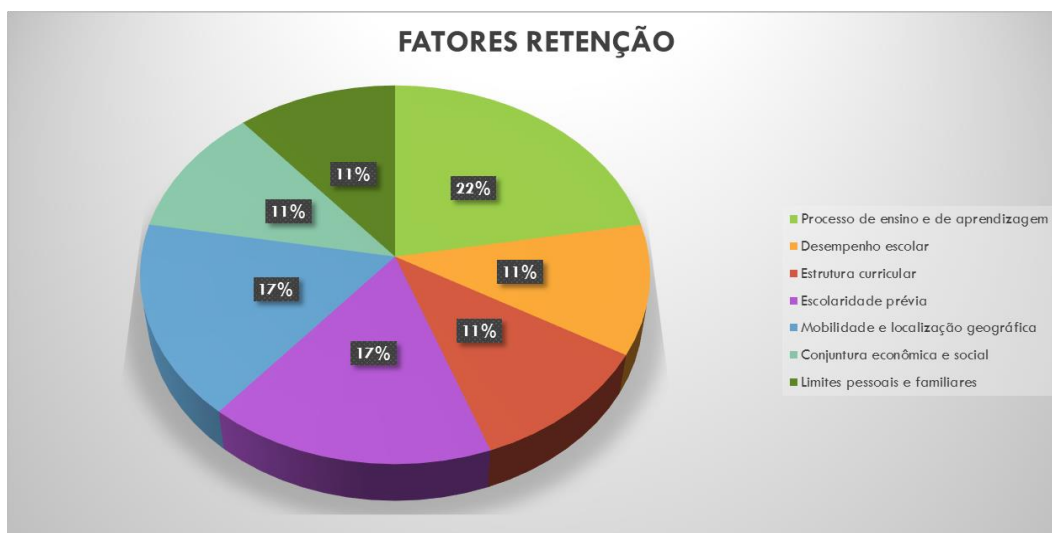
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 15: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Jaguarão



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

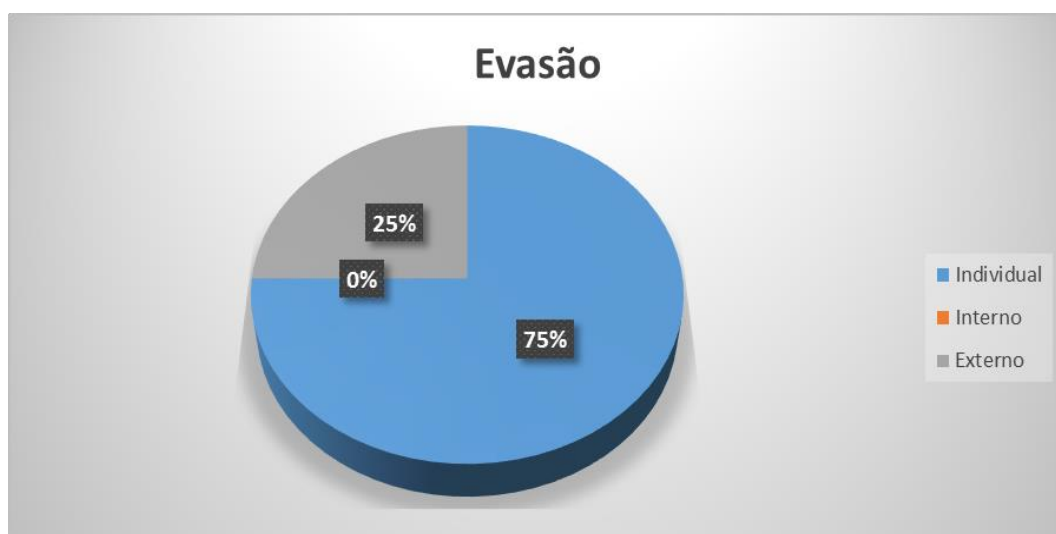
Gráfico 16: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Jaguarão



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

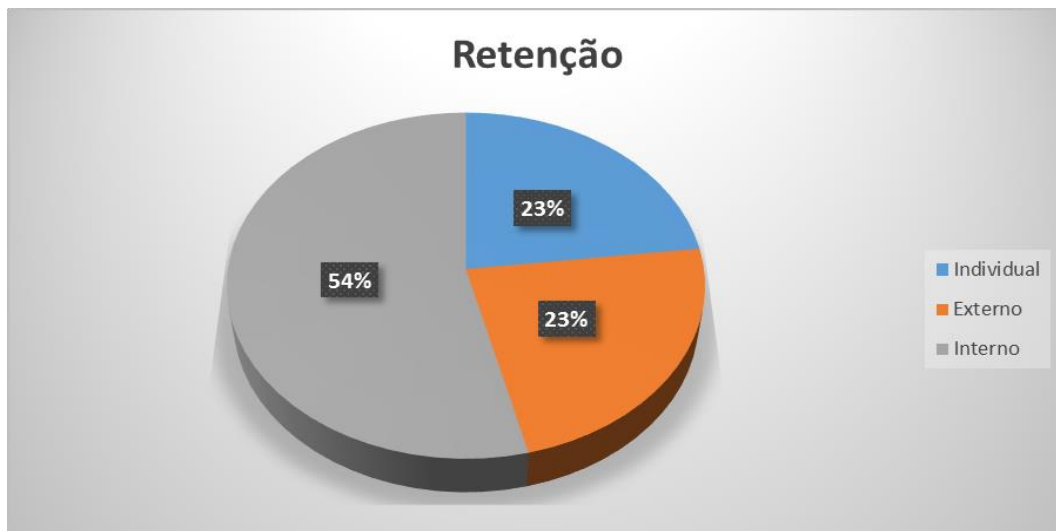
BAGÉ

Gráfico 17: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Bagé



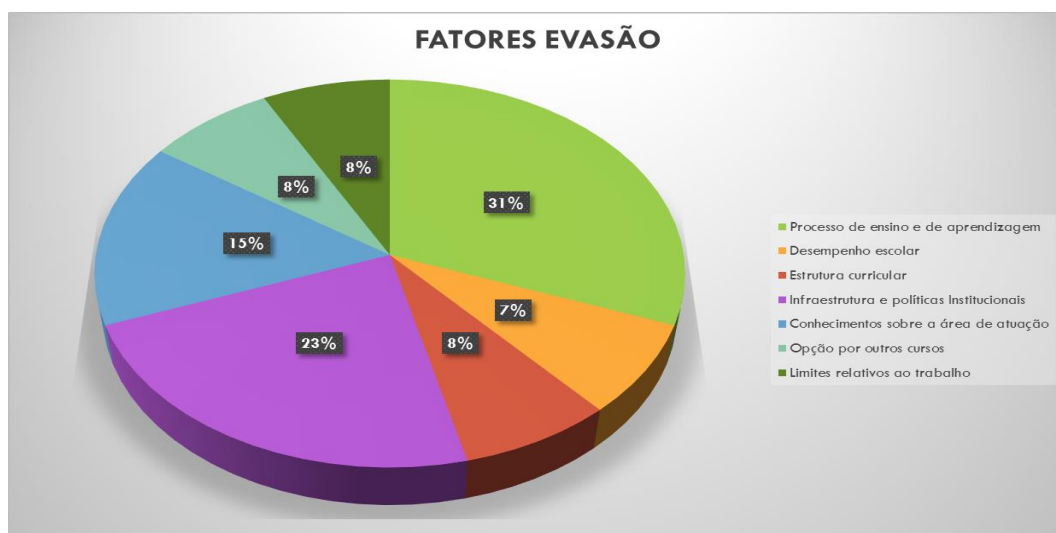
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 18: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Bagé



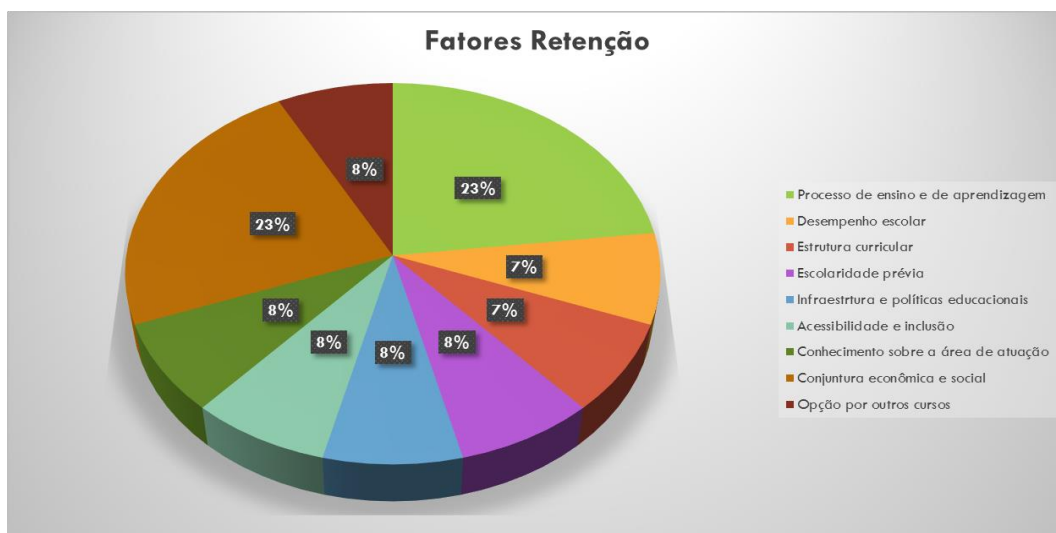
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 19: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Bagé



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

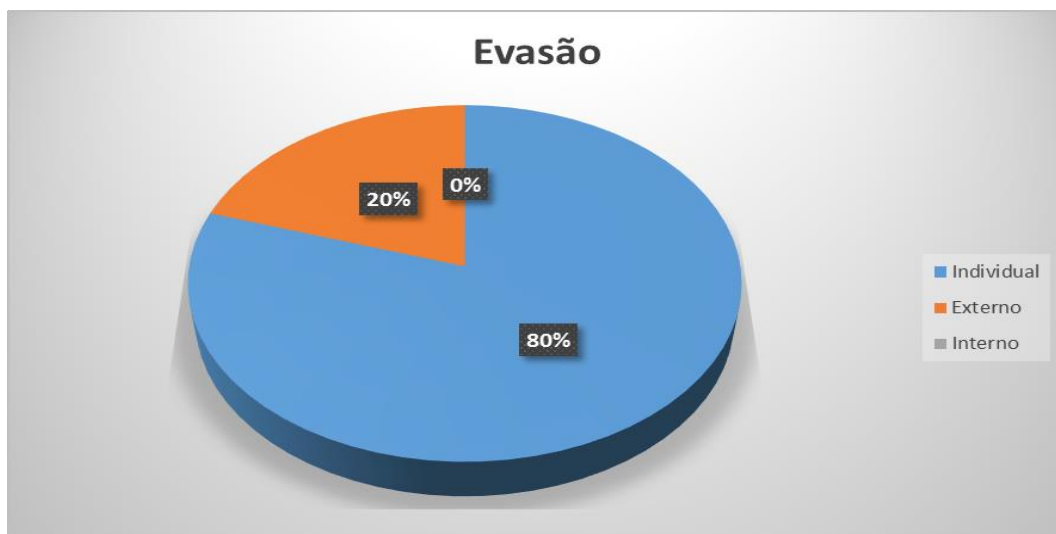
Gráfico 20: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Bagé



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

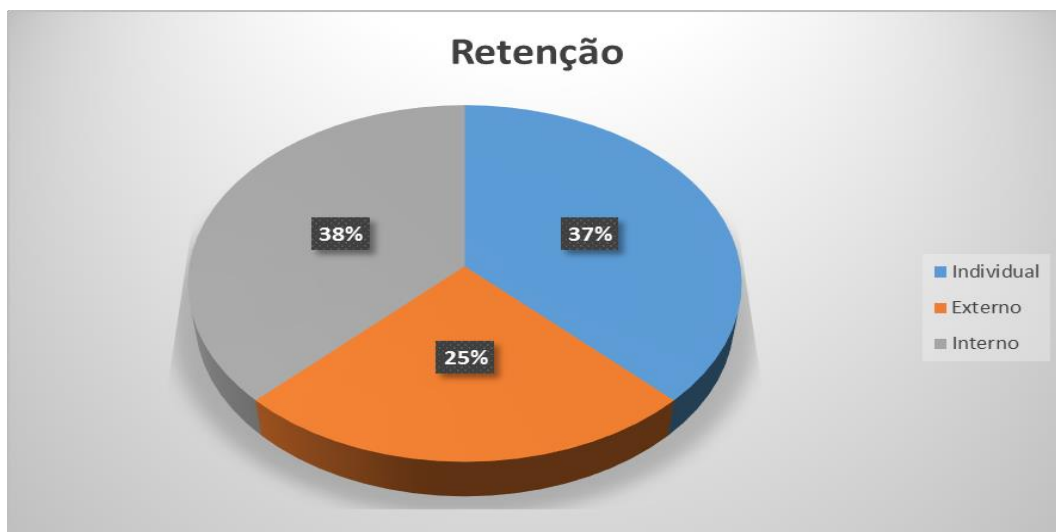
GRAVATAÍ

Gráfico 21: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Gravataí



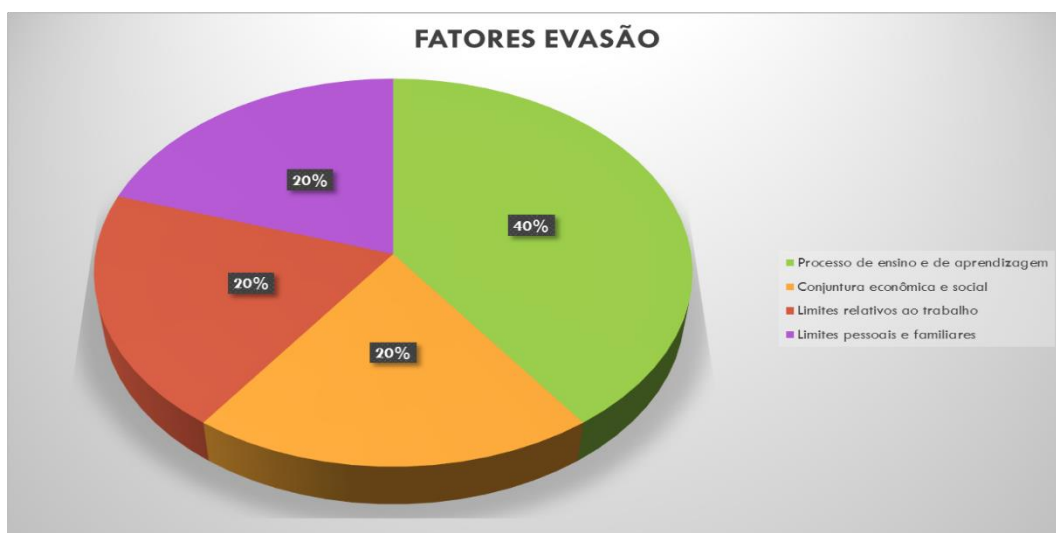
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 22: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Gravataí



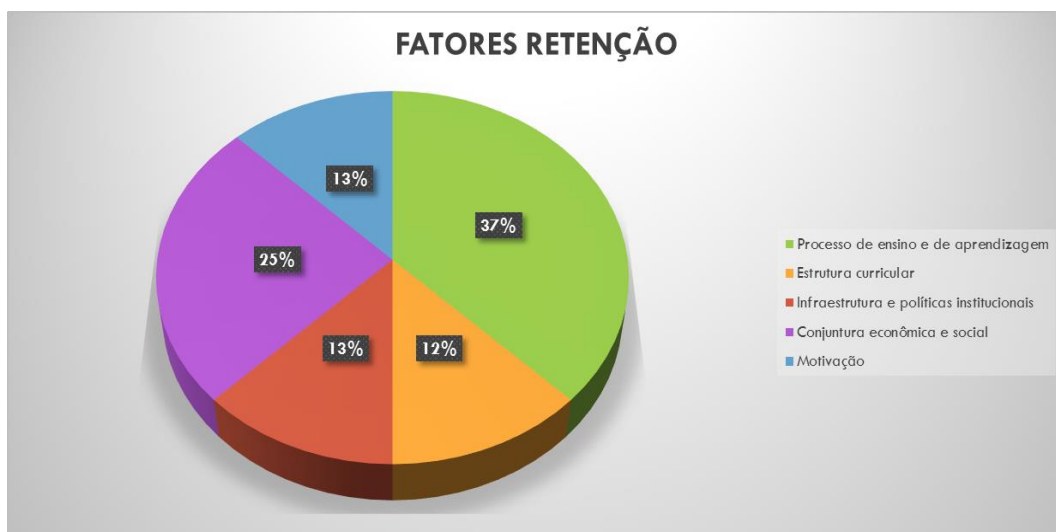
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 23: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Gravataí



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

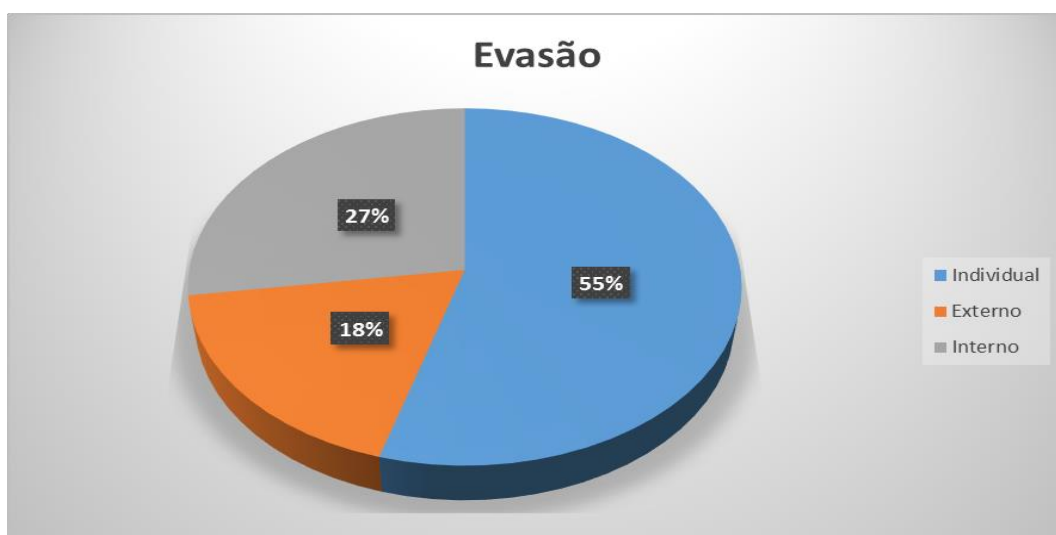
Gráfico 24: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Gravataí



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

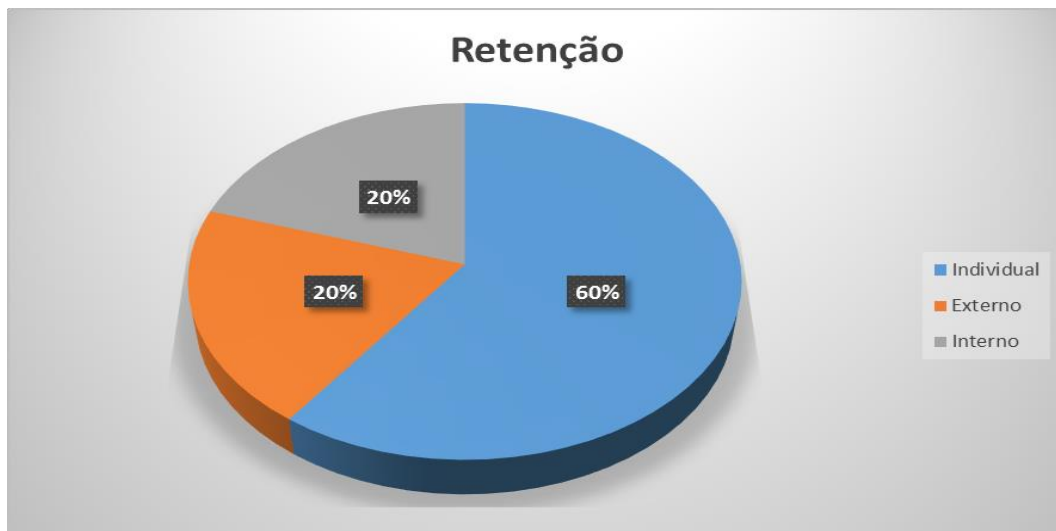
NOVO HAMBURGO

Gráfico 25: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Novo Hamburgo



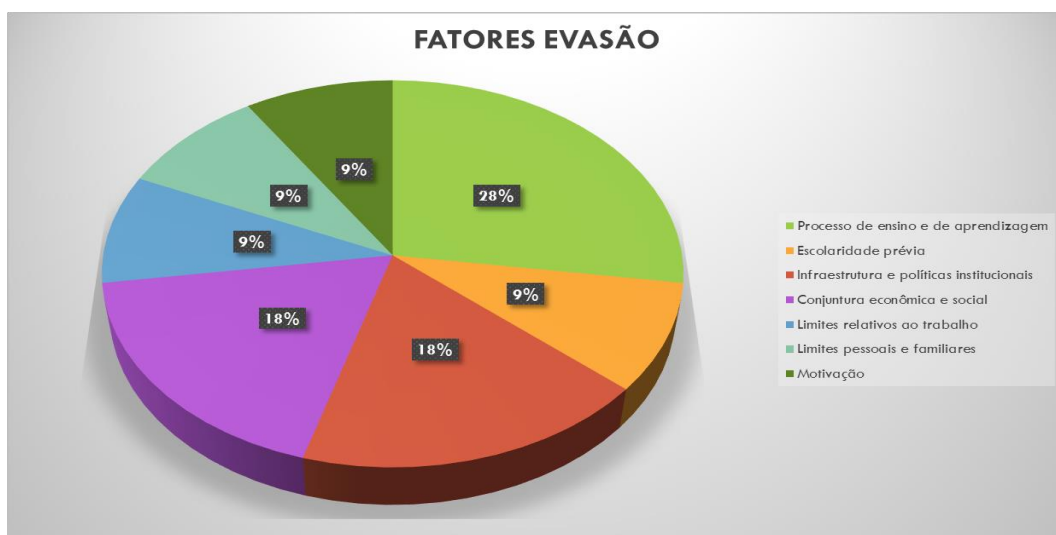
Fonte: Pró – Reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 26: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Novo Hamburgo



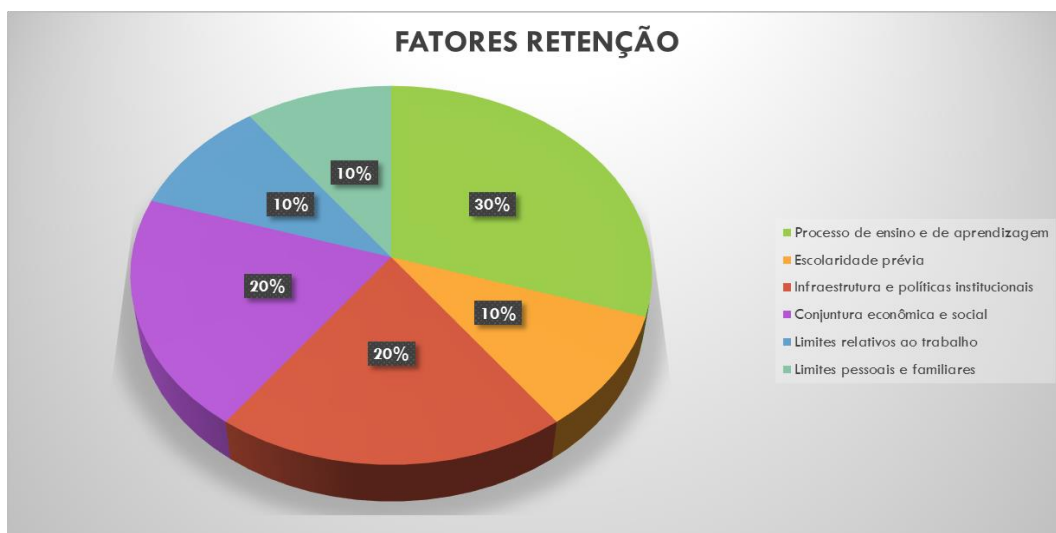
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 27: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Novo Hamburgo



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

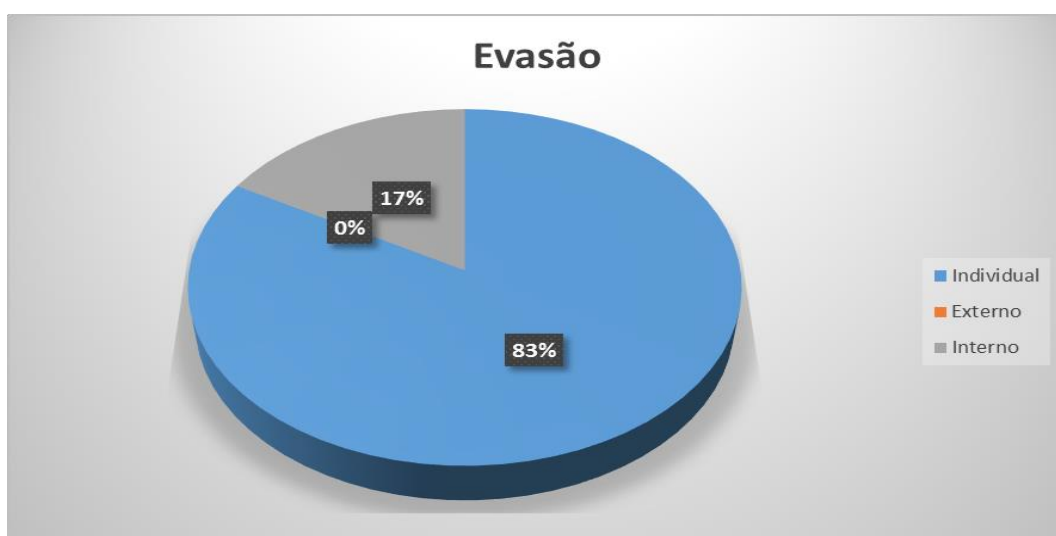
Gráfico 28: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Novo Hamburgo



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

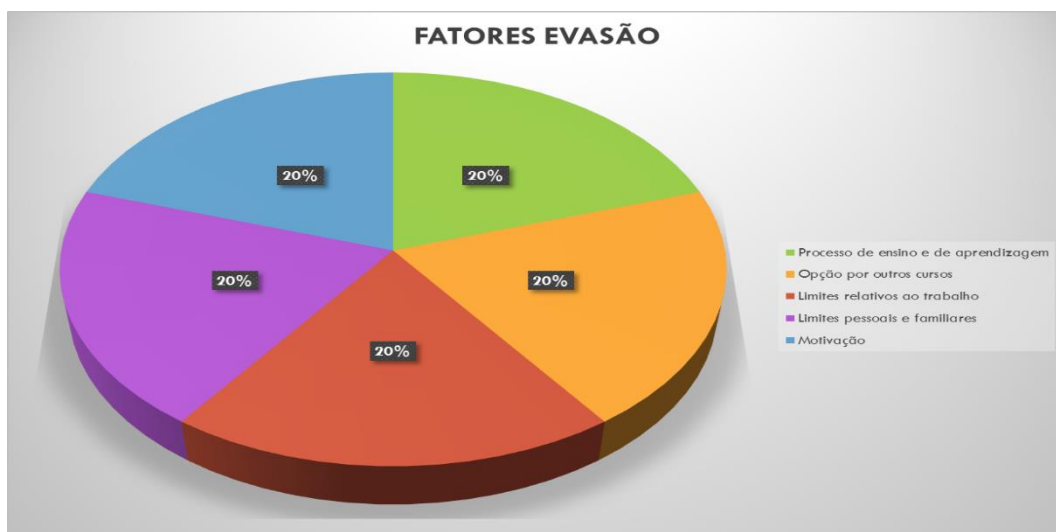
LAJEADO

Gráfico 29: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Lajeado



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

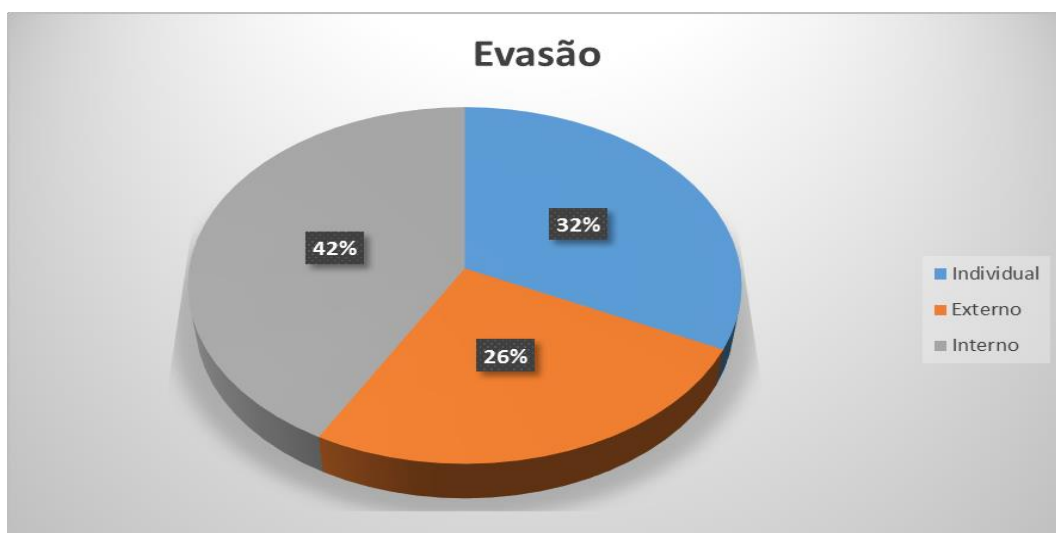
Gráfico 30: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Lajeado



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

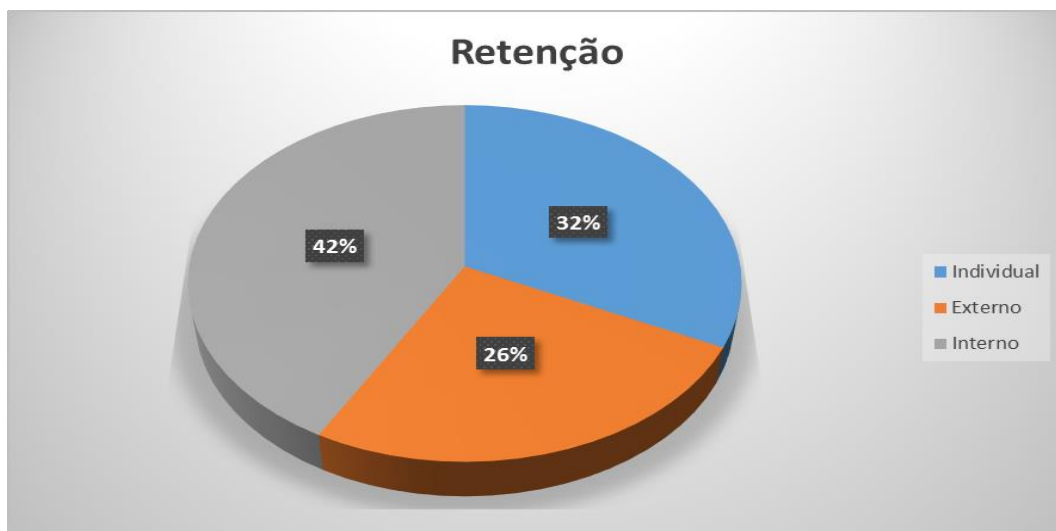
SAPUCAIA DO SUL

Gráfico 31: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Sapucaia do Sul



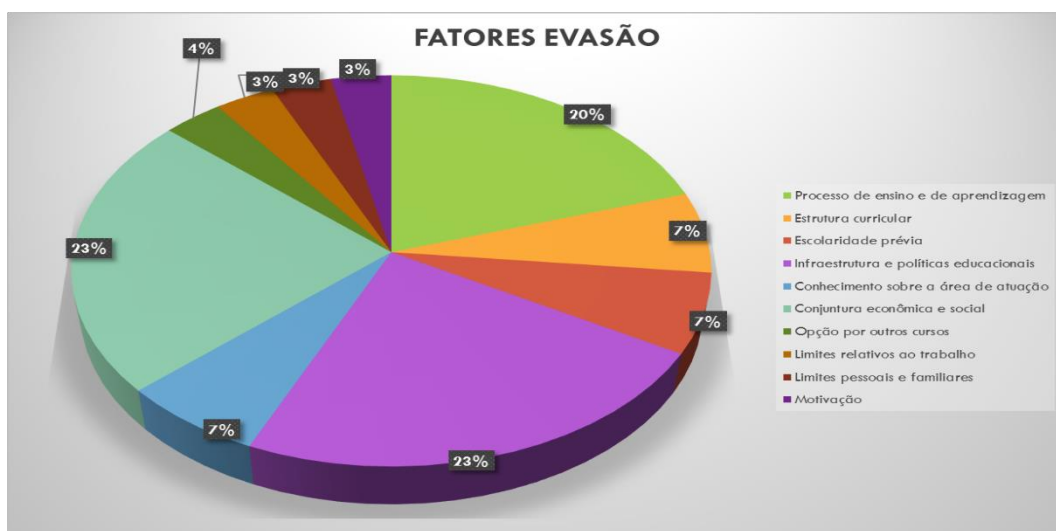
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 32: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Sapucaia do Sul



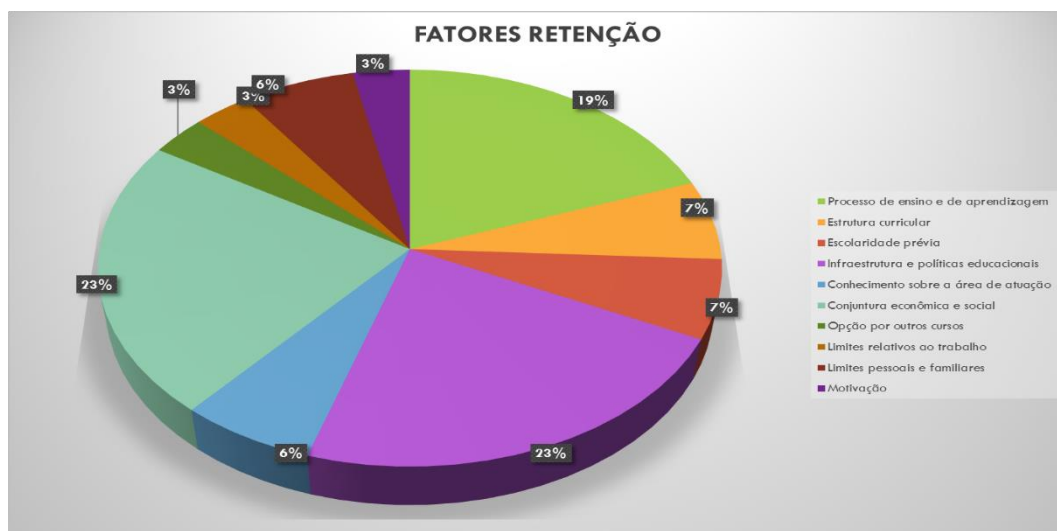
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 33: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Sapucaia do Sul



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

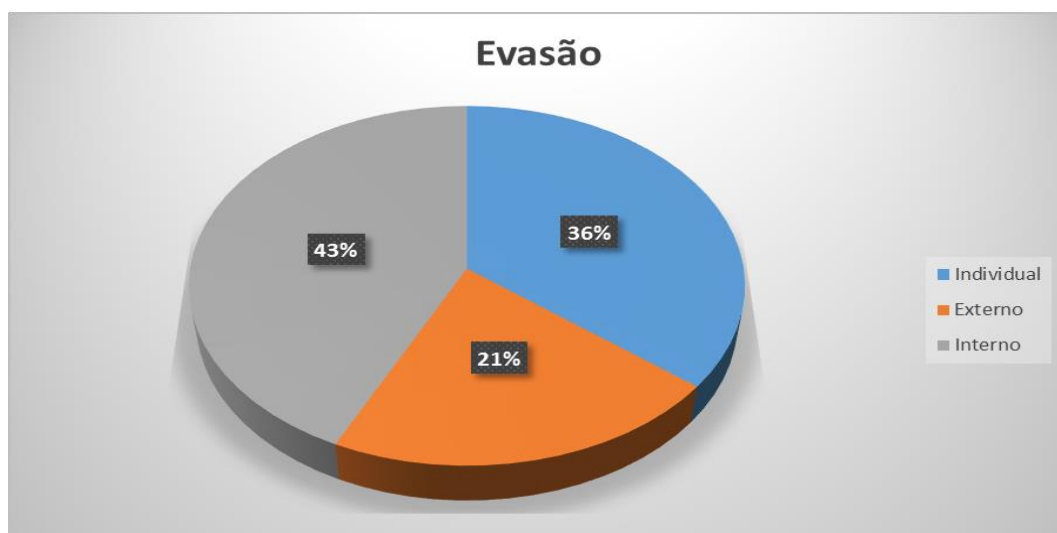
Gráfico 34: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Sapucaia do Sul



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

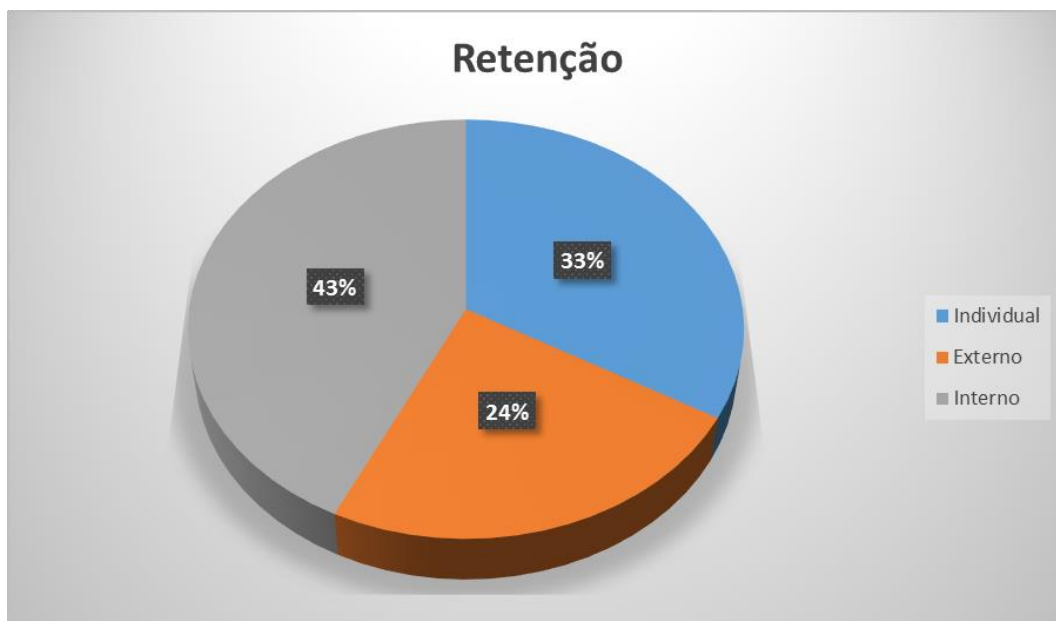
PASSO FUNDO

Gráfico 35: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Passo Fundo



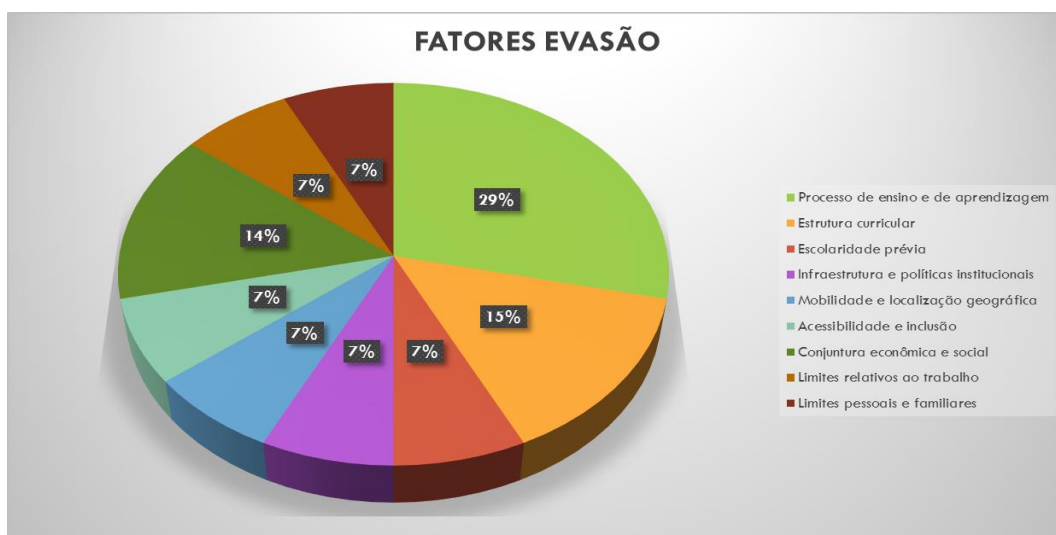
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 36: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Passo Fundo



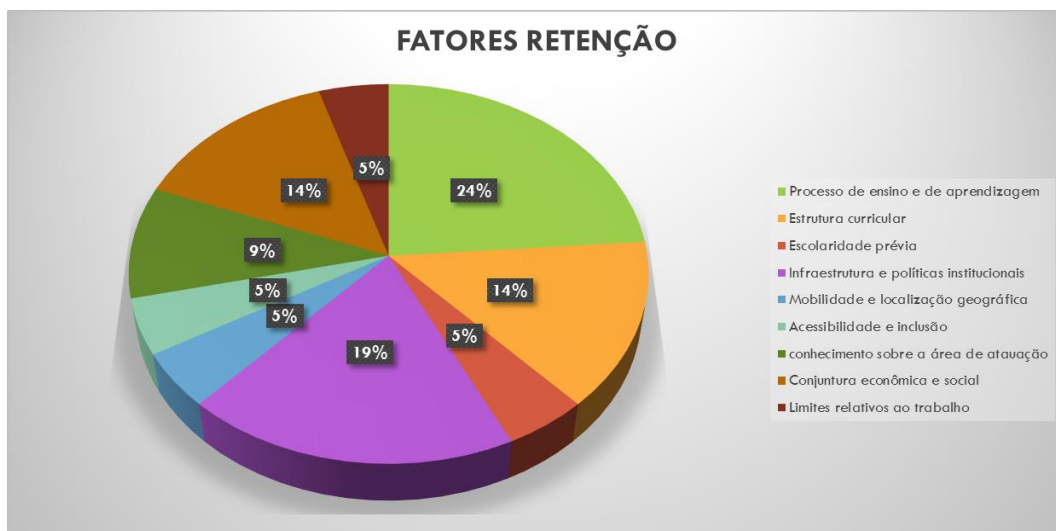
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 37: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Passo Fundo



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

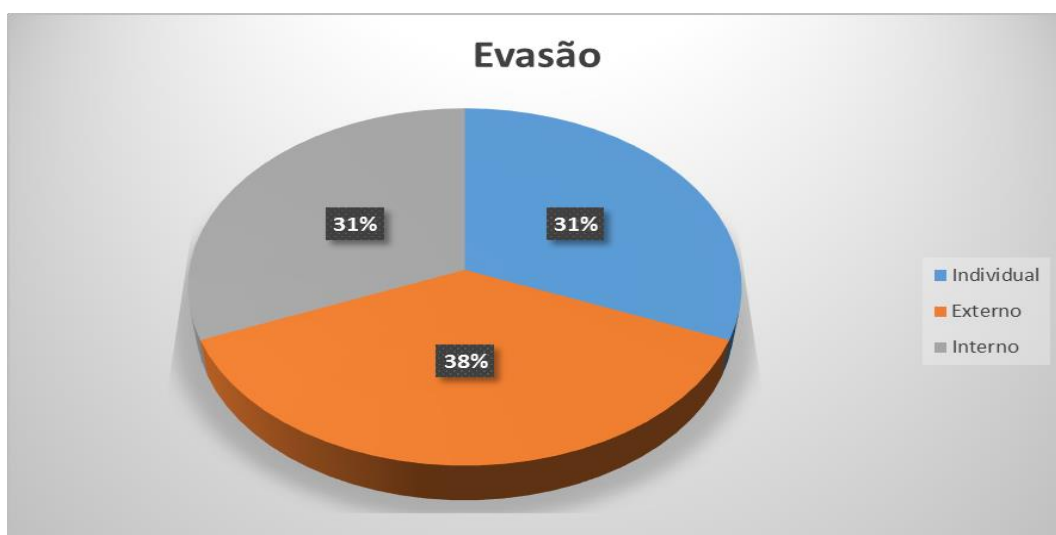
Gráfico 38: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Passo Fundo



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

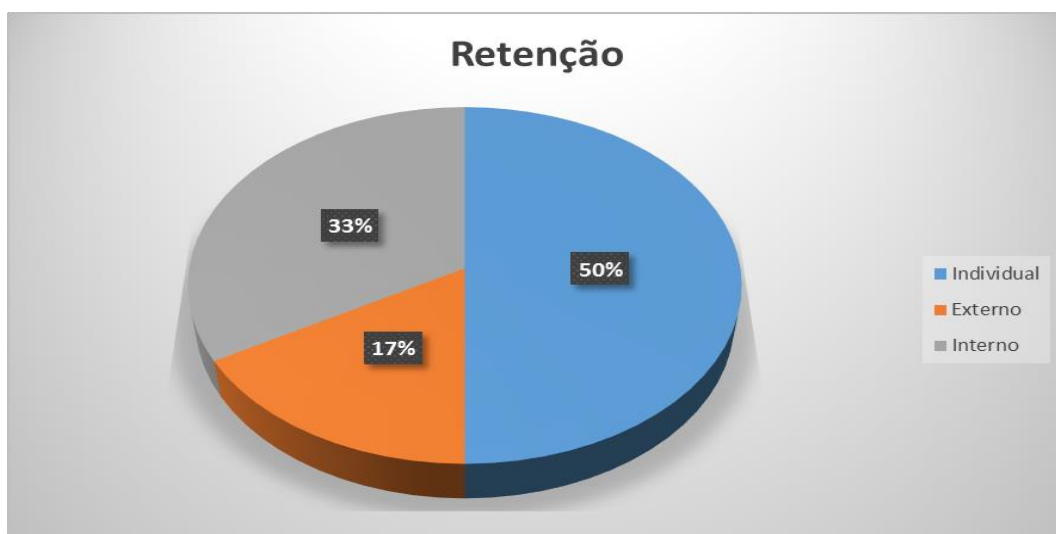
VENÂNCIO AIRES

Gráfico 39: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Venâncio Aires



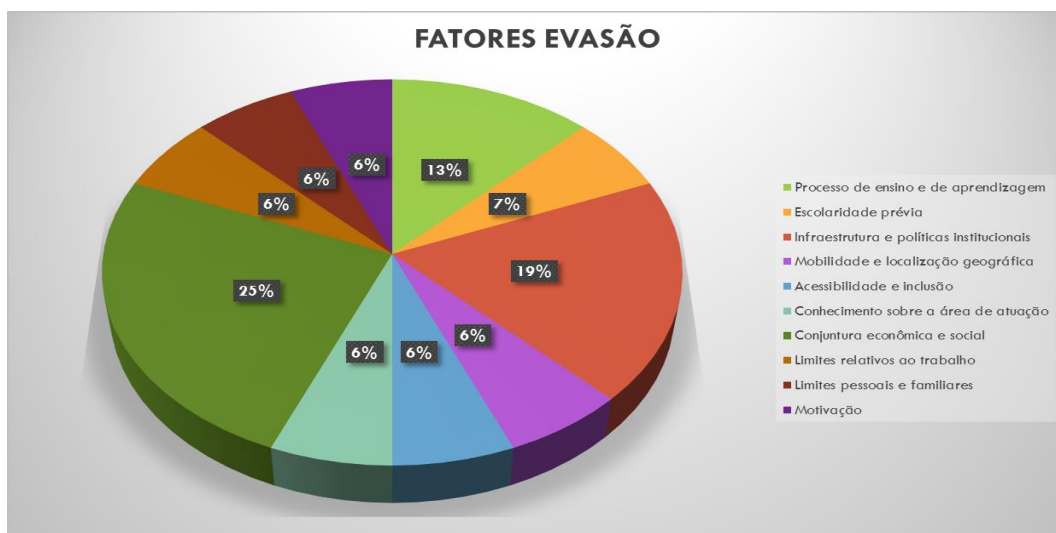
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 40: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Venâncio Aires



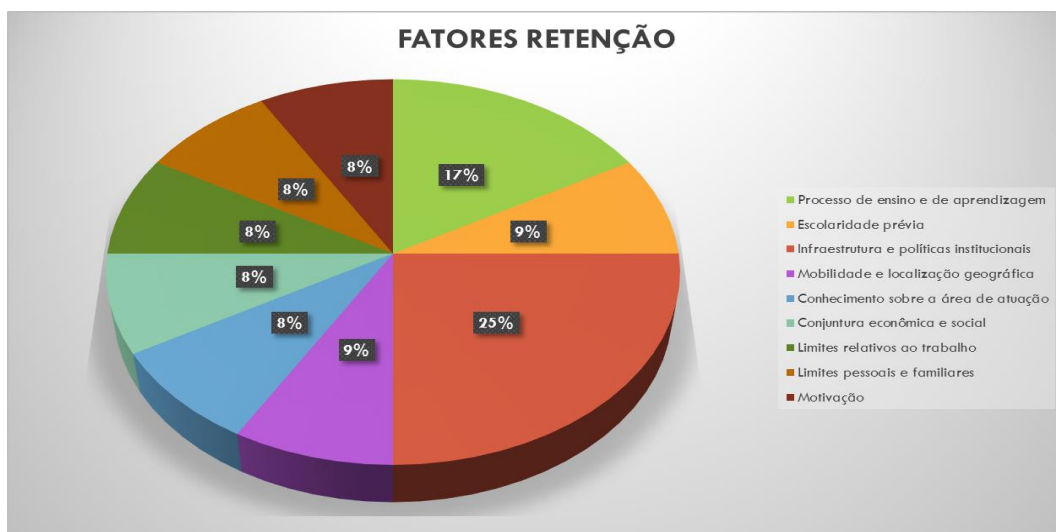
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 41: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Venâncio Aires



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

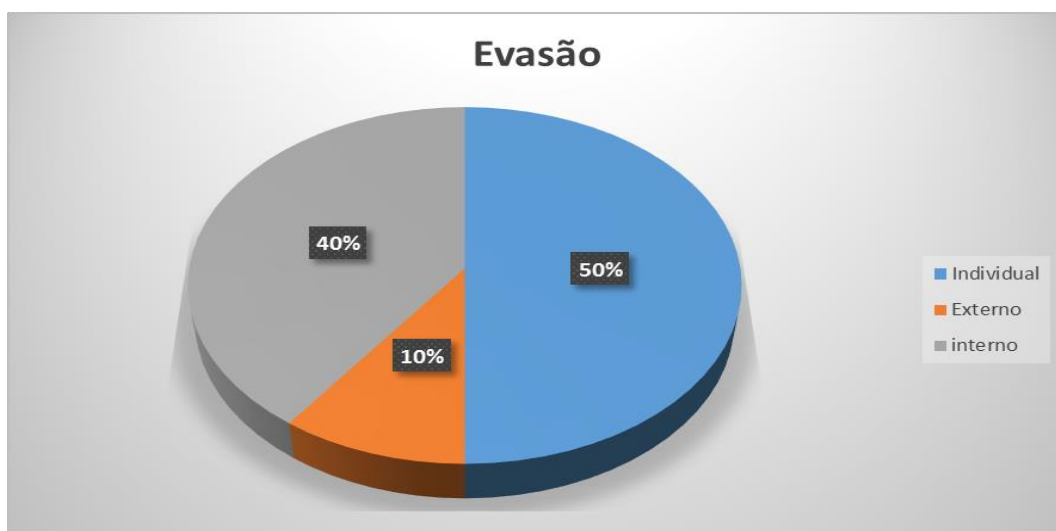
Gráfico 42: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Venâncio Aires



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

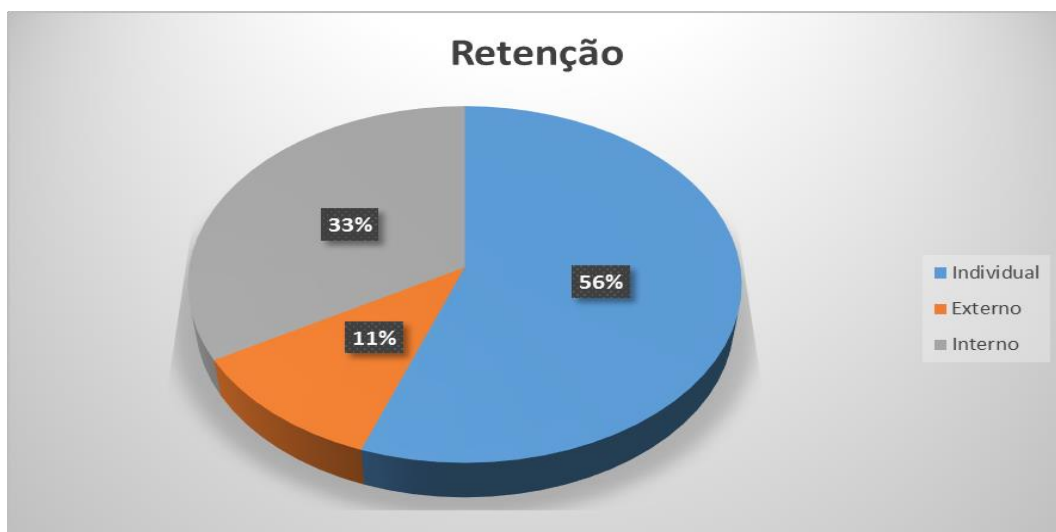
CAMAQUÃ

Gráfico 43: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Camaquã



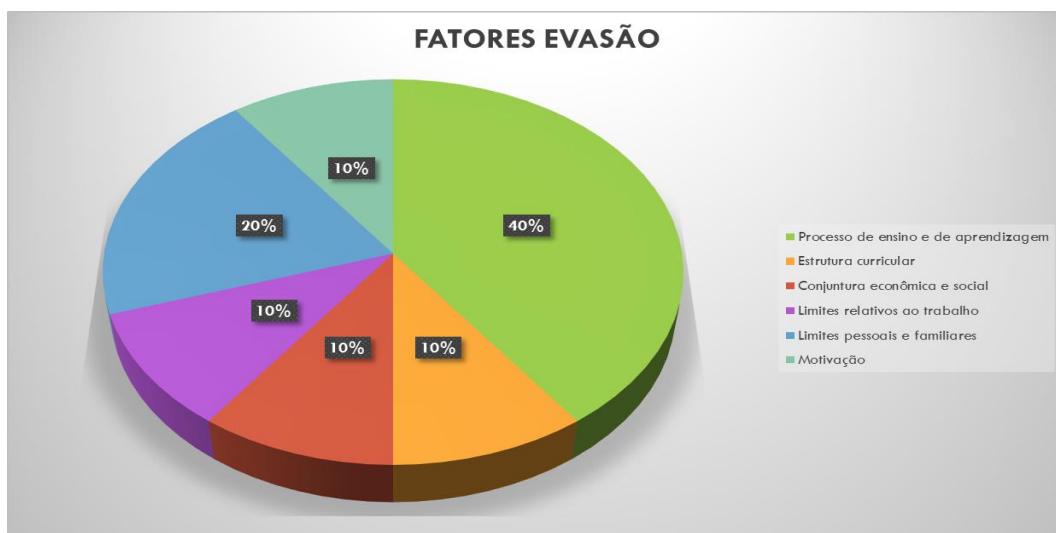
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 44: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Camaquã



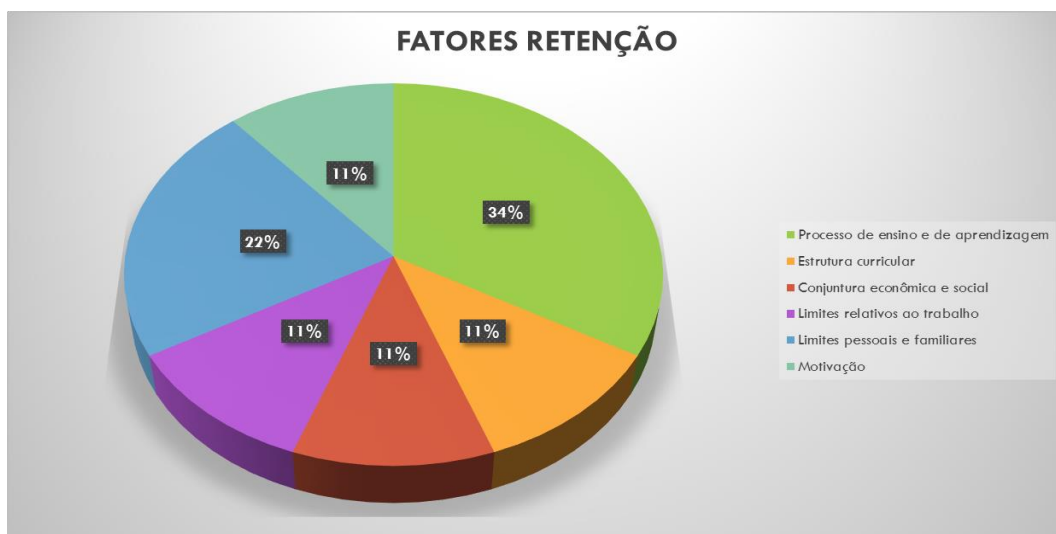
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 45: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Camaquã



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

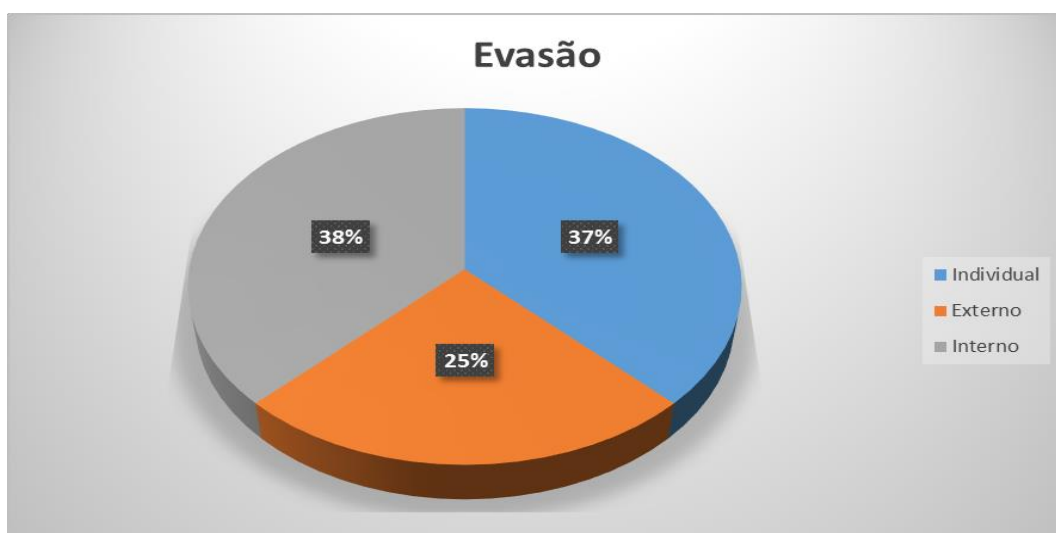
Gráfico 46: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Camaquã



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

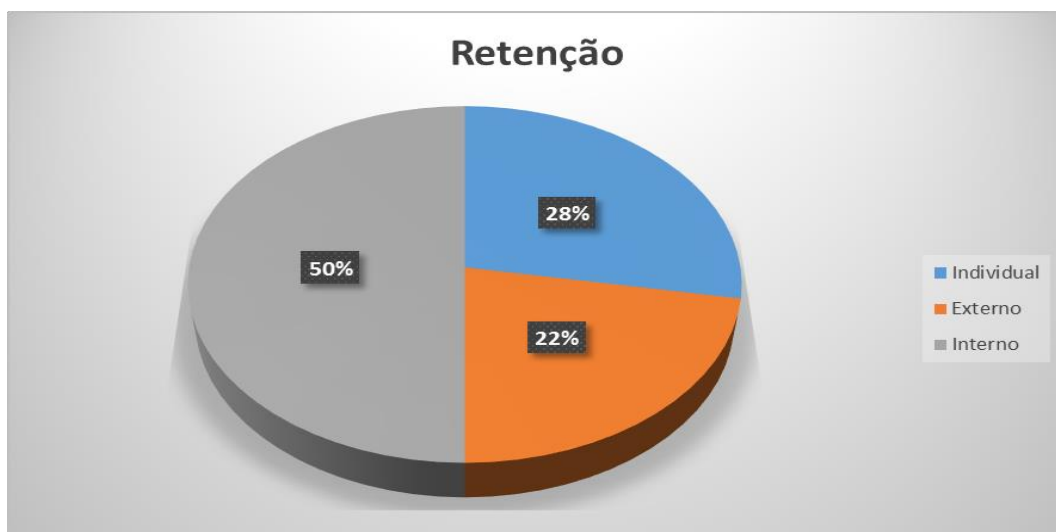
PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA (CAVG)

Gráfico 47: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus CAVG



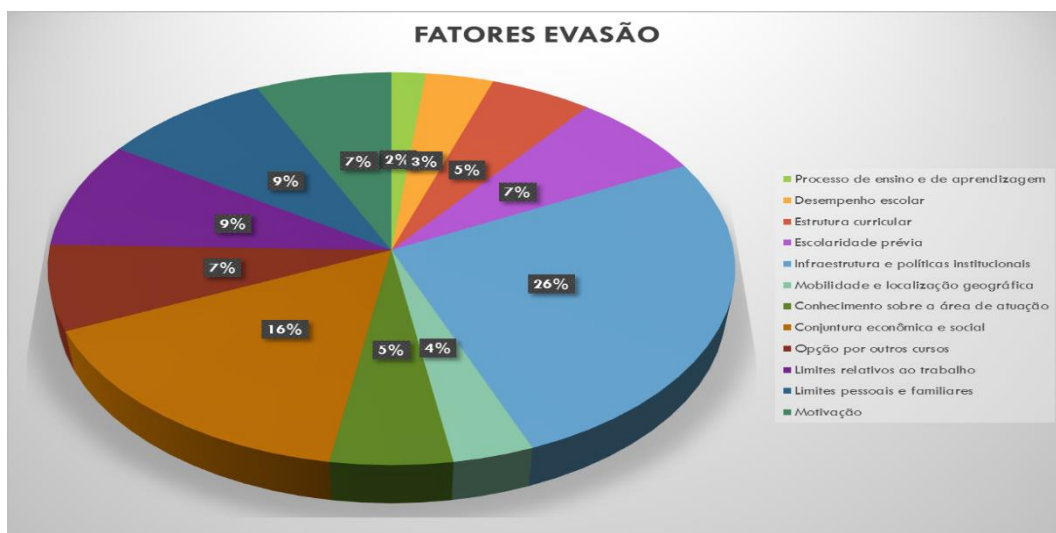
Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 48: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus CAVG



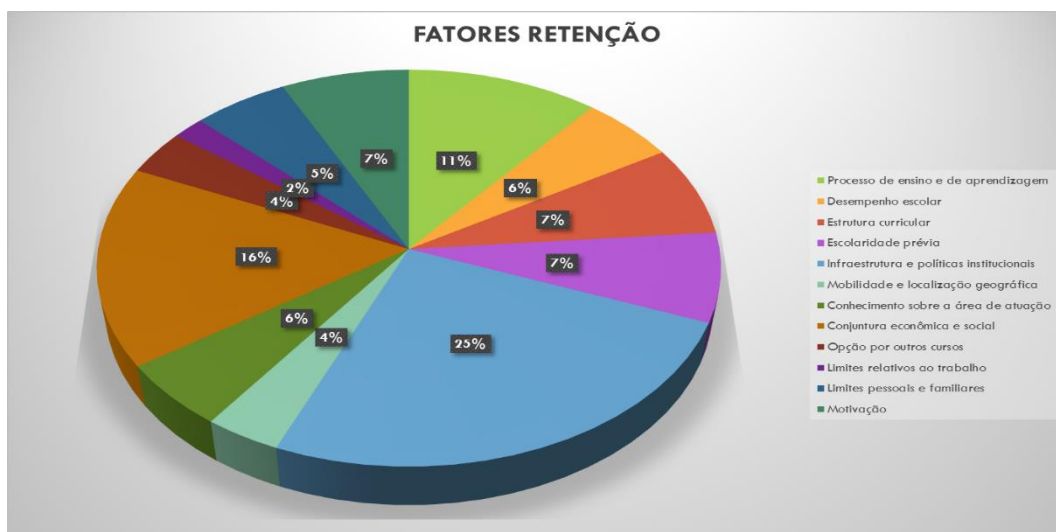
Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 49: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus CAVG



Fonte: Pró – Reitoria de Ensino – IFSul

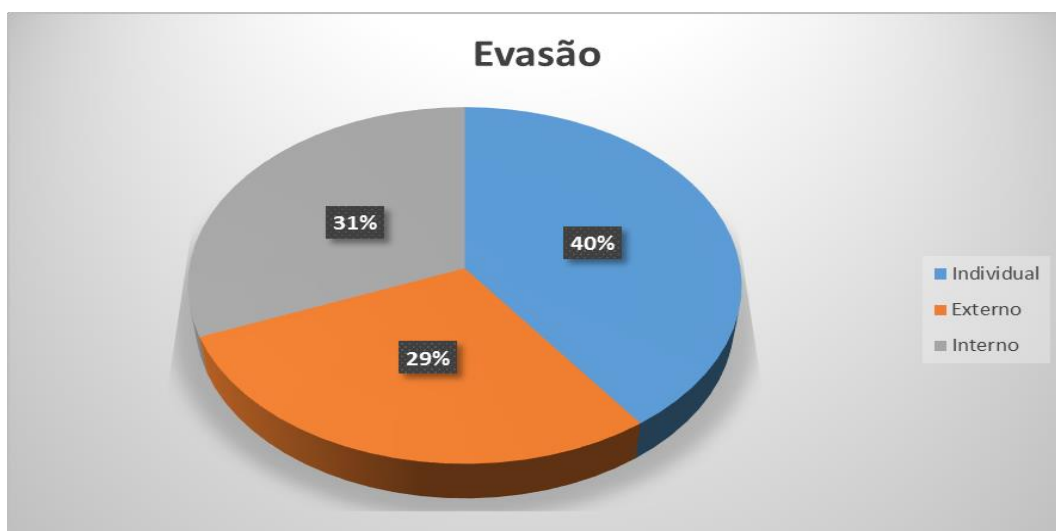
Gráfico 50: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus CAVG



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

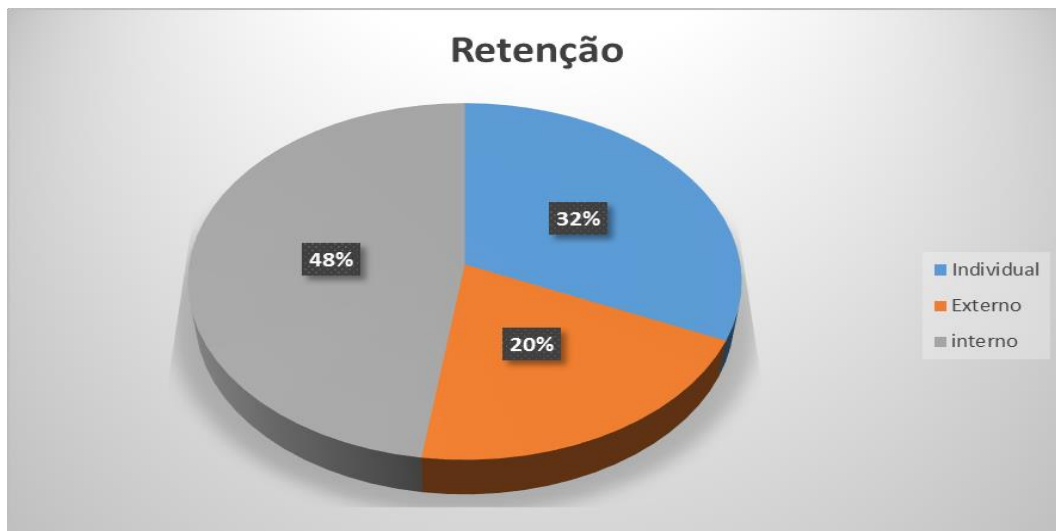
PELOTAS

Gráfico 51: Prevalência de Fatores de Evasão por Categorias – Campus Pelotas



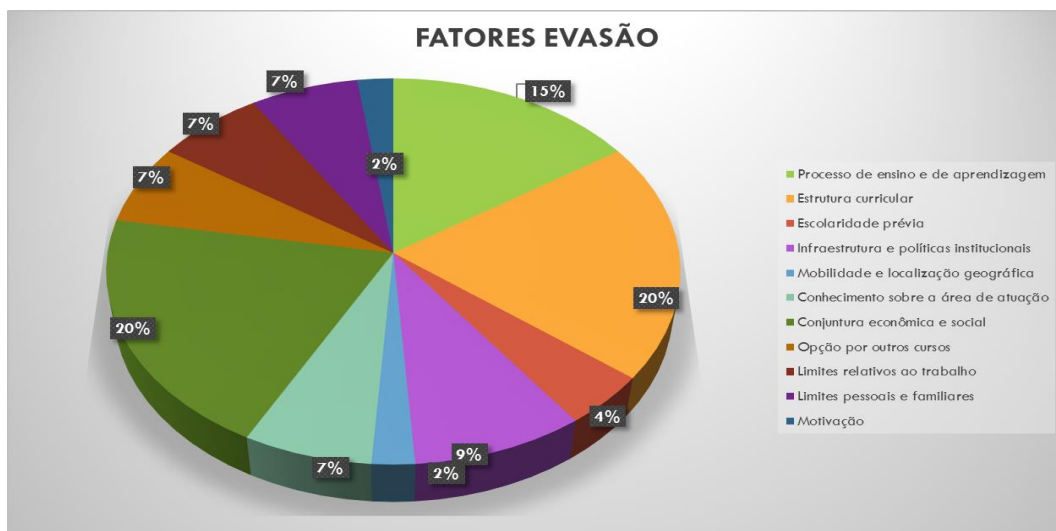
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 52: Prevalência de Fatores de Retenção por Categorias – Campus Pelotas



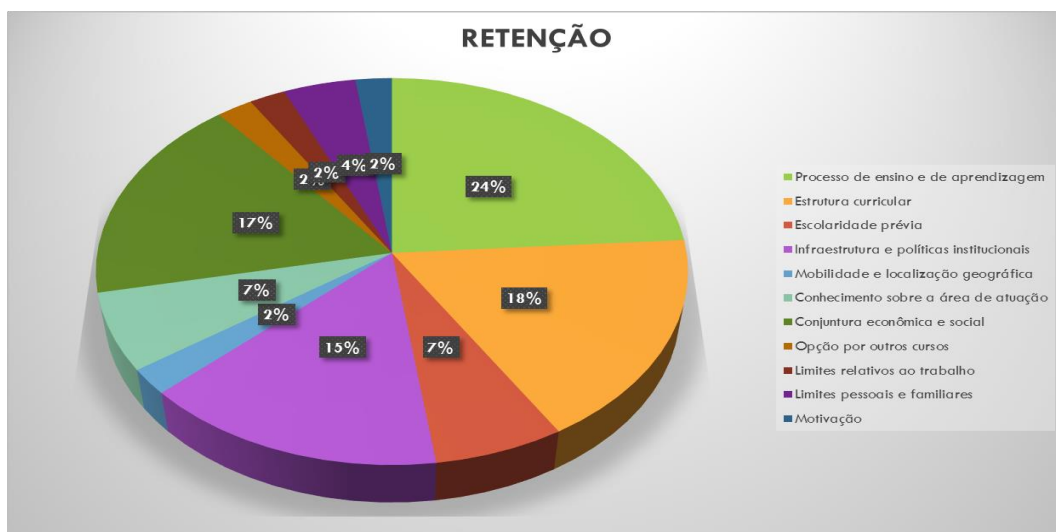
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 53: Prevalência de Fatores de Evasão por Subcategorias – Campus Pelotas



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Gráfico 54: Prevalência de Fatores de Retenção por Subcategorias – Campus Pelotas



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Embora preveja-se a análise interpretativa a partir dos relatórios sistêmicos como uma ação a ser desenvolvida no âmbito de cada campus, privilegiando a discussão dos discursos locais acerca dos fenômenos de evasão e retenção, bem como o direcionamento de ações contextualizadas, algumas inferências gerais acerca dos dados revelados merecem registro.

O primeiro aspecto a ser destacado refere-se à variação dos índices de prevalência de fatores entre os variados *campi*, corroborando o pressuposto de que a análise dos fenômenos de evasão e retenção deverá ser contextual e circunstancial, ensejando esforços locais no mapeamento interpretativo das ocorrências. Do ponto de vista conceitual, trata-se da caracterização plural dos fenômenos que não podem ser restritos à índices e descrições gerais.

Outra evidência diz respeito à multiplicidade dos fatores associados à evasão e retenção, ratificando outra importante concepção-base adotada na condução do PEIPEE: a complexidade dos fenômenos em voga.

Em relação à primeira categorização de fatores – fatores internos, externos e individuais, verifica-se que os fatores individuais e externos, somados, sobressaem-

se como justificativas para a evasão e retenção na maioria dos *campi*, em detrimento dos fatores internos, ligados a causas forjadas no âmbito interno da instituição. Revela-se, com isto, uma tendência à “desescolarizar” o fracasso, atribuindo-se a causas externas ou individuais as mazelas em análise. Infere-se também que, do ponto de vista dos sentidos atribuídos à escola e ao seu papel formativo, sobressai-se o discurso regulatório ante o discurso instrucional, conforme já discutido na seção 4.3.

Cabe ressaltar, ainda, que fatores enquadrados nas subcategorias “processos de ensino e aprendizagem” embora expressiva se considerada isoladamente na maioria dos *campi*, se comparada com as demais subcategorias vinculadas aos fatores externos e individuais, somadas, também tem pouca ênfase na avaliação dos diferentes *campi*. Tal evidência reforça a prevalência do discurso regulatório ante o discurso instrucional sobre o papel da escolarização.

Merecem destaque também os fatores vinculados à subcategoria “conjuntura social e econômica”, com incidência significativa na maioria dos *campi*, alicerçando duas principais hipóteses interpretativas, não excludentes entre si: 1º) há o reconhecimento de que o fracasso escolar apresenta estreita relação com o fracasso de políticas socioculturais e eventuais mazelas econômicas, reforçando a tese de que a escola não é território neutro, mas sim uma realidade que opera na tensão entre o instuído e o instituinte, conforme já discutido na seção 4.4; 2º) há uma tendência nas comunidades educativas em culpabilizar os arranjos socioeconômicos pelas fragilidades educacionais, deslocando o foco de análise dos processos didático-pedagógicos para os limites socioeconômicos e infraestruturais, mais facilmente identificáveis mediante análise de senso comum.

A análise sistêmica dos instrumentos de diagnóstico qualitativo encaminhados pelos *campi*, aliados ao monitoramento permanente das demandas e fragilidades dos *campi* na condução de seus processos educativos e de gestão, permitiram a Pró-reitoria de Ensino eleger cinco eixos de intervenção para orientar as ações locais e sistêmicas do PEIPEE, a saber:

Eixo 1 – Ensino e Aprendizagem Escolar

Eixo 2 – Formação de Professores

Eixo 3 – Assistência Estudantil e Processos Inclusivos

Eixo 4 – Conjuntura Socioeconômica e Cultural

Eixo 5 – Processos de Gestão Educacional

Com base na definição dos Eixos de Intervenção propõe-se a revisão e refinamento do diagnóstico qualitativo e do planejamento de ações locais, deflagrando-se novo movimento instituinte orientado pelas seguintes estratégias:

- a) Análise interpretativa e composição de diagnóstico qualitativo local, a partir dos relatórios de dados por campus, disponibilizados pela PROEN.
- b) Refinamento da análise qualitativa e (re)planejamento de ações, aprofundando o levantamento de fatores e a proposição de estratégias locais de intervenção, à luz dos cinco eixos de intervenção validados institucionalmente, por meio de instrumento específico disponibilizado pela PROEN (Apêndice E).

As duas estratégias acima descritas finalizarão a Fase de Diagnóstico Qualitativo do PEIPEE, consumando a **Etapa 3 do Diagnóstico Qualitativo**, concomitante com a deflagração e consolidação da Fase 4 da metodologia geral do Plano, a consolidação do Documento Síntese do PEIPEE, reunindo a base conceitual e a orientação metodológica para o desenvolvimento das intervenções locais e sistêmicas do IFSul, conforme apresentadas na próxima seção.

5.2.4. Fase 4 – Consolidação do Plano Estratégico

Conforme já explicitado, o desenvolvimento das fases de diagnóstico quantitativo e qualitativo, pela forma como foram idealizadas e conduzidas, já se constituíram como ações integrantes do PEIPEE, considerando-se seu nítido caráter instituinte. Logo, as fases preliminares propostas pela SETEC para a consolidação do Plano, promoveram significativos movimentos de reflexividade e planejamento

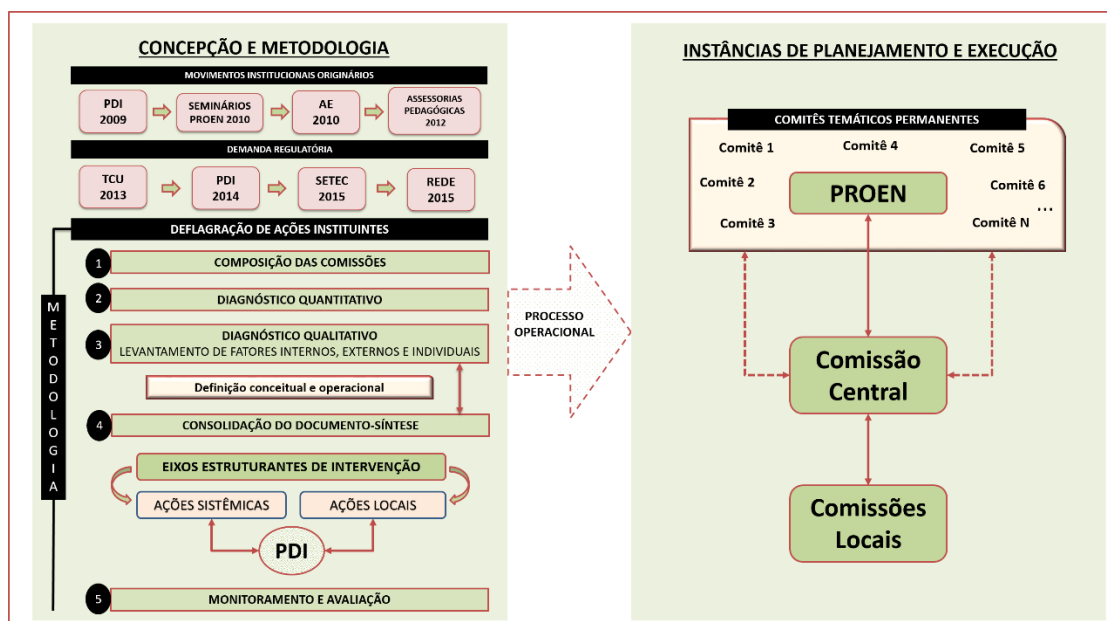
institucional, alicerçando, portanto, as bases conceituais e metodológicas para a articulação das ações sistêmicas para a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFSul.

Assim sendo, a Fase 4 da referida metodologia, representa o anúncio dos consensos institucionais acerca da permanência e êxito de seus estudantes, reunindo os princípios conceituais e metodológicos e a definição de estratégias sistêmicas e locais para o enfrentamento das variadas manifestações de fracasso que impactam a instituição. Trata-se, portanto, da consolidação de um marco orientador para o tratamento dos referidos fenômenos no âmbito do IFSul, materializado na construção do presente documento-síntese a ser validado pelas Comissões Central e Local e legitimado pelo órgão máximo da Instituição, o Conselho Superior do IFSul.

5.2.4.1. Metodologia de Planejamento e Intervenção

Com base nos fundamentos conceituais e princípios institucionais já apresentados, definiu-se o seguinte design metodológico para o planejamento das ações locais e sistêmicas:

Figura 04 - Design Metodológico do PEIPEE - IFSul



Fonte: Pró-reitora de Ensino - IFSul

A FIG. 4 representa o design metodológico do Plano, desde sua concepção, fases de implantação e mecanismos operacionais.

Conforme se pode observar, os movimentos institucionais originários para a promoção da permanência e êxito dos estudantes antecedem a demanda regulatória externa, inspirando e justificando as opções metodológicas do Plano.

Destaca-se que as cinco etapas de execução se alinham à sequência proposta pela SETEC, caracterizando-se como um itinerário de ações instituintes, com ênfases simultaneamente reflexivas e propositivas.

O desenvolvimento das etapas 2 e 3 – diagnóstico quantitativo e diagnóstico qualitativo - subsidiaram as escolhas conceituais e metodológicas apresentadas no presente documento-síntese, em conformidade com a natureza dos dados colhidos, como ilustra a FIG. 4. Tais definições conduziram à indicação dos cinco Eixos Estruturantes de Intervenção, a serem considerados para o refinamento do diagnóstico qualitativo, bem como para o replanejamento de ações locais, vinculando-as às ênfases de cada Eixo, em articulação com as ações sistêmicas, igualmente vinculadas aos Eixos Estruturantes, ambas inspiradas e articuladas ao PDI.

Cabe salientar a relevância da análise qualitativa no design metodológico privilegiado no Plano, a considerar o caráter indutivo que assume nessa perspectiva. Trata-se de processo circular de planejamento, no qual os dados qualitativos, periodicamente revisitados e recontextualizados, reabastecem e fomentam a reconstrução dos planos de intervenção locais e sistêmico, à luz dos referenciais teóricos e metodológicos indicados no documento-síntese, ratificando os princípios de *complexidade*, *contextualidade* e *circunstancialidade*, inerentes aos fenômenos da evasão e retenção.

No que tange ao monitoramento e avaliação do Plano, quinta e última etapa proposta pela SETEC, enfatiza-se o princípio da *corresponsabilidade de gestão*, envolvendo diferentes instâncias representativas de discussão e planejamento, conforme delimitadas na próxima seção. Além disso, prevê-se o alinhamento dessa etapa com o planejamento anual vinculado ao PDI, visando otimizar os investimentos

institucionais voltados aos mesmos focos, bem como agregar coerência e concisão aos processos de planejamento institucionais.

Como se pode perceber na FIG. 4, a concepção e a metodologia são aspectos definidores para os mecanismos operacionais previstos para a implementação das ações estratégicas e locais, justificando a instituição de Comitês Permanentes de Estudos e Práticas ligados aos diferentes Eixos Estruturantes de Intervenção.

Os referidos Comitês são propostos como instâncias institucionais de investigação permanente sobre as principais temáticas que impactam o sucesso e o fracasso dos estudantes do IFSul, fomentando a pesquisa, induzindo boas práticas e instrumentalizando conceitualmente as intervenções desejáveis para cada temática em foco.

Cabe destacar que a definição dos Eixos Estruturantes de Intervenção, bem como a constituição dos Comitês Permanentes de Estudos e Práticas a eles vinculados, merecem ser revistos periodicamente, em conformidade com a revisão dos diagnósticos, cujos dados devem indicar as demandas emergentes para o contexto em voga, assegurando a flexibilidade e circunstancialidade que convém a todo produto de planejamento educacional.

5.2.4.2. Instâncias de Planejamento, Execução e Monitoramento

Visando privilegiar o princípio metodológico da *corresponsabilidade de gestão* na condução das estratégias institucionais para o monitoramento e a promoção da permanência e êxito dos estudantes, optou-se pela ampliação das esferas de discussão e planejamento do PEIPEE, conforme a seguinte descrição:

- **Comissão Central** – Grupo responsável pela concepção, revisão periódica e monitoramento sistêmico do PEIPEE – IFSul.
- **Comissões Locais** – Grupo responsável pela concepção, pelo planejamento e monitoramento de ações locais articuladas aos Eixos de Intervenção sistêmicos.

- **Comitês Permanentes de Estudos e Práticas** - Fóruns temáticos permanentes, responsáveis pela problematização institucional de temas de relevância articulados a cada Eixo de Intervenção. Constituindo-se como núcleos de estudo e pesquisa, figuram na estrutura de planejamento do PEIPEE como a instância de fomento científico e de pesquisa institucional sobre temas centrais para a abordagem da permanência e êxito dos estudantes. A produção destes comitês subsidiará todos processos de planejamento atrelados ao PEIPEE, agregando rigor técnico e científico aos diagnósticos e às estratégias locais e sistêmicas em prol da permanência e êxito no âmbito do IFSul.

- **Equipe PROEN** – Corpo técnico responsável pela articulação, sistematização e revisão do planejamento, estabelecendo a interlocução com as Comissões Central e Local, bem como com as demais instâncias consultivas e deliberativas da Instituição.

5.2.4.3. Produtos de Planejamento

A condução metodológica já descrita prevê a consolidação dos seguintes produtos de planejamento:

- **PEIPEE - IFSul** – balizador conceitual e metodológico das estratégias sistêmicas e locais para a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFSul, sob a responsabilidade da Comissão Central, com a supervisão técnica da PROEN.

- **Planos de Ações Locais** – detalhamento das ações estratégicas locais, articuladas aos Eixos Estruturantes de Intervenção institucionalmente definidos, com base no diagnóstico e demandas locais, sob a responsabilidade das Comissões Locais.

- **Planos de Ações Temáticas** – proposição e planejamento de ações estratégicas sistêmicas vinculadas a cada Eixo Estruturante de Intervenção, contemplando as variadas temáticas de cada Eixo, sob a responsabilidade da PROEN e de, no mínimo, um representante de cada Comitê Permanente de Estudos e Práticas.

- **Plano de Ações Sistêmicas** – sistematização das ações estruturantes e estratégicas sistêmicas, com base nos Planos Temáticos, sob a responsabilidade da Comissão Central em articulação com a PROEN.

5.2.4.3.1. Planos de Ações Locais

Conforme já descrito na seção 5.2.3, o refinamento do diagnóstico qualitativo conduzido no âmbito dos *campi* será realizado de forma articulada ao (re)planejamento das ações locais, por meio de instrumento específico articulado aos cinco eixos de intervenção selecionados institucionalmente (Apêndice E).

5.2.4.3.2. Plano de Ações Sistêmicas

Indicadores/PDI (Elementos Transversais)

- **Objetivo 1:** Planejar, desenvolver e avaliar a instituição, democraticamente, orientada pelo PDI.
- **Objetivo 2:** Fortalecer o IFSul como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico.
 - **Meta 2.10** – Reduzir a evasão em, no mínimo, 10% ao ano.
 - **Meta 2.11** – Reduzir a retenção em, no mínimo, 10% ao ano.
- **Objetivo 3:** Oportunizar oferta educativa, em toda a área de abrangência do IFSul, garantindo mecanismos de assistência ao estudante que contribuam com sua transformação social.
- **Objetivo 4:** Qualificar o gasto público por meio do contínuo aperfeiçoamento do modelo de governança (de gestão) e pelo aprimoramento dos processos institucionais.
- **Objetivo 5:** Consolidar políticas de desenvolvimento de pessoas que contribuam para a seleção, o aperfeiçoamento e a manutenção de talentos e para o aprimoramento e a avaliação das competências funcionais.
- **Objetivo 6:** Qualificar e consolidar a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão na instituição.

AÇÕES SISTÊMICAS ESTRUTURANTES/ESTRATÉGICAS TRANSVERSAIS

Ações Estruturantes	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
Estruturação de Comitê Permanente de Estudos sobre as Políticas Institucionais para Permanência e Êxito	PROEN	Reitoria	Agosto/2017
Ações Estratégicas	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
a) Criação de Comissões Central e Locais para implementação e monitoramento do PPEE/IFSul (Fase 1/SETEC)	PROEN	PROEN/Campi	Dezembro/2015
b) Consolidação de diagnóstico quantitativo (Fase 2/SETEC) b.1) Levantamento de dados (SISTEC) e disponibilização aos Campi.	PROEN	PROEN	Março 2015 a Novembro/2015

b.2) Estruturação de Manual para Monitoramento Permanente de Indicadores de Permanência e Êxito dos Estudantes			
c) Consolidação de diagnóstico qualitativo (Fase 3/SETEC) c.1) Levantamento de fatores e proposição de ações por Campus c.2) Análise sistêmica dos dados qualitativos construídos nos Campi	PROEN	PROEN/CAMPI	Julho/2016 a Dezembro/2016
d) Consolidação e divulgação do documento-síntese do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul (Fase 4/SETEC)	PROEN	PROEN	Junho/2017
e) Revisão final do documento-síntese do PPEE/IFSul pelas Comissões Central e Locais	PROEN	PROEN/Comissões	Agosto/2017
f) Revisão, ampliação e monitoramento das ações locais previstas na Fase 3 (Apêndice E), no âmbito dos Campi	PROEN	PROEN/Comissões	Agosto/2017
g) Realização de Fórum Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul, com a entrega oficial do documento-síntese ao CONSUP	PROEN	PROEN/Comissões	Setembro/2017
h) Realização de Seminário Institucional para socialização e discussão das ações locais	PROEN	Reitoria	Outubro/2017

EIXOS DE INTERVENÇÃO			
Eixo 1 – Ensino e Aprendizagem Escolar			
Ações Estruturantes	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
a) Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Aprendizagem e Escolarização (C1)	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
b) Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Educação Profissional (C2)	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
c) Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Ensino Integrado e suas metodologias (C3)	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
d) Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Educação Superior e suas metodologias (C4)	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
e) Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Educação de Jovens e Adultos (C5)	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
f) Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre EaD e Tecnologias Educacionais (C6)	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
Ações Estratégicas	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução

a) Estruturação do Plano de Ações Temáticas do Eixo 1	PROEN	PROEN/Representações Comitês	Outubro/2017 (Coincidente com o Planejamento Anual)
b) Realização de Seminário Institucional sobre Qualidade na Educação Profissional	PROEN	PROEN/ Representações Comitês	Conforme Plano de Ações Temáticas
c) Criação de Programa Institucional de Desenvolvimento de Habilidades Acadêmicas	PROEN	PROEN/Representações Comitês	Conforme Plano de Ações Temáticas
d) Criação de Programa Institucional de Formação continuada para os profissionais atuantes na EaD/ IFSul	PROEN	PROEN/Representações Comitês	Conforme Plano de Ações Temáticas
e) Criação de GT para a implementação gradual da curricularização da extensão	PROEN	PROEN/Representações Comitês/ PROEX	Conforme Plano de Ações Temáticas
f) Realização de Seminário Anual para divulgação e discussão de práticas educacionais de sucesso no IFSul	PROEN	PROEN/Representações Comitês	Conforme Plano de Ações Temáticas
g) Realização de Seminário Institucional sobre Ed. Profissional no Contexto da Reforma do Ensino Médio	PROEN	PROEN/Representações Comitês	Conforme Plano de Ações Temáticas
h) Criação de Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Curso	PROEN	PROEN	Maio/2016
i) Criação e /ou qualificação de normativas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento permanente	PROEN	PROEN	Conforme demanda

dos processos e ofertas de ensino do IFSul			
j) Criação de grupo de pesquisa em Ensino Híbrido	PROEN	PROEN/NIDI	Abril/2017
Eixo 2 – Formação de Professores			
Ações Estruturantes	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Formação Docente	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
Ações Estratégicas	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
a) Estruturação do Plano de Ações Temáticas do Eixo 2	PROEN	PROEN/Representação do Comitê	Outubro/2017 (Coincidente com o Planejamento Anual)
b) Implementação de Curso de Licenciatura para Graduados, privilegiando a formação inicial do corpo docente não licenciado	PROEN	PROEN/Campus Proponente	Conforme Plano de Ações Temáticas
c) Revitalização do Projeto Institucional de Assessorias Pedagógicas	PROEN	PROEN/Comitê	Conforme Plano de Ações Temáticas
d) Estruturação de grupo de pesquisa sobre formação de professores, com foco nas experiências institucionais de formação inicial docente (PIBID/ Licenciaturas)	PROEN	PROEN/Coordenação PIBID	Conforme Plano de Ações Temáticas
Eixo 3 – Assistência Estudantil e Processos Inclusivos			
Ações Estruturantes	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
a) Articulação da Câmara de Assistência Estudantil ao	PROEN	PROEN/DEGAE	Agosto/2017

Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes			
b) Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Educação Inclusiva (C2)	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
Ações Estratégicas	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
a) Estruturação do Plano de Ações Temáticas – Eixo 3	PROEN	PROEN/Representação do Comitê e da Câmara de Assistência Estudantil	Outubro/2017 (Coincidente com o Planejamento Anual)
b) Criação de Programa Institucional de Acolhimento ao Estudante Ingressante	PROEN	PROEN/Representação do Comitê e da Câmara de Assistência Estudantil	Conforme Plano de Ações Temáticas
c) Criação de GT com foco na execução e resultados das Políticas de Assistência Estudantil no IFSul	PROEN	PROEN/Representação do Comitê e da Câmara de Assistência Estudantil	Conforme Plano de Ações Temáticas
d) Criação de GT para o monitoramento e ampliação gradual dos editais de monitoria e iniciação científica	PROEN	PROEN/Representação do Comitê e da Câmara de Assistência Estudantil	Conforme Plano de Ações Temáticas
e) Promoção de Seminários sobre temas emergentes nas áreas de saúde e orientação educacional	PROEN	PROEN/Representação do Comitê e da Câmara de Assistência Estudantil	Conforme Plano de Ações Temáticas
f) Criação de Programa Institucional de Formação Continuada com foco na implementação da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul	PROEN	PROEN/Representação do Comitê e da Câmara de Assistência Estudantil	Conforme Plano de Ações Temáticas

Eixo 4 – Conjuntura Socioeconômica e Cultural			
Ações Estruturantes	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Mundo do Trabalho	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
Ações Estratégicas	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
a) Estruturação do Plano de Ações Temáticas – Eixo 4	PROEN	PROEN/Representação do Comitê	Outubro/2017 (Coincidente com o Planejamento Anual)
b) Promoção de seminários regionais sobre Mundo do Trabalho e Arranjos Produtivos e Culturais Locais	PROEN	PROEN/Representações do Comitê/PROEX	Conforme Plano de Ações Temáticas
c) Criação de Programa Institucional de Fomento e Monitoramento de Parcerias Técnicas, Acadêmicas e Culturais	PROEN	PROEN/Representações do Comitê/PROEX/PROPESP/PROAP/PROGEP	Conforme Plano de Ações Temáticas
d) Revitalização de Programa Institucional de pesquisas com foco nos APCL	PROEN	PROEN/Representações do Comitê/PROEX/PROPESP/PROAP/DDI	Conforme Plano de Ações Temáticas
e) Criação de Portal Institucional para divulgação das práticas de sucesso dos Cursos do IFSul	PROEN	PROEN/DTI/CCS	Conforme Plano de Ações Temáticas
Eixo 5 – Processos de Gestão Educacional			
Ações Estruturantes	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução
Constituição de Comitê Permanente de Estudos e Práticas sobre Gestão Educacional	PROEN	PROEN/Comissão Central	Agosto/2017
Ações Estratégicas	Coordenação Geral	Responsabilidade Executiva	Período de execução

a) Estruturação do Plano de Ações Temáticas – Eixo 5	PROEN	PROEN/Representação do Comitê	Outubro/2017 (Coincidente com o Planejamento Anual)
b) Criação de Programa Institucional de Capacitação de Gestores de Educacionais	PROEN	PROEN/PROGEP	Conforme Plano de Ações Temáticas
c) Criação de Programa Institucional de Fomento e Monitoramento de Investimentos em Infraestrutura	PROEN	PROEN/PROAP/DDI	Conforme Plano de Ações Temáticas
d) Criação de GT para estudo e promoção de capacitações internas acerca dos parâmetros regulatórios nacionais: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES, Indicadores de Permanência e Êxito / SETEC, Termo de Ajuste de Metas – TAM, Plano Nacional de Educação - PNE, dentre outros	PROEN	Reitoria	Conforme Plano de Ações Temáticas

VI – ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE AÇÕES

Visando ao aperfeiçoamento permanente das ações, prevê-se a realização de fóruns semestrais de monitoramento no âmbito de cada campus e no âmbito institucional, possibilitando o ajuste de eventuais problemas na implementação das ações, revisão de prazos, redimensionamento de enfoques ou procedimentos, ou quaisquer alterações que possam favorecer o pleno atingimento dos objetivos.

Os fóruns semestrais serão capitaneados pelas Comissões Locais, no âmbito dos *campi*, e pela Comissão Central, no âmbito da Pró-reitoria de Ensino. Destes encontros resultarão relatórios parciais a serem encaminhados à Pró-reitoria de Ensino para ciência e avaliação do andamento das estratégias, subsidiando o processo de monitoramento sistêmico permanente.

O objeto de análise dos referidos fóruns serão os Planos de Ação Locais e o Planos de Ações Sistêmicas, respectivamente. A PROEN subsidiará a metodologia de análise, indicando critérios e prazos para o envio dos relatórios.

Prevê-se também o acompanhamento sistêmico da produção dos Comitês Permanentes de Estudos e Práticas, a partir de relatórios semestrais de seu processo de trabalho, incluindo os produtos de estudos e pesquisas realizadas, a serem compartilhados com as diferentes Comissões que serão as instâncias multiplicadoras junto aos respectivos *campi*.

VII – ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Considerando o desejável alinhamento das ações de planejamento no âmbito da Instituição, prevê-se a avaliação e a revisão do PEIPEE - IFSul em simultaneidade com os períodos de avaliação do PDI, ou seja, a cada 5 anos. Tendo em vista o término da vigência do atual PDI previsto para 2019, a primeira avaliação e revisão do primeiro PEIPEE acontecerá, extraordinariamente, em dois anos, de forma a aliar-se aos processos de discussão desencadeados pela revisão do PDI.

Prevê-se também a avaliação e o planejamento dos Planos de Ação (Locais e Sistêmico) anualmente, em período coincidente com o do desenvolvimento dos Planos de Ações Anuais, vinculados ao PDI.

A avaliação do PEIPEE e dos respectivos Planos de Ação será balizada pelos indicadores externos, orientados pela SETEC e comuns a toda rede, bem como pelos indicadores internos, articulados aos objetivos e metas do PDI.

O processo de avaliação e revisão do PEIPEE – IFSul e de seus Planos de Ação serão capitaneados pela PROEN, instância responsável também pela concepção e fornecimento de instrumentos de avaliação para tal finalidade, em articulação direta com as Comissões Central e Local.

Como culminância dos movimentos avaliativos acima descritos, serão produzidos o **Relatório Anual de Ações do PEIPEE - IFSul** e o **Relatório Geral de Desenvolvimento do PEIPEE – IFSul**, consubstanciados pelos relatórios parciais locais e sistêmico, com a indicação de focos de intervenção e estratégias a serem reiterados ou redefinidos.

Além das estratégias regulares de avaliação, as Comissões Locais e Comissão Central poderão desencadear diferentes estratégias de sondagem que impuserem, tendo em vista o levantamento de novas informações, percepções de equipe e comunidade educativa, autoavaliação das instâncias de planejamento,

execução e monitoramento, ou quaisquer outras sondagens consideradas pertinentes ao bom andamento do processo e consolidação dos objetivos do PEIPEE - IFSul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. In: **Em Aberto**. Brasília, v.17, n. 71, p. 33-40, 2000.

BRASIL. **Decreto-lei-nº4127 de 25 de fevereiro de 1942**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: maio/2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: maio/2017.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: maio/2017.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: maio/2017.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº506/2013**. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/avaliacao-de-programas-de-governo/fiscalizacoes-realizadas/educacao/>. Acesso em: maio/2017.

_____. **Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: maio/2017.

_____. Ministério da Educação/SETEC. **Ofício Circular nº60/2015**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/531-oficio60-setec>. Acesso em: maio/2017.

_____. Ministério da Educação/SETEC. **Ofício Circular nº77/2015**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/532-oficio77-setec>. Acesso em: maio/2017.

_____. Ministério da Educação/SETEC. **Manual de Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36901-manual-de-indicadores-da-rfepct-pdf&category_slug=abril-2016&Itemid=30192. Acesso em: maio/2017.

_____. Ministério da Educação/SETEC. **Portaria SETEC/MEC Nº 9/2017**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/533-portaria9-2017-setec>. Acesso em: maio/2017.

CASTORIADIS, Cornélius. **Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V**. Tradução: Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

DAMIANI, Magda F. Discurso pedagógico e fracasso escolar. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 14, n. 53, p. 457-478, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. Série Educação. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Projeto Pedagógico Institucional/2006**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/campanha-de-coleta-seletiva>. Acesso em: maio/2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2014**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/plano-de-desenv-institucional>. Acesso em: maio/2017.

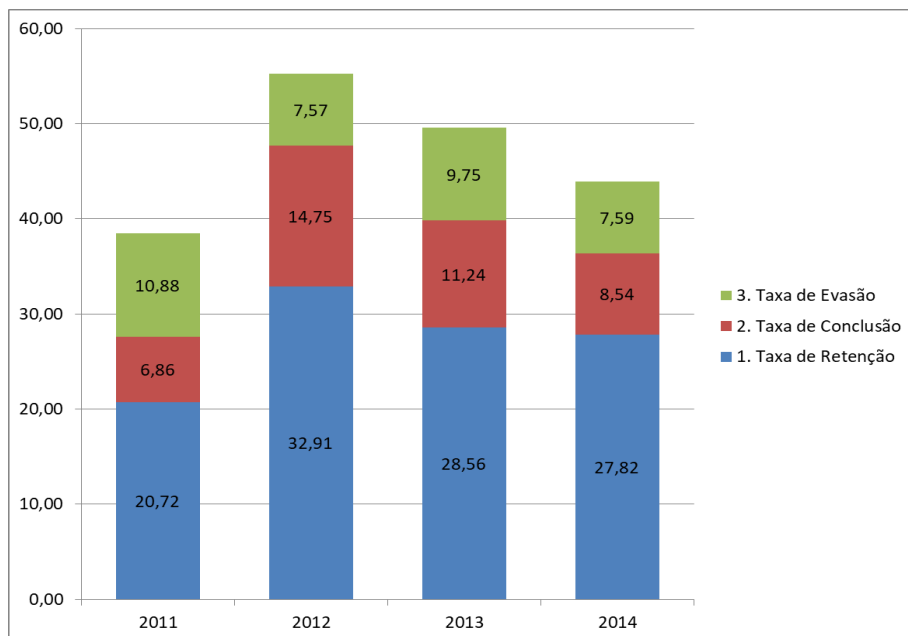
LINHARES, Célia. Movimentos instituintes na escola. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MENDES, Durmeval T. **Processo político e educação**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Iesae/FGV, 1978.

APÊNDICES

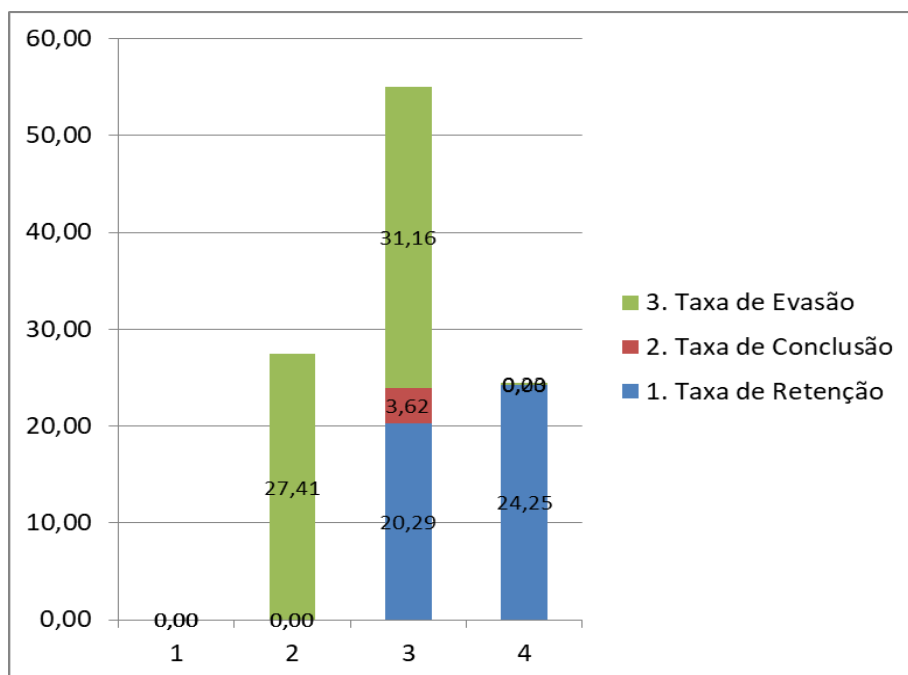
APÊNDICE A - Gráficos de Indicadores Quantitativos

Quadro 01: Indicadores Quantitativos - Charqueadas



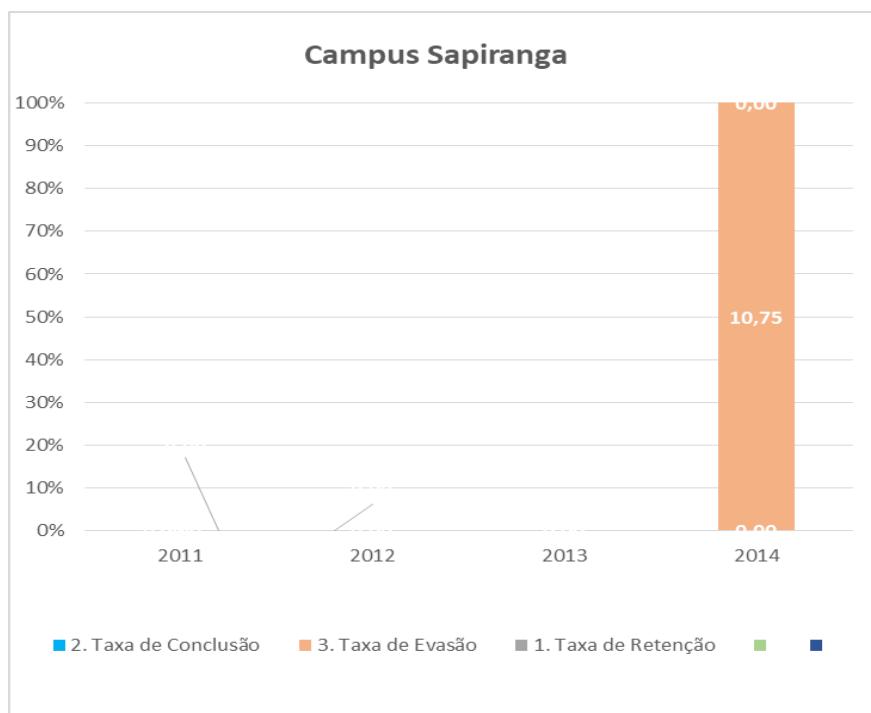
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 02: Indicadores Quantitativos - Santana do Livramento



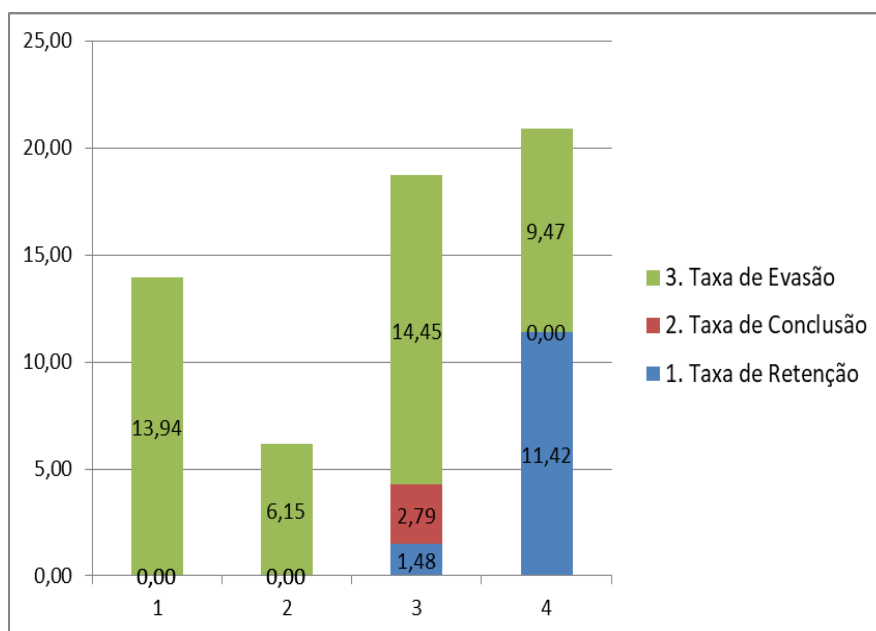
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 03: Indicadores Quantitativos - Sapiiranga



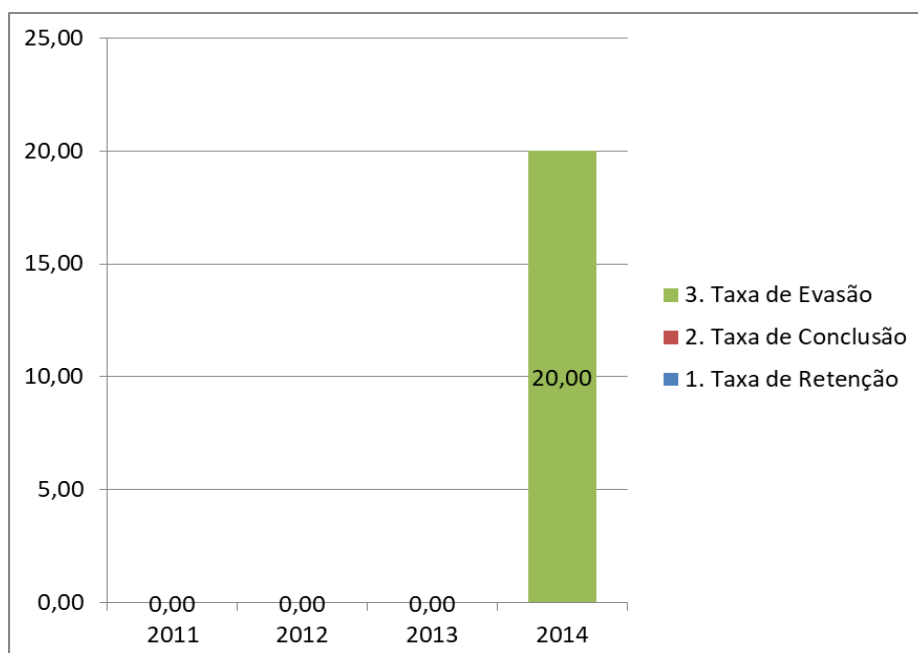
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 04: Indicadores Quantitativos - Bagé



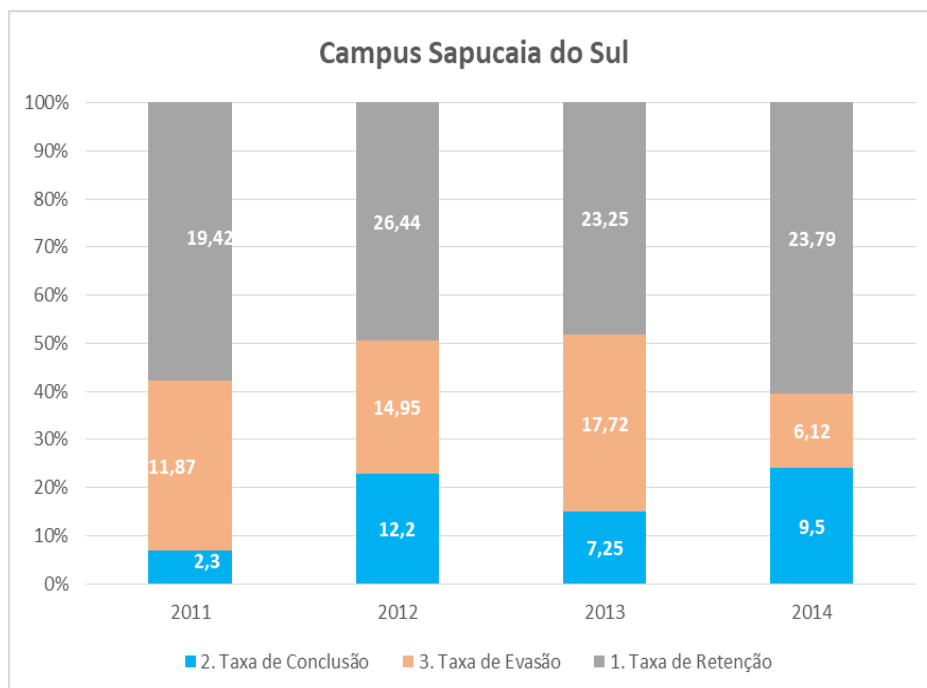
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 05: Indicadores Quantitativos - Gravataí



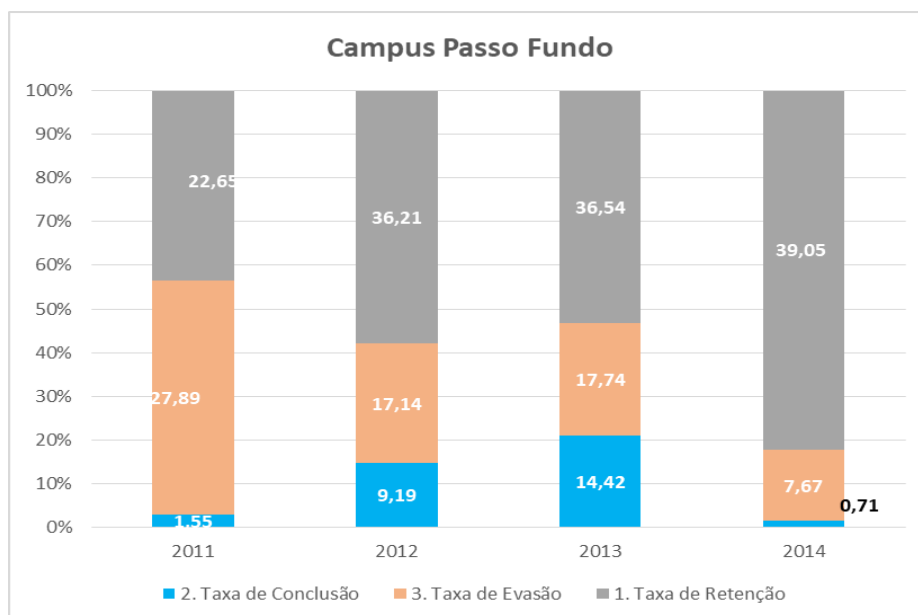
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 06: Indicadores Quantitativos - Sapucaia do Sul



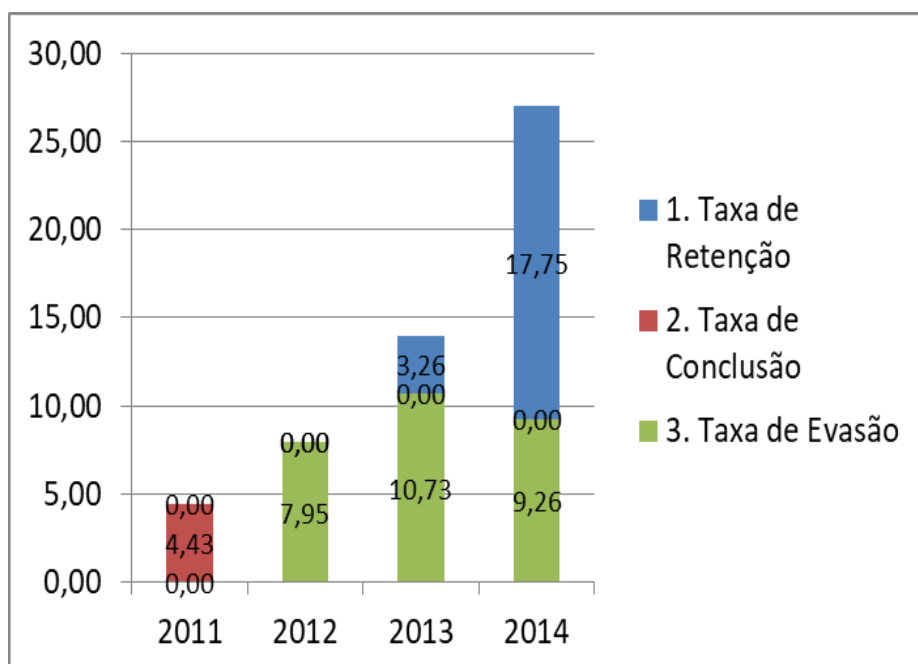
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 07: Indicadores Quantitativos - Passo Fundo



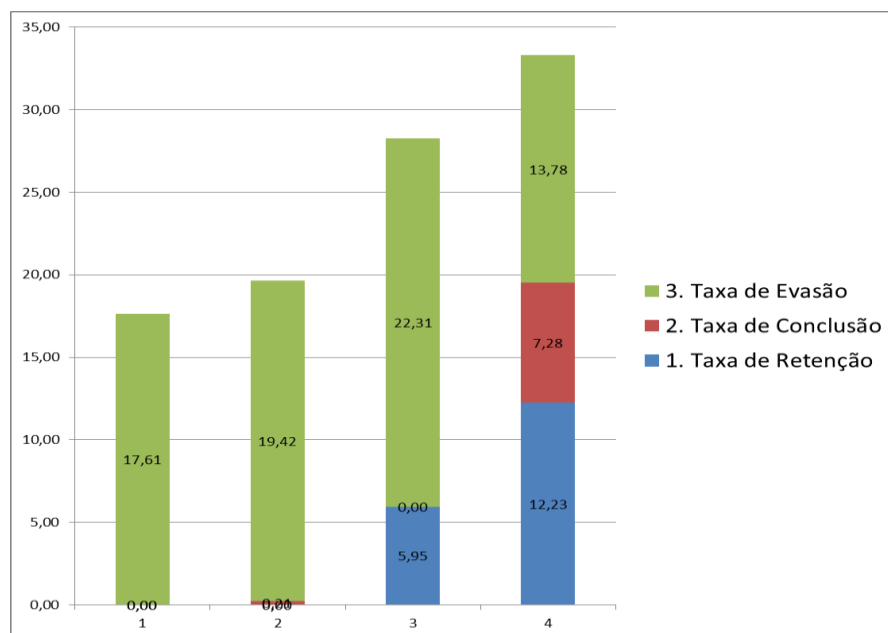
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 08: Indicadores Quantitativos - Venâncio Aires



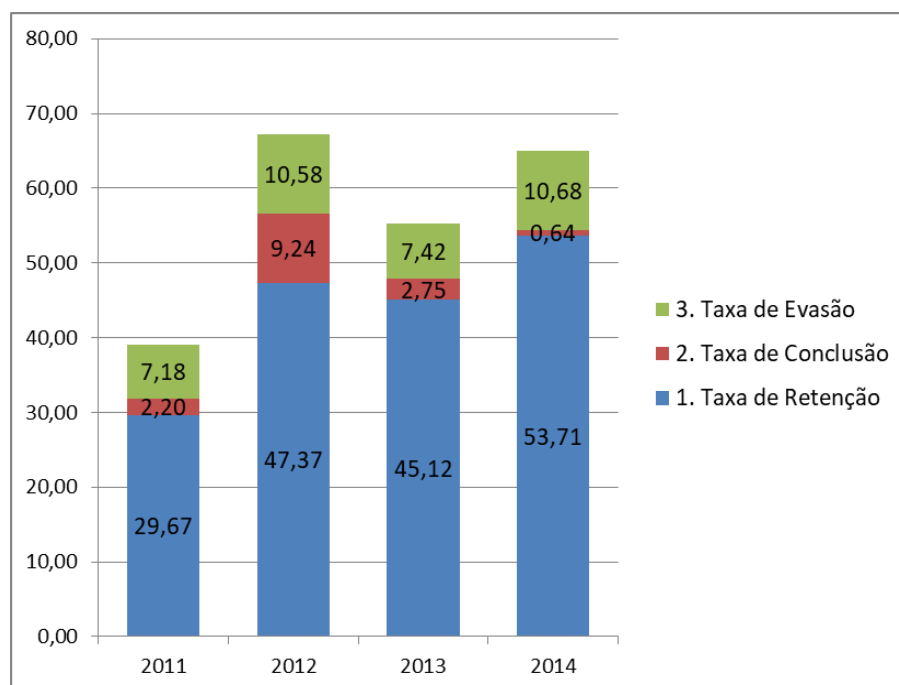
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 09: Indicadores Quantitativos - Camaquã



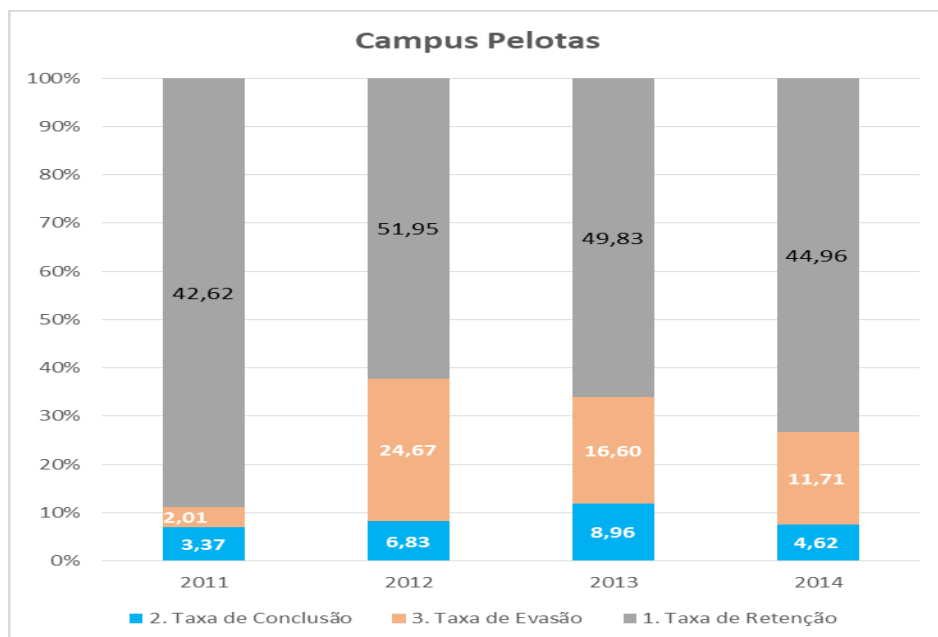
Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 10: Indicadores Quantitativos – Pelotas Visconde da Graça (CaVG)



Fonte: Pró-reitoria de Ensino – IFSul

Quadro 11: Indicadores Quantitativos - Pelotas



Fonte: Pró – Reitoria de Ensino – IFSul

APÊNDICE B - Manual para Acompanhamento de Indicadores



INSTITUTO FEDERAL
Sul-rio-grandense

Manual para Acompanhamento de Indicadores de Permanência e Êxito – IFSul

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ministro da Educação

José Mendonça Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Eline Neves Braga Nascimento

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul

Marcelo Bender Machado

Pró-reitor de Ensino – PROEN

Ricardo Pereira Costa

Pró-reitor Adjunto de Ensino – PROEN

Rafael Krolow Santos Silva

Chefe de Departamento de Políticas Educacionais – PROEN

Márcia Miller Gomes de Pinho

Idealização e Execução

Ricardo Pereira Costa

Pro-reitor de Ensino – PROEN

Rafael Krolow Santos Silva

Pro-reitor Adjunto de Ensino - PROEN

Márcia Miller Gomes de Pinho

Chefe do Departamento de Políticas Educacionais - PROEN

Douglas Fensterseifer Weissheimer

Estagiário do curso de Engenharia Elétrica do IFSul

Fernanda Specht Lemos

Estagiária do curso de Engenharia Elétrica do IFSul

Colaboradores

Róger Soares Lemes

Coordenador Sistêmico de Registros Acadêmicos

Eleno Gustavo Beduhn Konsgen

Pesquisador Institucional

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
I – Orientações Gerais.....	5
II - Instruções para o preenchimento das planilhas	6
III – Instruções para Análise dos Indicadores.....	8

APRESENTAÇÃO

Tendo em vista o compromisso institucional com a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFSul, a Pró-reitoria de Ensino apresenta às equipes gestoras dos Campus o Manual para Acompanhamento de Indicadores de Permanência e Êxito – IFSul como subsídio para o aferimento contínuo de dados acadêmicos dos estudantes, visando instrumentalizar o acompanhamento dos fluxos de matrícula e status de desempenho escolar dos estudantes de maneira a possibilitar o replanejamento processual e a decorrente qualificação das variadas ofertas educacionais de cada Campus do IFSul.

Este Manual apresenta os principais conceitos e fórmulas aplicáveis às taxas de evasão, retenção e conclusão, bem como indica os procedimentos operacionais a serem adotados no âmbito dos Campus para a obtenção destes dados, através de planilha eletrônica.

As instruções para o manejo e interpretação da planilha eletrônica estão descritas de maneira objetiva e didática, de forma que cada campus possa manter atualizadas suas taxas de conclusão, evasão e retenção.

Pretende-se que o Manual ora disponibilizado seja incorporado gradualmente às rotinas dos setores de registros acadêmicos dos campus, vindo a se constituir em importante ferramenta de gestão para o monitoramento permanente da permanência e êxito de estudante do IFSul.

I – Orientações Gerais

- Para a sistematização e atualização permanente dos dados acadêmicos dos estudantes, indica-se a utilização de planilha disponibilizada em arquivo Excel para o preenchimento de cada Campus, por equipe de registros acadêmicos designada pela direção geral.
- A planilha modelo contém os tópicos com os dados necessários para os cálculos dos indicadores. Os indicadores privilegiados serão os de ABANDONO (EVASÃO), CONCLUSÃO E RETENÇÃO, a serem aferidos em um determinado período (anual ou semestral, em conformidade com o regime de oferta do curso).
- A periodicidade de abastecimento de dados deverá equivaler ao regime de oferta do curso, ou seja, ao final de cada ano ou semestre, após o fechamento dos registros acadêmicos de cada período.
- A planilha foi construída com base nas mesmas fórmulas utilizadas pelo Sistec, oferecendo automaticamente os indicadores de ABANDONO (EVASÃO), CONCLUSÃO e RETENÇÃO, conforme as seguintes regras:

$$\text{Taxa de Abandono (\%)} = \frac{(\text{Abandonados} + \text{Desligados} + \text{Transferidos Externos})}{\text{Matrículas Atendidas}} * 100$$

$$\text{Taxa de Conclusão (\%)} = \frac{\text{Concluídos}}{\text{Matrículas Atendidas}} * 100$$

$$\text{Taxa de Retenção (\%)} = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} * 100$$

II - Instruções para o preenchimento das planilhas

- As taxas serão calculadas automaticamente usando-se duas planilhas que estão no mesmo arquivo em formato Excel, sob os títulos “Dados dos aluno” e “Índices”, respectivamente.
- A planilha “Dados dos alunos” contém as informações dos alunos, incluindo seu status de matrícula em cada semestre do período em análise.
- A planilha “Índices” calcula as taxas de conclusão, retenção e evasão automaticamente, com base nos dados preenchidos na planilha “Dados dos alunos”.
- Os dados deverão ser preenchidos por um operador, seguindo o passo a passo indicado:
 1. Entrar no SISTEC, pelo site do MEC, e definir quais ciclos de matrícula serão analisados.
 2. Verificar no SISTEC quais alunos cadastrados em cada ciclo de matrícula.
 3. Preencher a planilha “Dados dos alunos” com as informações de cada aluno. Os dados dos alunos serão extraídos do Q-Acadêmico.
 4. Quando houver correspondência entre o status de matrícula do aluno e a informação da coluna, a coluna deverá ser preenchida com “1” (um).
 5. Quando não houver correspondência preencher com “0” (zero). Quando mudar o status de matrícula de um aluno, o mesmo também será matrícula atendida. Exemplo: se um aluno evadiu em 2015/2, a coluna “Evadido 2015/2” deverá ser preenchida com “1” (um), a coluna “Matrícula Atendidas 2015/2”, também será preenchida com “1” (um).
 6. As demais colunas, onde não houver correspondência entre o status de matrícula e a coluna, deverão ser preenchidas com “0” (zero).

7. Na planilha “Índices” as taxas de conclusão, retenção e evasão serão calculadas automaticamente depois de feito o preenchimento dos dados dos alunos. Deve-se atentar para ajustar o somatório do número total de matrículas atendidas, alunos concluídos, retidos e evadidos.
8. Para a o preenchimento adequado dos Indicadores constantes nas planilhas, deverão ser obedecidas as seguintes orientações:

- **Concluídos** -> Deve-se analisar aluno por aluno, pelo Q-Acadêmico. Se o status de matrícula do aluno for concluído, devemos preencher com "1" (um) na opção de conclusão do semestre analisado, caso contrário preenche-se com "0" (zero).
- **Matrículas Atendidas** -> Acessar o Q-Acadêmico e analisar aluno por aluno, e através do status do aluno, identificar, segundo a definição, se o aluno tem matrícula atendida naquele semestre/ano, ou seja, se ele está matriculado. Se sim, preencher a planilha na opção de matrícula atendida para o semestre analisado com "1" (um), senão com "0" (zero).
- **Abandono (Evasão)**-> Deve-se analisar aluno por aluno, de ciclo por ciclo. Se o status de matrícula do aluno constar como abandonado, desligado ou transferido externo, preenchamos a planilha na opção de abandono no semestre analisado com "1" (um), senão com "0" (zero).
- **Retidos** -> Analisar aluno por aluno, e através do status do aluno, identificar, segundo a definição, se o aluno está perdeu o prazo de conclusão do curso. Se sim, preencher a planilha na opção de retenção para o semestre analisado com "1" (um), senão com "0" (zero).

Ao analisar-se um ciclo e constatar-se que o mesmo já venceu o prazo de conclusão, todos os alunos que estiverem com matrícula atendidas nesse ciclo, devem ser preenchidos com "1" (um) na opção de retenção no semestre analisado, do contrário com "0" (zero).

III – Instruções para Análise dos Indicadores

A análise da planilha permitirá aos gestores a obtenção de índices periódicos que instrumentalizarão a avaliação permanente e o replanejamento de suas ofertas ao longo de sua vigência, visando a sua qualificação contínua. Para tanto, deverão ser observadas as seguintes orientações interpretativas:

- **O indicador de Abandono (Evasão)** evidenciará quantos alunos abandonaram ou se desligaram ou fizeram transferência externa do curso em relação a todos os alunos que se encontram matriculados no campus naquele período em análise. Ou seja, se em 2012/1 o campus possui 500 alunos matriculados e 50 abandonam, utilizaremos a fórmula para o indicador de abandono e encontraremos taxa de 10% de abandono neste semestre.
- **O indicador de Conclusão** revelará quantos alunos concluíram o curso em relação a todos os alunos que se encontram matriculados no campus naquele período em análise. Ou seja, se em 2012/1 o campus possui 500 alunos matriculados e 100 concluíram, utilizaremos a fórmula para o indicador de conclusão e encontraremos taxa de 20% de conclusão neste semestre.
- **O indicador de Retenção** mostrará quantos alunos encontram-se fora do prazo de conclusão no curso em relação a todos os alunos que se encontram matriculados no campus naquele período em análise. Ou seja, se em 2012/1 o campus possui 500 alunos matriculados e 200 estão retidos, utilizaremos a fórmula para o indicador de retenção e encontraremos taxa de 40% de retenção neste semestre.
- **As taxas de abandono (evasão), retenção e conclusão** são referentes ao número de alunos com matrícula atendida no período em análise, não tendo ligação com o número de alunos ingressantes.
- Os termos *evasão* e *abandono* tem conceitos análogos perante os referenciais da Setec. O termo *evasão* foi recentemente substituído pelo termo *abandono* nos formulários do Sistec, sem alteração de significado.

APÊNDICE C - Instrumento de Análise Qualitativa

Campus:
Curso:
Coordenador:
Forma de oferta:
Início da oferta:
Taxa de Evasão:
Taxa de Retenção:
Elementos Transversais
Objetivos/PDI Objetivo 1 Planejar, desenvolver e avaliar a instituição, democraticamente, orientada pelo PDI. Objetivo 2 Fortalecer o IFSul como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico. Objetivo 3 Oportunizar oferta educativa, em toda a área de abrangência do IFSul, garantindo mecanismos de assistência ao estudante que contribuam com sua transformação social. Objetivo 4 Qualificar o gasto público por meio do contínuo aperfeiçoamento do modelo de governança (de gestão) e pelo aprimoramento dos processos institucionais. Objetivo 5 Consolidar políticas de desenvolvimento de pessoas que contribuam para a seleção, o aperfeiçoamento e a manutenção de talentos e para o aprimoramento e a avaliação das competências funcionais. Objetivo 6 Qualificar e consolidar a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão na instituição.
Princípios Metodológicos/PDI a) Indissociabilidade entre saber e fazer. b) Formação humanística e ética. c) Trabalho como princípio educativo. d) Problemática e contextualização do ensino. e) Pesquisa como elemento educativo. f) Desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe. g) Estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora.

h) Interdisciplinaridade e flexibilidade curricular.			
Metas / PDI (2.10 e 2.11) Meta 2.10 – Reduzir a evasão em, no mínimo, 10% ao ano. Meta 2.11 – Reduzir a retenção em, no mínimo, 10% ao ano.			
Elementos Específicos - PPE			
Concepções-base sobre os fenômenos em foco Natureza complexa e multifatorial Circunstancialidade e contextualidade Corresponsabilidade de gestão			
Fatores desencadeadores da evasão	Ações Estratégicas	Responsabilidade executiva	Período de Execução
Individuais 1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	
Internos 1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	
Externos 1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	
Externos 1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	

Instruções gerais para o preenchimento do Instrumento

Forma de oferta

Referem-se as seguintes formas:

- Educação Profissional Técnica de nível médio: Integrado, Subsequente ou Concomitante.
- Educação Superior: Educação Profissional Tecnológica, Bacharelados e Licenciaturas.
- Cursos de Pós-graduação: Especializações e Mestrados.

Taxa de Evasão / Taxa de Retenção

Referem-se ao cálculo disponibilizado no anexo II da Nota Informativa n. 138 /2015/DPE/DDR/SETEC/MEC.

Fatores desencadeadores da retenção e evasão - conforme Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/ 2014.

1 - Fatores Individuais

Destacam aspectos peculiares às características do estudante. Esse grupo é composto por fatores relativos a:

- adaptação à vida acadêmica;
- capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo;
- compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho;
- descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção;
- encanto ou motivação com o curso escolhido;
- escolha precoce da profissão;
- qualidade da formação escolar anterior;
- informação a respeito do curso;

- outras questões de ordem pessoal ou familiar;
- participação e envolvimento em atividades acadêmicas;
- personalidade;
- questões de saúde do estudante ou de familiar; e

2 – Fatores externos

Os fatores externos às instituições relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão. Os fatores que constituem esse grupo são:

- avanços tecnológicos, econômicos e sociais;
- conjuntura econômica e social;
- oportunidade de trabalho para egressos do curso;
- políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior;
- questões financeiras da instituição;
- reconhecimento social do curso; e
- valorização da profissão.

3 - Fatores internos

Os fatores internos às instituições são problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. É nesse rol de fatores que a instituição deve, constantemente, fortalecer sua oferta educativa. Nesse conjunto, estão os fatores:

- atualização, estrutura e flexibilidade curricular;
- cultura institucional de valorização da docência;
- existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria);
- formação do professor;
- gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.);
- gestão administrativa e financeira da unidade de ensino;

- inclusão social e respeito à diversidade;
- infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino;
- motivação do professor;
- processo de seleção e política de ocupação das vagas;
- questões didático-pedagógicas; e
- relação escola-família.

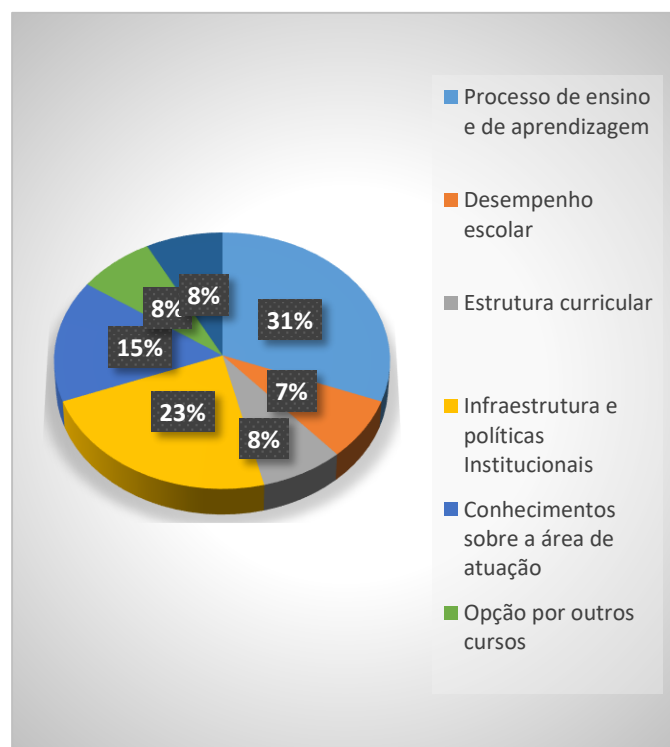
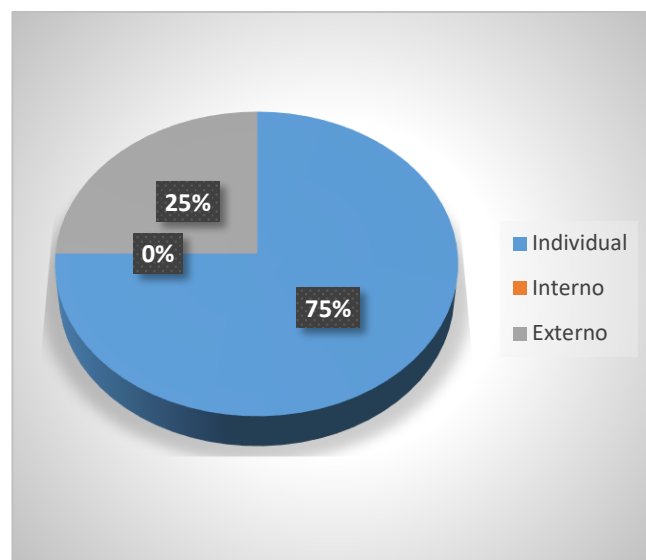
APÊNDICE D

Relatório da Análise Qualitativa

Bagé

Fatores de Evasão

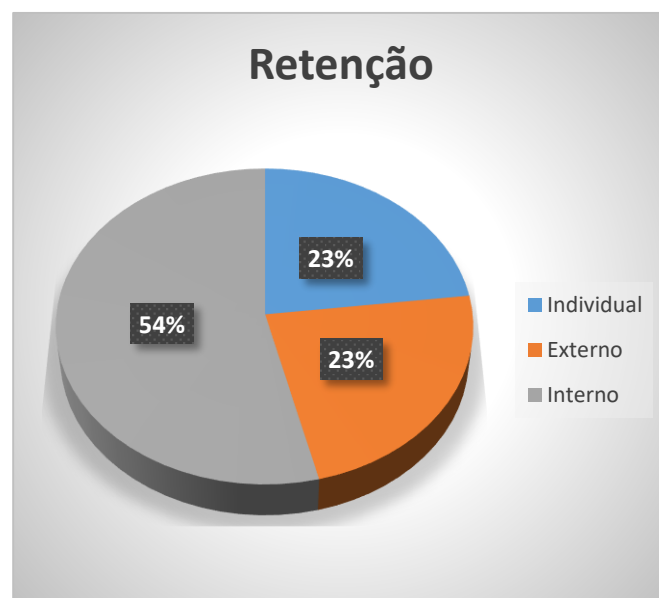
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Informação a respeito do curso	Interno	CONHECIMENTO SOBRE A ÁREA DE ATUAÇÃO
Escolha precoce da profissão	Individual	
Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
Impacto de nova escola e forma de ensino	Interno	
Relação escola-família	Interno	
Motivação do professor	Interno	
Dependência e retenção	Interno	DESEMPENHO ESCOLAR
Gestão acadêmica do curso (oferta de disciplinas etc.)	Interno	ESTRUTURA DO CURSO
Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Interno	



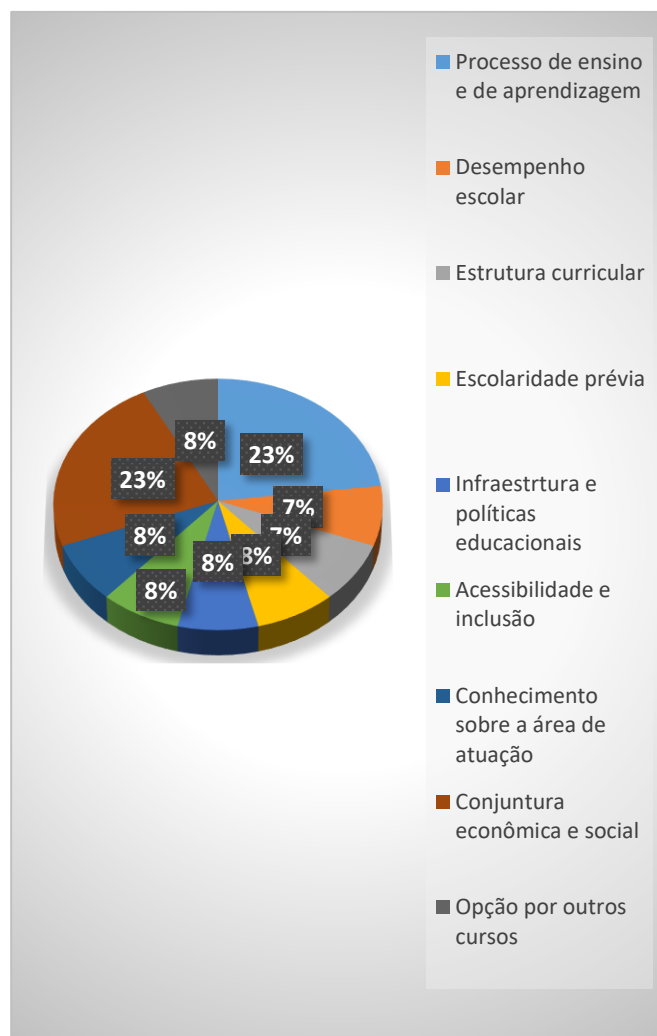
Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Interno	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Escolha precoce da profissão	Individual	CONHECIMENTO SOBRE A ÁREA DE ATUAÇÃO
Adaptação à vida acadêmica	Interno	PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Relação escola-família	Interno	
Desmotivação causada por reprovações e ausência de envolvimento com a vida acadêmica	Individual	DESEMPENHO ESCOLAR
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Avanços tecnológicos, econômicos e sociais	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior	Externo	



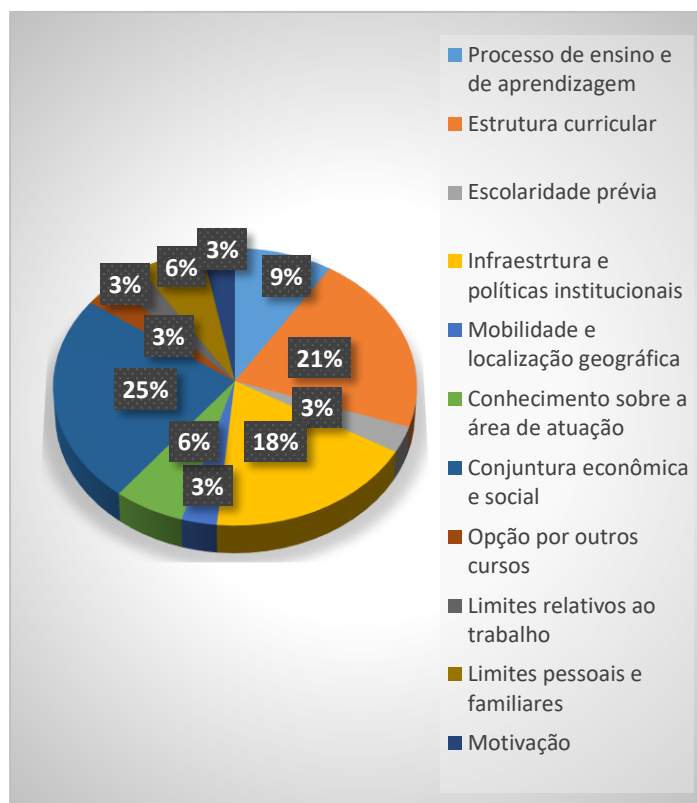
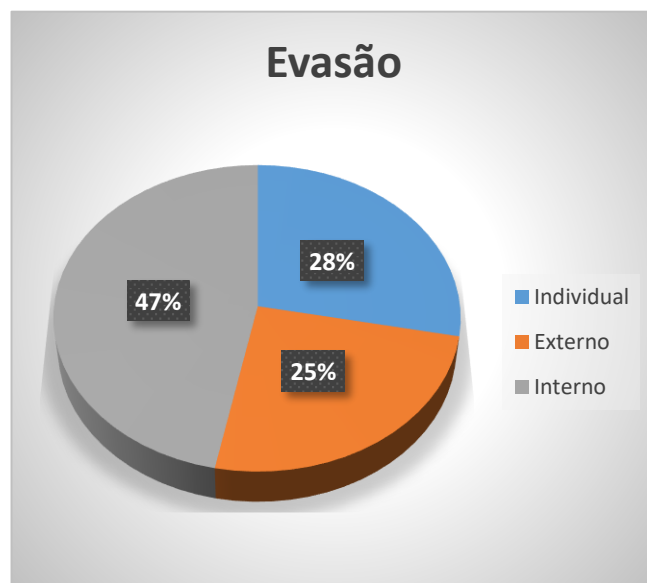
Conjuntura econômica e social	Externo	
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
Inclusão social e respeito à diversidade	Interno	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
Descoberta de novos interesses ou novo processo de	Interno	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS



Charqueadas

Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldade de adaptação ao volume de trabalho	Interno	PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
Dificuldades de aprendizagem e hábitos de estudo	Individual	
Falta de base nas disciplinas de programação	Interno	
Formação básica deficitária	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Matriz curricular com grande número de disciplinas num mesmo período letivo	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Subutilização dos horários de atendimento	Interno	
Carga horária elevada e multiplicidade de componentes curriculares, que dificulta a preparação das aulas	Interno	
Poucas palestras e atividades do curso	Interno	
Oferta reduzida de aulas práticas	Interno	
Distribuição curricular inadequada	Interno	
Poucas oportunidades de iniciação científica	Interno	

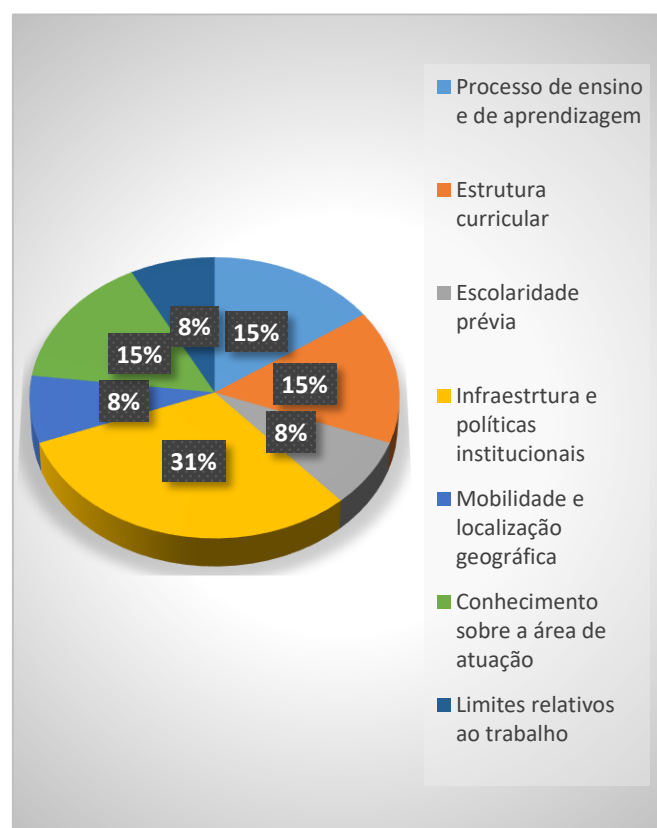
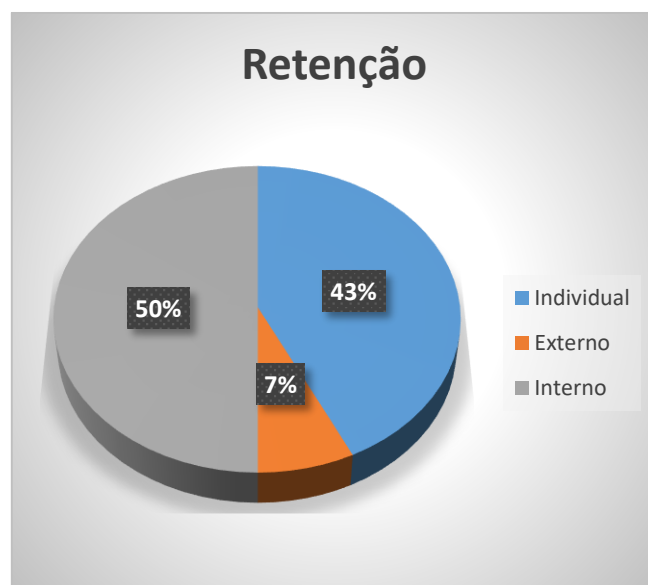


Falta de estrutura para acomodar o aluno em tempo integral, especialmente à maioria não residente em Charqueadas	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Rotatividade de professores	Interno	
Carga horária elevada dos professores	Interno	
Turmas cheias, que dificultam o atendimento à demanda individual de cada aluno	Interno	
Sistema com erro contabilizando presença em aulas de dependências	Interno	
Ausência de projetos de pesquisa no ensino superior no campus	Interno	
Oferta escassa de transporte público em horários que atendam aos alunos que vem no turno oposto	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Identificação com o curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Falta de afinidade com a área	Individual	
Dificuldade financeira (desemprego)	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Baixo número de empresas de informática que atuam na região	Externo	
Baixa oferta de estágios na região	Externo	
Poucas oportunidades de emprego na região Carbonífera	Externo	
Políticas governamentais para a educação	Externo	
Questões financeiras da instituição	Externo	

Cultura de estudos na região ainda não bem difundida	Externo	
Fatores econômico sociais que dificultam mobilidade	Externo	
Curso novo	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Compatibilidade entre a vida acadêmica e o trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Dificuldades de relacionamento	Individual	
Desmotivação dos alunos em participar de projetos de pesquisa, extensão e iniciação científica	Individual	MOTIVAÇÃO

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Falta de planejamento, por parte dos estudantes, para organizar os estudos extra classe	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Metodologia não adequada, especialmente àquela dirigida ao primeiro ano	Interno	
Estrutura organizacional da grade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Distribuição curricular inadequada	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Subutilização dos horários de atendimento dos professores	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Distribuição inadequada ou inexistência dos horários de atendimento aos alunos	Interno	
Carga horária elevada dos professores	Interno	
Falta de estrutura para manter os alunos em tempo integral	Externo	
Transporte público escasso na região (principalmente a noite)	Interno	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Falta de afinidade com o curso escolhido	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO

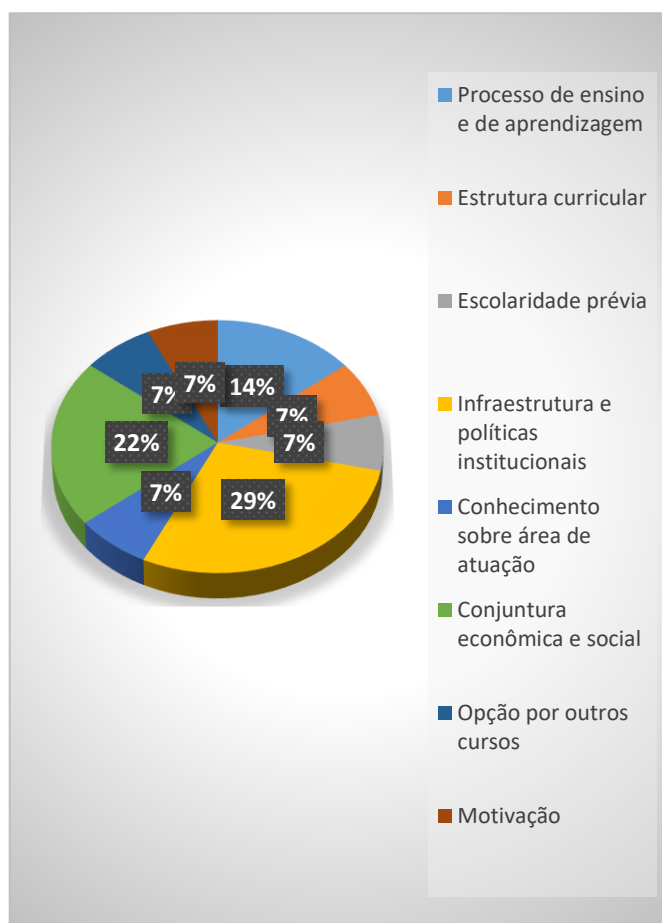
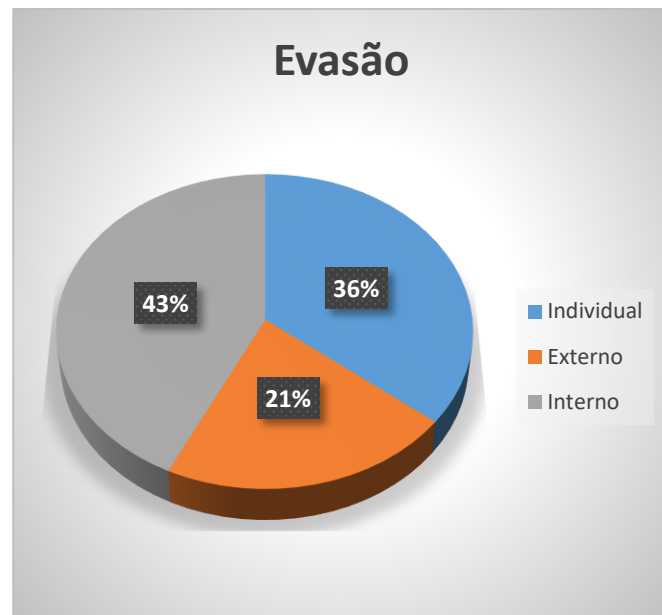


Identificação com o curso	Individual	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO

Santana do Livramento

Fatores de Evasão

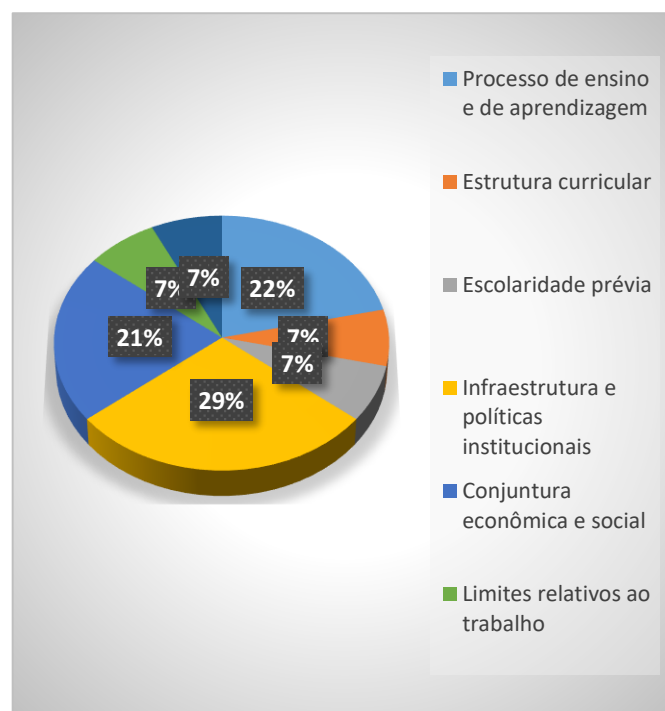
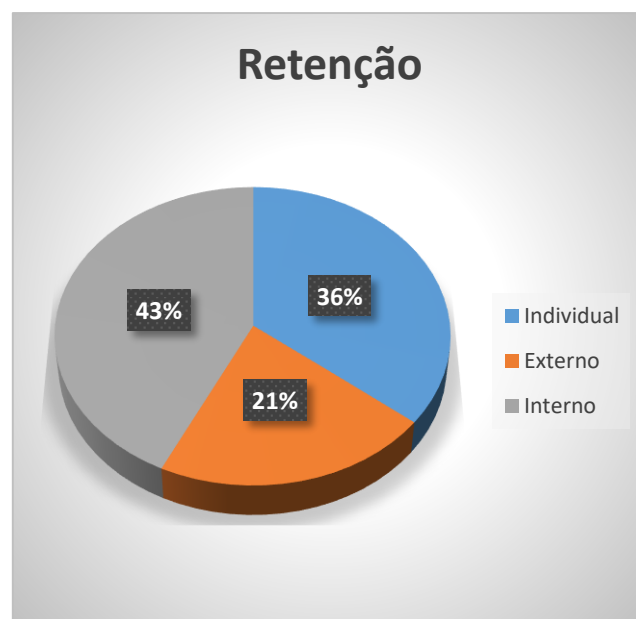
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldades de aprendizagem e habilidade de estudos - Individual	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Gestão acadêmica do curso (horários de saída do curso)	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Falta de infraestrutura do local provisório	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Falta de profissionais de apoio	Interno	
Formação do professor	Interno	
Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Interno	
Informação a respeito no curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Conjuntura econômica e social	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	
Reconhecimento social do curso	Externo	



Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Individual	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Formação do professor	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Impossibilidade de pagamento de assistência estudantil para alunos deste curso	Interno	
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	
Entraves burocráticos causados pelo convênio binacional	Interno	
Valorização da profissão	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

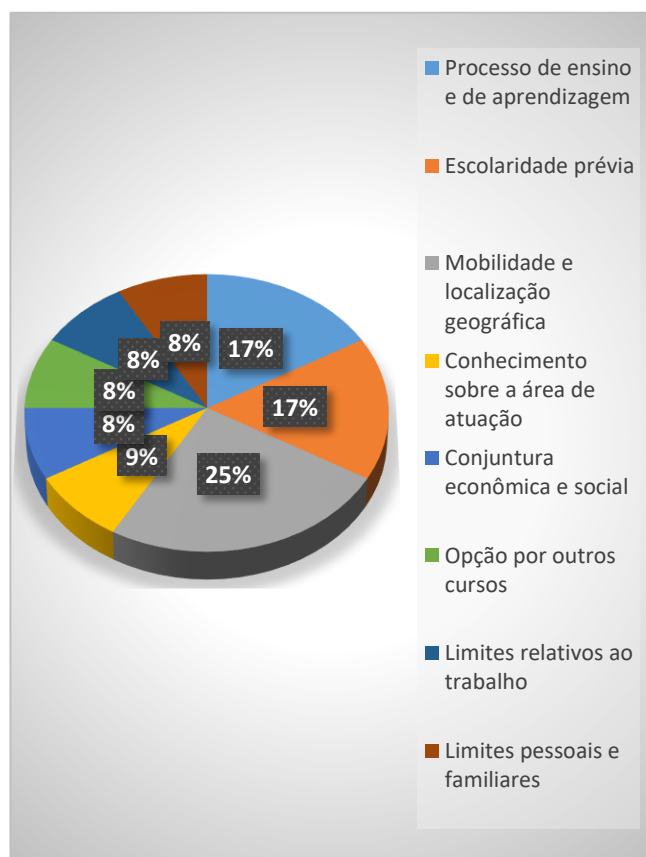
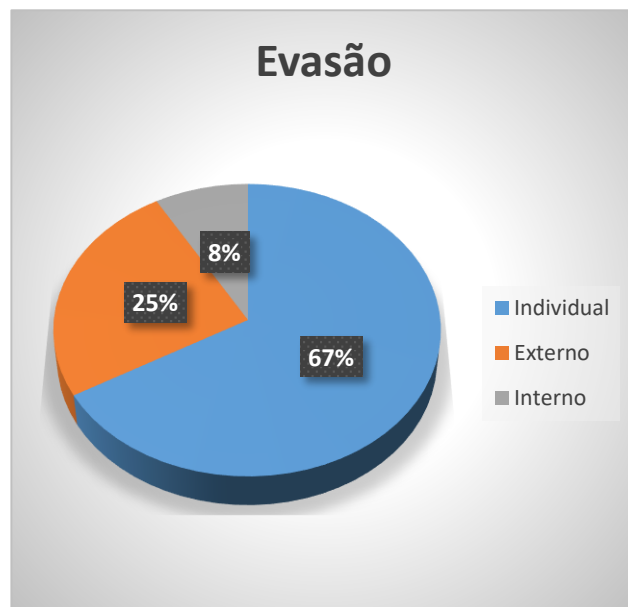


Conjuntura econômica e social	Externo	
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES

Sapiranga

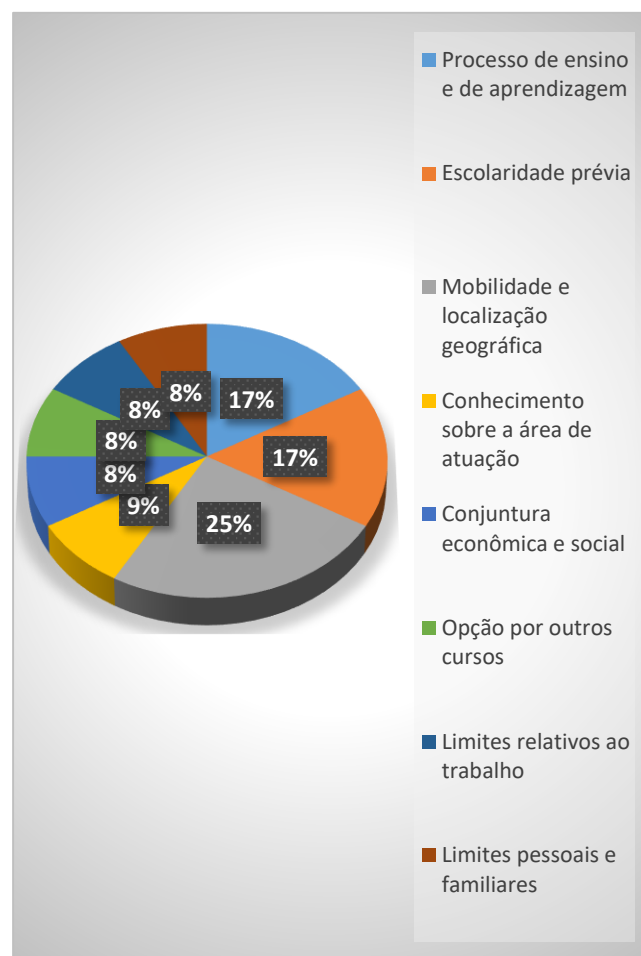
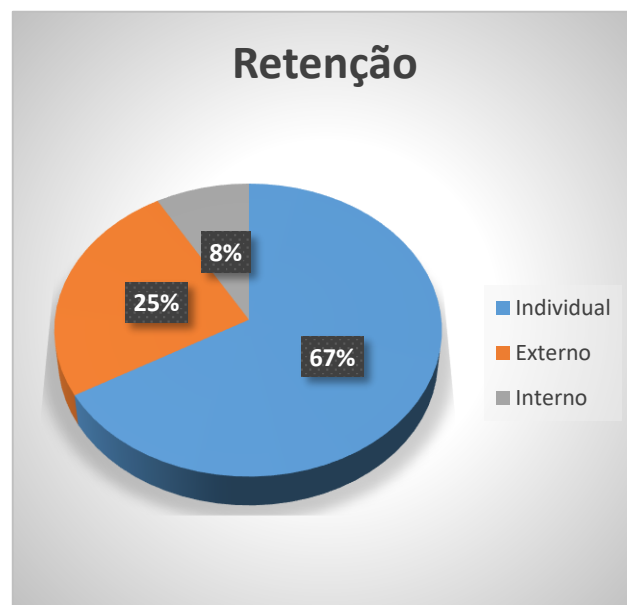
Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldade de aprendizagem	Individual	PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Dificuldade de adaptação com a escola	Interno	
Tempo em que ficou sem estudar, contribuiu para o aumento das dificuldades	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Não estar acostumado a estudar	Individual	
Distância entre escola e residência	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Dificuldade com transporte	Externo	
Mudança de cidade	Individual	
Falta de identificação com o curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE A ÁREA DE ATUAÇÃO
Insegurança no bairro onde mora, à noite	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Ter outros interesses profissionais e/ou acadêmicos	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Dificuldade para conciliar horário do trabalho e da aula	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Cuidados com a família e dificuldade em conciliar família e estudo	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES



Fatores de Retenção

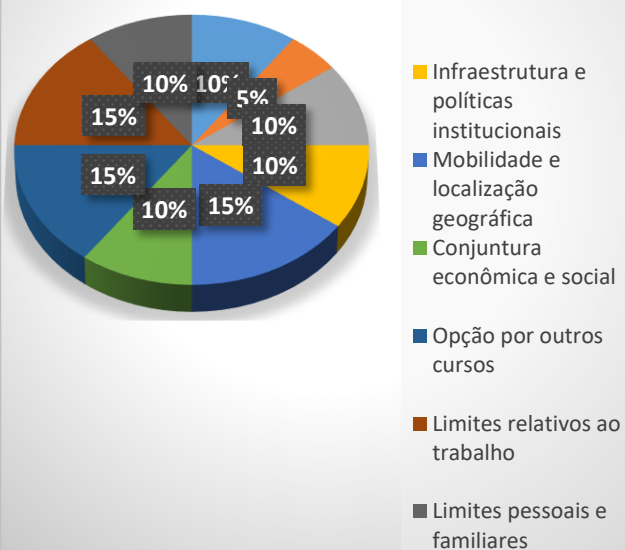
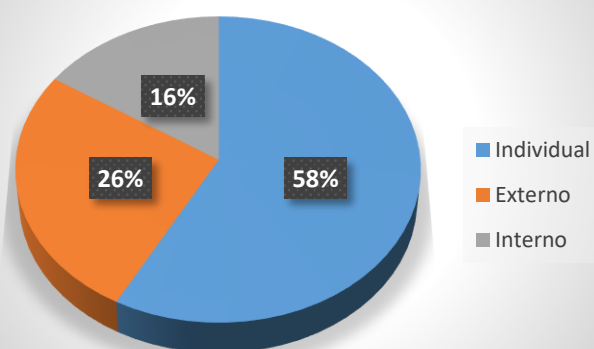
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldade de aprendizagem	Individual	PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Dificuldade de adaptação com a escola	Interno	
Tempo em que ficou sem estudar, contribuiu para o aumento das dificuldades	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Não estar acostumado a estudar	Individual	
Distância entre escola e residência	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Dificuldade com transporte	Externo	
Mudança de cidade	Individual	
Falta de identificação com o curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE A ÁREA DE ATUAÇÃO
Insegurança no bairro onde mora, à noite	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Ter outros interesses profissionais e/ou acadêmicos	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Dificuldade para conciliar horário do trabalho e da aula	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Cuidados com a família e dificuldade em conciliar família e estudo	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES



Jaguarão

Fatores de Evasão/Fator	Categoria	Sub-Categoria
Falta de participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Dificuldades de aprendizagem e habilidades de	Individual	
Falta de assiduidade dos estudantes	Individual	DESEMPENHO ESCOLAR
Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Ingresso de estudante com ensino médio completo em curso integrado	Interno	
Processo de seleção e política de ocupação de vagas	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Ingresso de estudantes após o início do período letivo devido à realização de múltiplas chamadas do processo seletivo	Interno	
Dificuldade de transporte para a unidade de ensino	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Distância entre a unidade de ensino e a residência	Externo	
Mudança de cidade	Externo	
Conjuntura econômica e social	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante	Externo	
Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Busca por outras escolas consideradas de fácil aprovação	Individual	
Ingresso em outro curso	Individual	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Dificuldade em conciliar estudo e trabalho	Individual	
Necessidade de trabalhar	Individual	

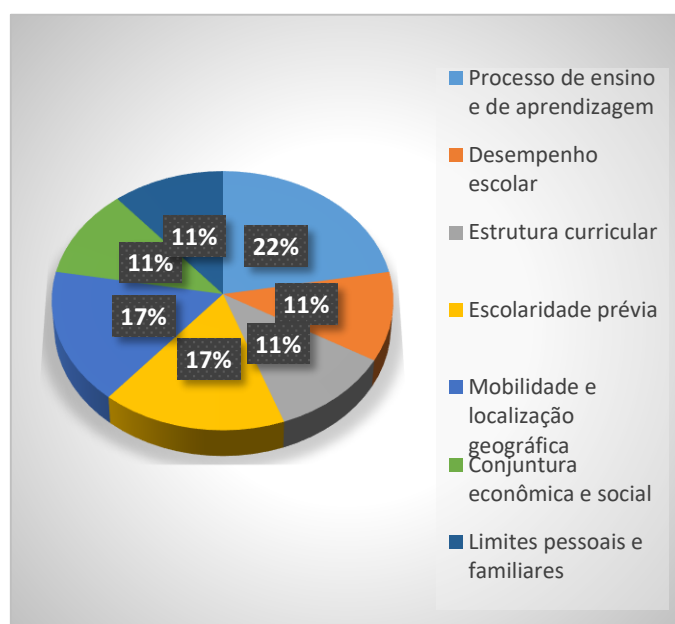
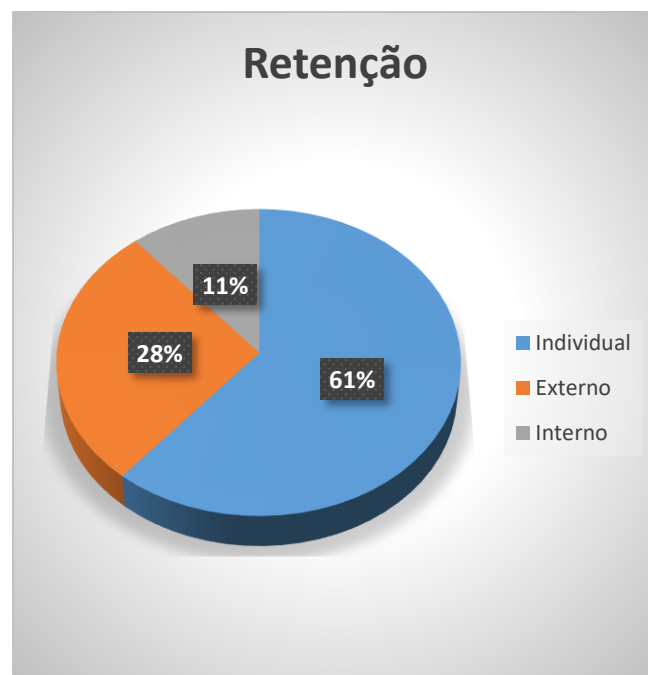
Evasão



Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Problemas pessoais e familiares	Individual	

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica – Individual	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Falta de hábito de estudo – Individual	Individual	
Dificuldade de aprendizagem e habilidade de estudo – Individual	Individual	
Participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Individual	
Falta de assiduidade dos estudantes - individual	Individual	DESEMPENHO ESCOLAR
Falta de dedicação aos estudos	Individual	
Atualização, estrutura e flexibilização curricular – Interno	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Complexidade dos conteúdos abordados no curso	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior – Individual	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Deficiência nos conhecimentos relativos à educação básica – Individual	Individual	
Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino	Individual	

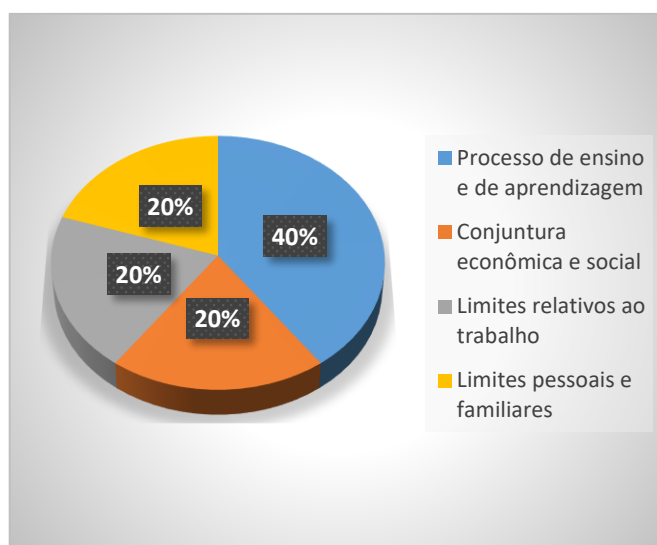
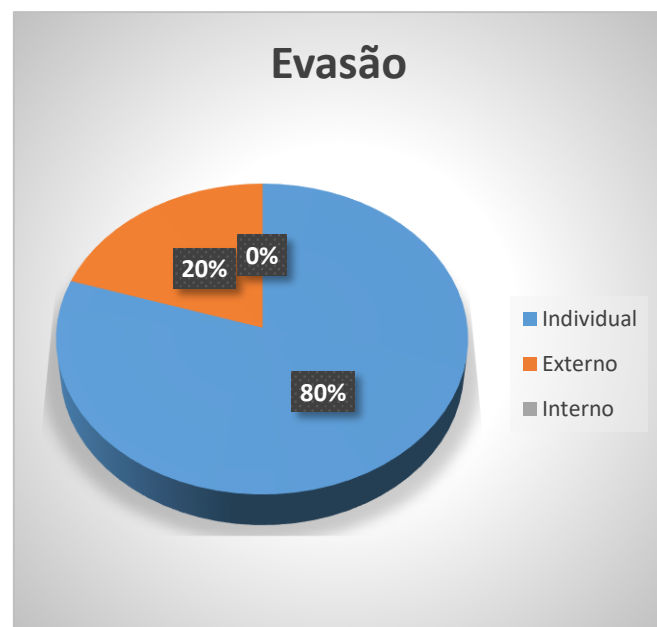


Dificuldade de transporte para a unidade de ensino - Externo	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Distância entre a unidade de ensino e a residência - Externo	Externo	
Mudança de cidade	Externo	
Conjuntura econômica e social – Externo	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante	Externo	
Outras questões de ordem pessoal ou familiar – Individual	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Problemas pessoais e familiares	Individual	

Gravataí

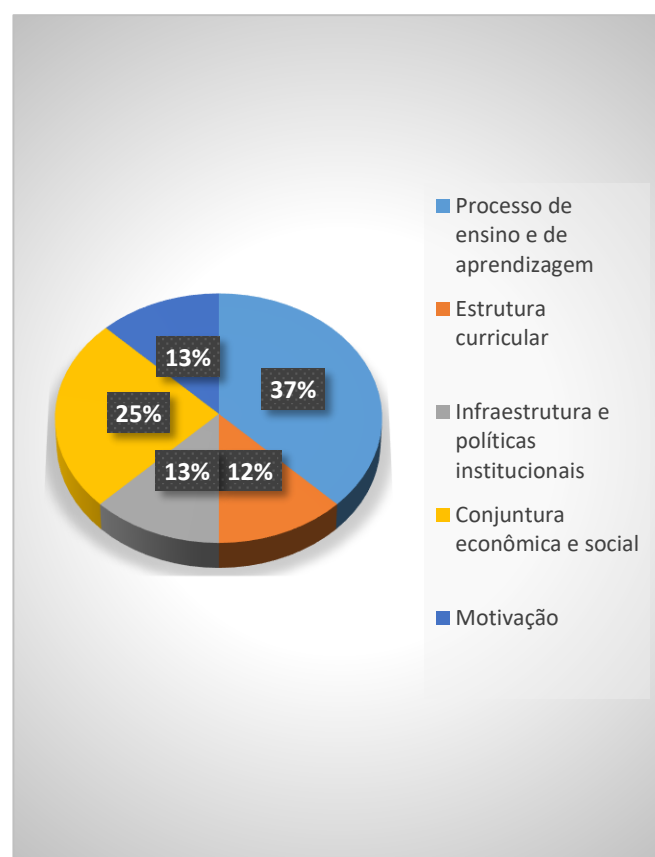
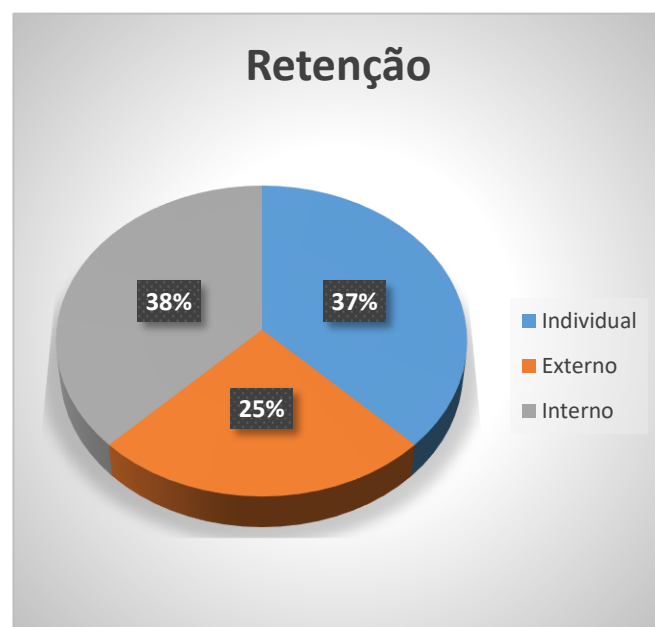
Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
Dificuldades de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES



Fatores de Retenção

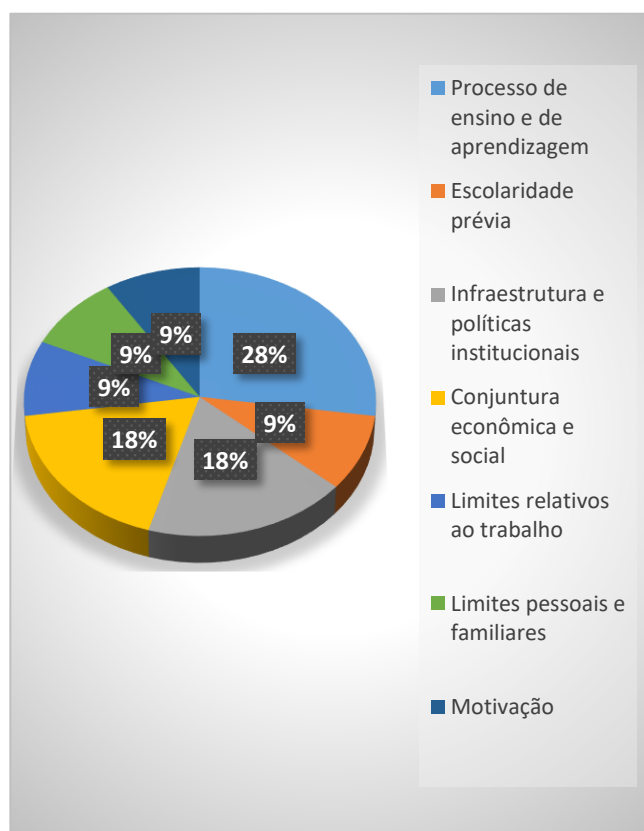
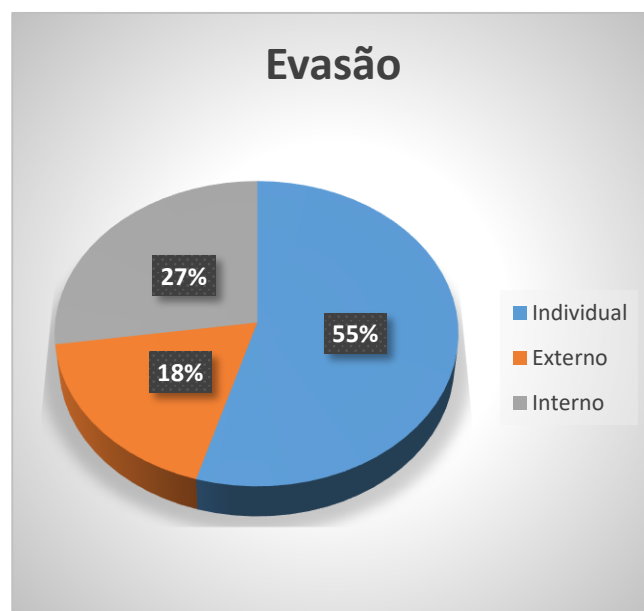
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
Dificuldades de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas)	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Conjuntura econômica e social	Externo	
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO



Novo Hamburgo

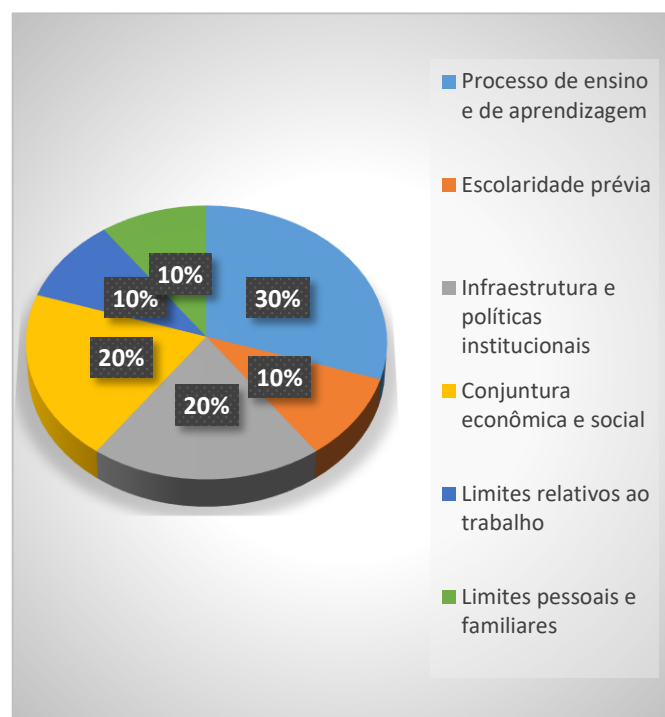
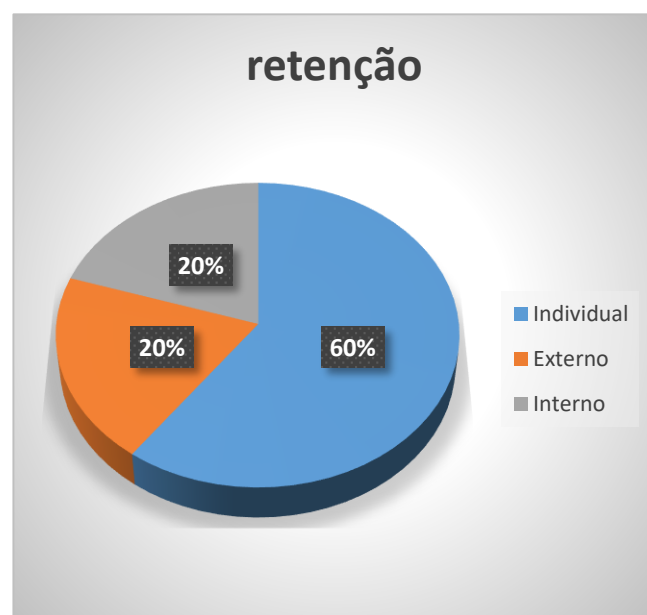
Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldade de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Adaptação à vida acadêmica	Individual	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Formação do professor	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	
Conjuntura econômica e social	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Questões financeiras da instituição	Externo	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Questões de saúde do estudante ou de familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO



Fatores de Retenção

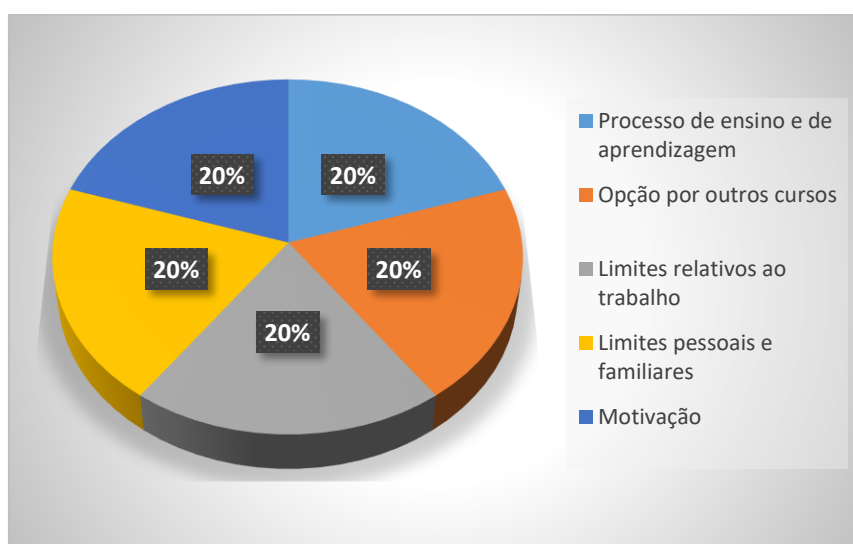
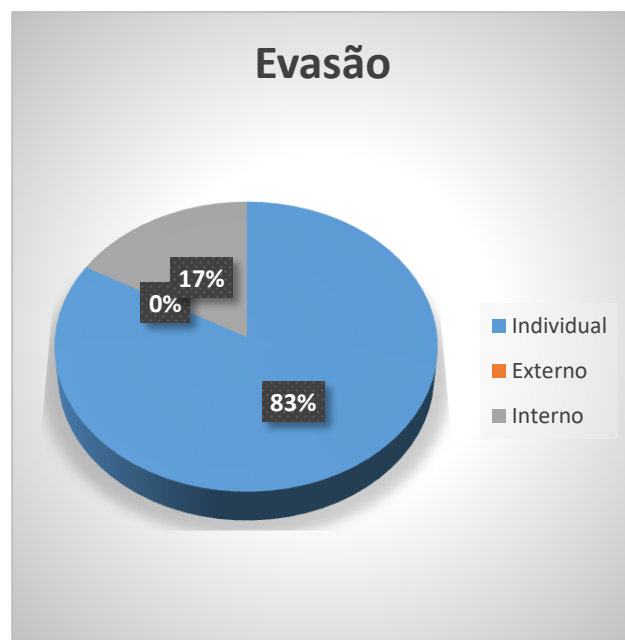
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Dificuldade de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Formação do professor	Individual	
Conjuntura econômica e social - Externo	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Questões financeiras da instituição	Externo	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Questões de saúde do estudante ou de familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES



Lajeado

Fatores de Evasão

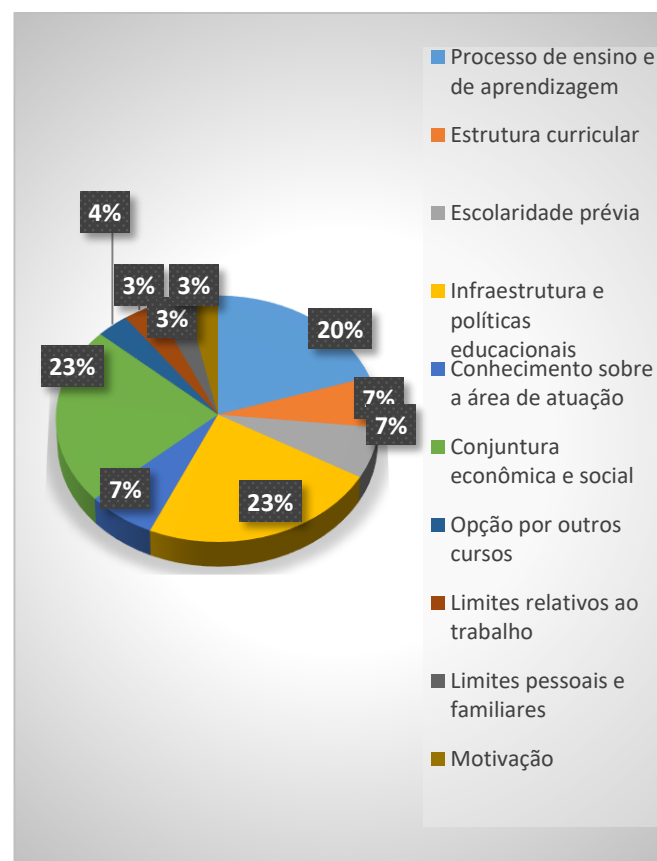
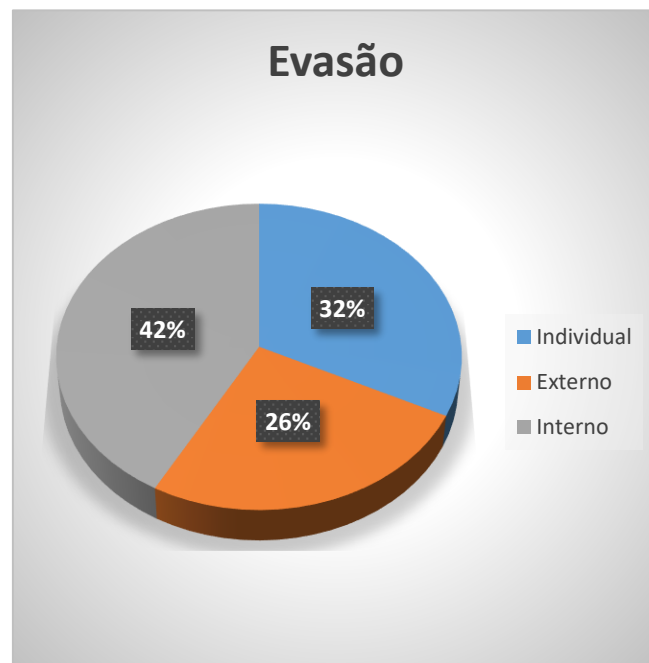
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO



Sapucaia do Sul

Fatores de Evasão

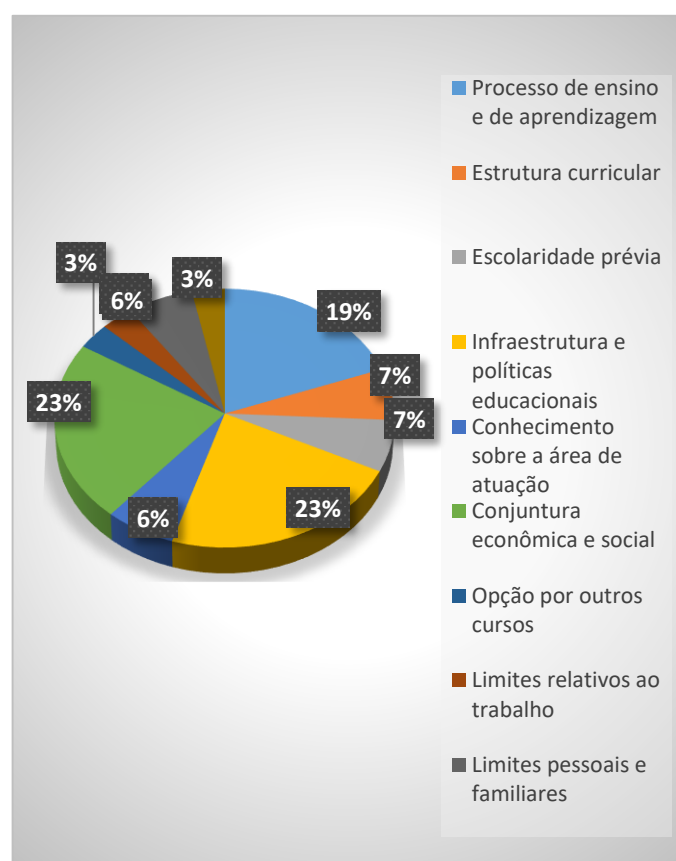
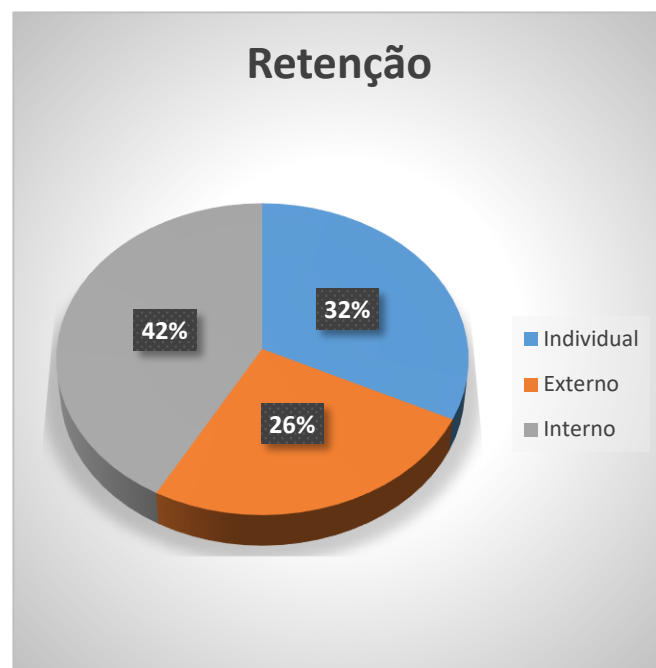
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Interno	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Dificuldades de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	
Ausência de participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Individual	
Motivação do professor	Interno	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Relação escola-família	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Interno	
Formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Qualidade da escola de ensino fundamental ou médio de origem do estudante	Externo	
Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Questões financeiras da instituição	Interno	
Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação, científica, monitoria)	Interno	
Cultura institucional de valorização da docência	Interno	
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	
Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Interno	
Formação do professor	Interno	



Escolha precoce da profissão	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Informação a respeito do curso	Individual	
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Avanços tecnológicos, econômicos e sociais	Externo	
Conjuntura econômica e social	Externo	
Reconhecimento social do curso	Externo	
Valorização da profissão	Externo	
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	
Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior	Externo	
Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Personalidade	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Questões de saúde do estudante ou de familiar	Individual	
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Interno	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Dificuldades de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	
Ausência de participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Individual	
Motivação do professor	Interno	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Relação escola-família	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Interno	
Formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Qualidade da escola de ensino fundamental ou médio de origem do estudante	Externo	
Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Questões financeiras da instituição	Interno	
Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, Iniciação, científica, monitoria)	Interno	
Cultura institucional de valorização da docência	Interno	
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	



Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Interno	
Formação do professor	Interno	
Escolha precoce da profissão	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Informação a respeito do curso	Individual	
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Avanços tecnológicos, econômicos e sociais	Externo	
Conjuntura econômica e social	Externo	
Reconhecimento social do curso	Externo	
Valorização da profissão	Externo	
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	
Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior	Externo	
Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Individual	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Personalidade	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Questões de saúde do estudante ou de familiar	Individual	
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO

Passo Fundo

Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Participação e envolvimento nas atividades acadêmicas	Individual	
Questões didáticas pedagógicas	Interno	
Relação escola-família e motivação	Interno	
Gestão acadêmica do curso – Interno	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Falta de valorização de aspectos éticos no currículo	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Difícil acesso ao campus devido a sua localização geográfica ser distante do centro da cidade	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Inclusão social e respeito à diversidade	Interno	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
Reconhecimento social dos cursos e da instituição	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	

Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Questões financeiras do estudante ou da família	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Participação e envolvimento nas atividades acadêmicas	Individual	
Dificuldades de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Relação escola-família e motivação	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Gestão acadêmica do curso	Interno	
Falta de valorização de aspectos éticos no currículo	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA

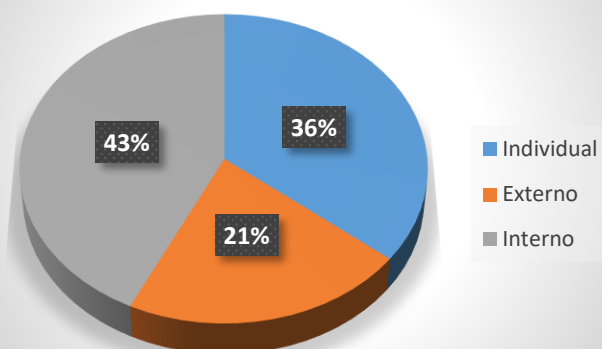
Questão financeira da instituição	Externo	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Ausência e/ou abrangência dos programas institucionais para o estudante	Interno	
Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Interno	
Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Interno	
Difícil acesso ao campus devido a sua localização geográfica ser distante do centro da cidade	Interno	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Inclusão social e respeito à diversidade	Interno	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
Escolha precoce da profissão e incerteza profissional	Individual	CONHECIMENTO SOBRE A ÁREA DE ATUAÇÃO
Informação a respeito dos cursos e da instituição	Individual	
Reconhecimento social dos cursos e da instituição	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	

Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho

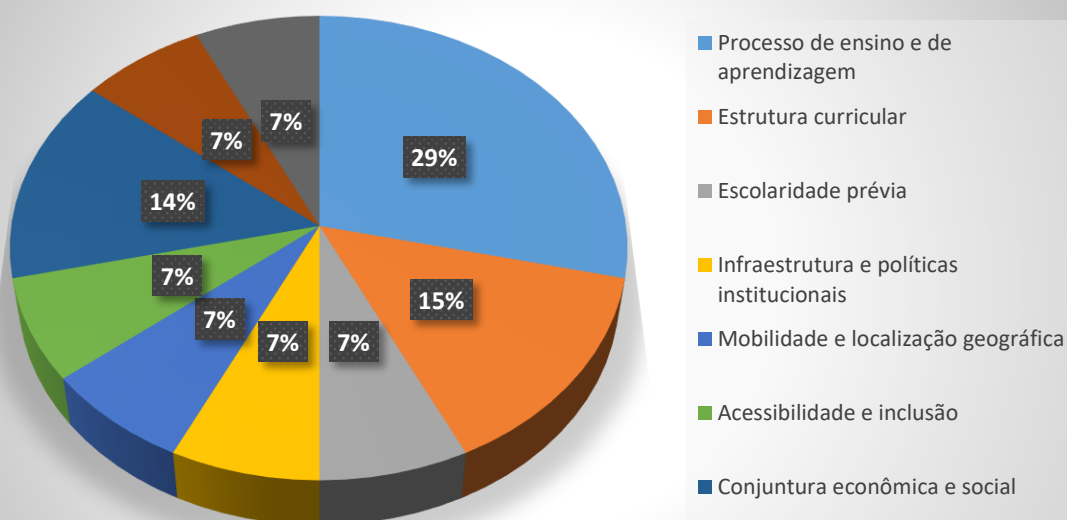
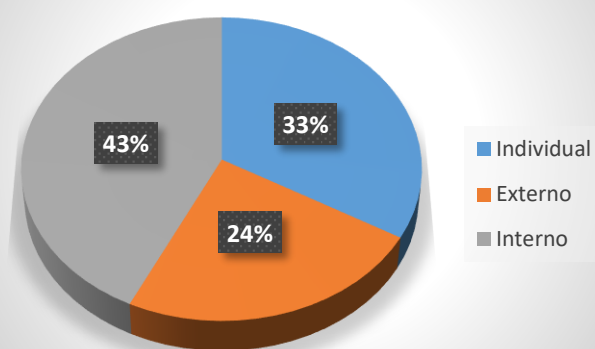
Individual

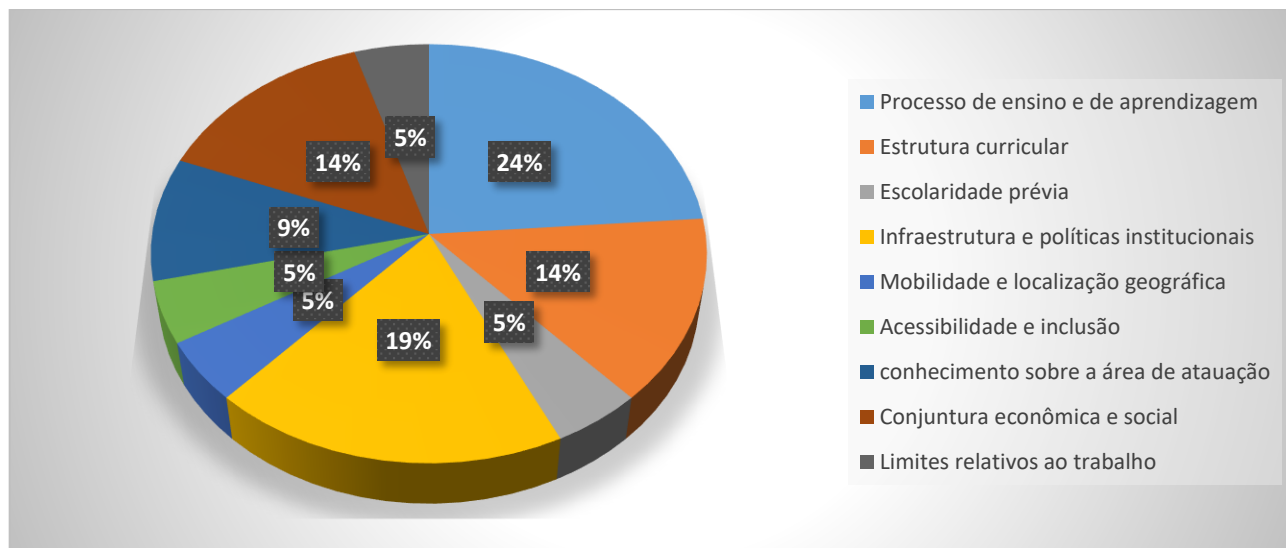
LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO

Evasão



Retenção





Venâncio Aires

Fatores de Evasão

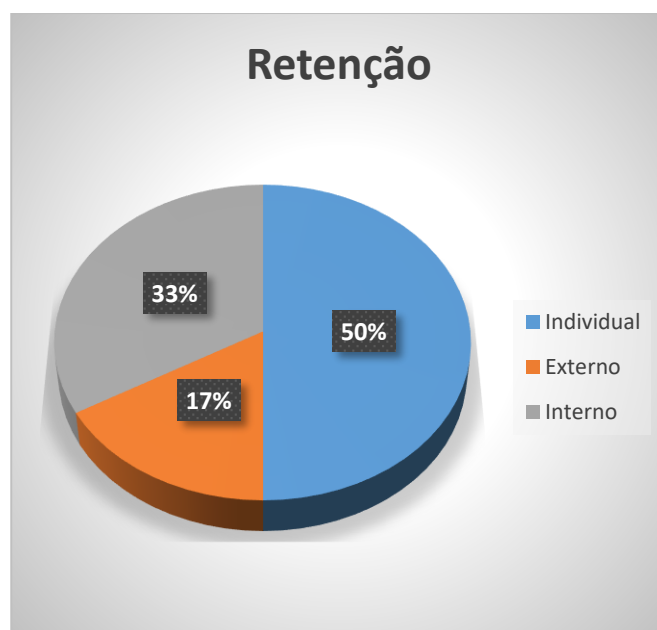
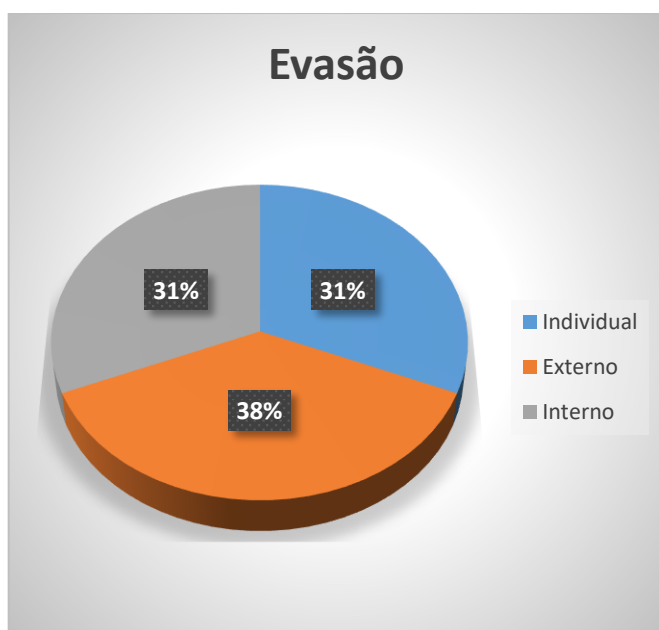
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Motivação do professor	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Externo	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Infraestrutura, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Questões financeiras da instituição	Interno	
Carência de formação didática do professor	Interno	
Dificuldade de acesso ao campus (transporte)	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Inclusão social	Interno	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
Informação a respeito do curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE A ÁREA DE ATUAÇÃO
Conjuntura econômica e social	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Valorização da profissão	Externo	
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso –	Externo	
Dificuldades em relação ao mundo do trabalho para egressos do curso	Externo	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO

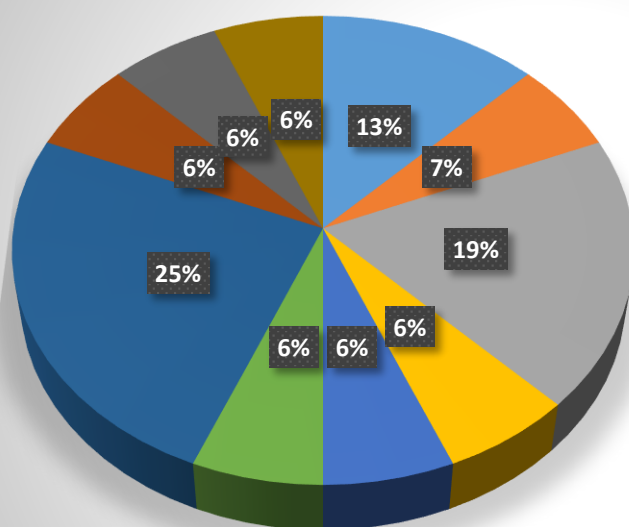
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO

Fatores de Retenção

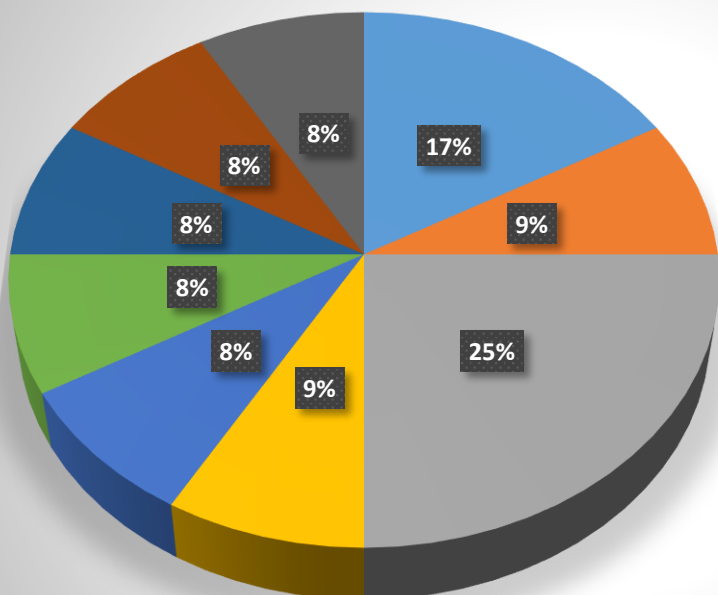
Fator	Categoria	Sub-Categoria
Adaptação à vida acadêmica	Individual	PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Motivação do professor	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Individual	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Infraestrutura, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Questões financeiras da instituição	Interno	
Carência de formação didática do professor	Interno	
Dificuldade de acesso ao campus (transporte)	Individual	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Informação a respeito do curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE A ÁREA DE ATUAÇÃO
Conjuntura econômica e social	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO





- Processo de ensino e de aprendizagem
- Escolaridade prévia
- Infraestrutura e políticas institucionais
- Mobilidade e localização geográfica
- Acessibilidade e inclusão
- Conhecimento sobre a área de atuação
- Conjuntura econômica e social
- Limites relativos ao trabalho
- Limites pessoais e familiares
- Motivação



- Processo de ensino e de aprendizagem
- Escolaridade prévia
- Infraestrutura e políticas institucionais
- Mobilidade e localização geográfica
- Conhecimento sobre a área de atuação
- Conjuntura econômica e social
- Limites relativos ao trabalho
- Limites pessoais e familiares
- Motivação

Camaquã

Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO
Questões didático-pedagógicas	Interno	PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	
Adaptação à vida acadêmica	Interno	
Excesso de atividades	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Personalidade (dificuldade relacionamento com professores e colegas)	Individual	

Questões financeiras do
estudante ou da família

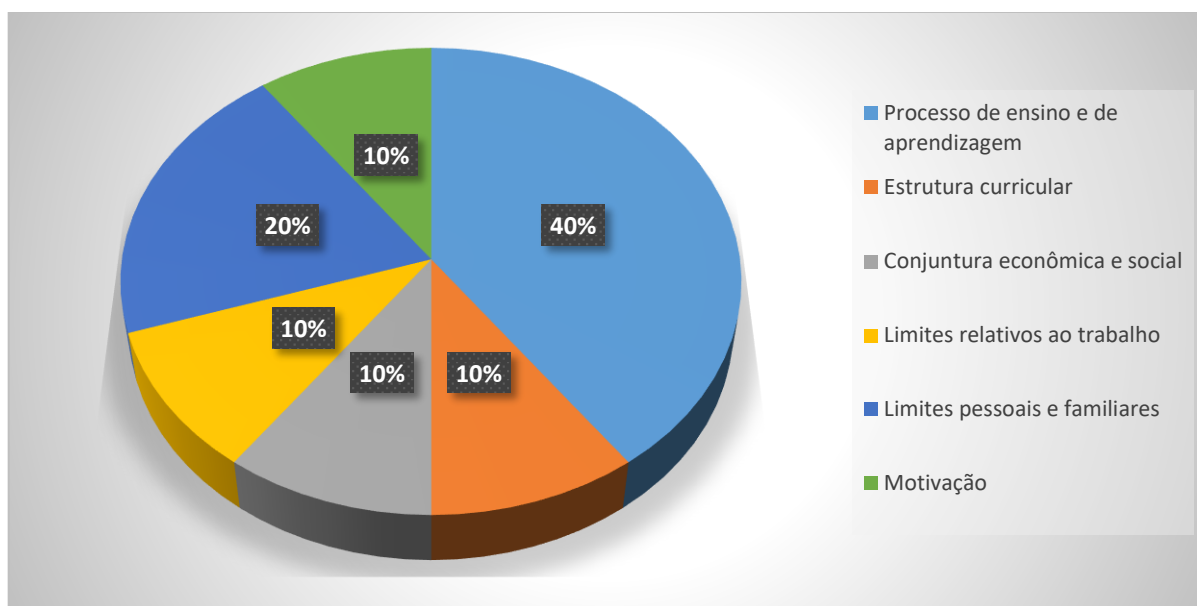
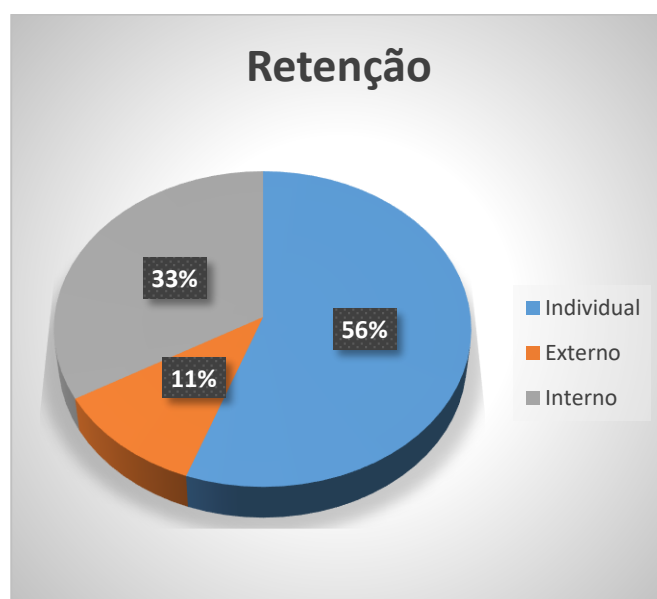
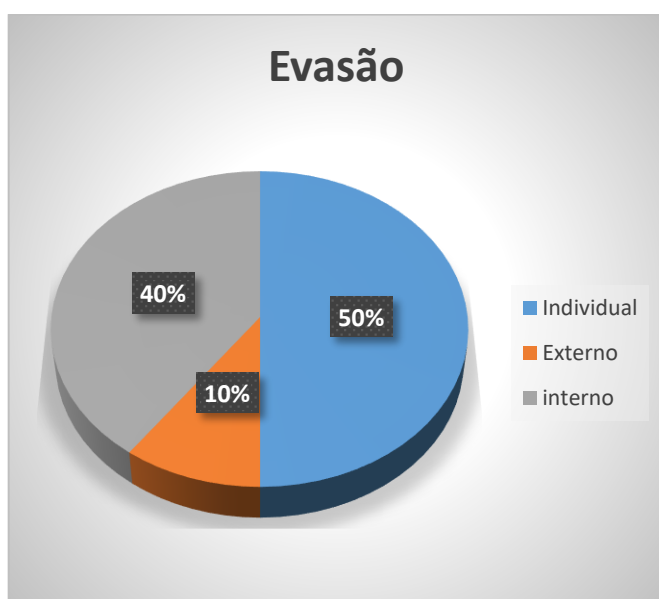
Externo

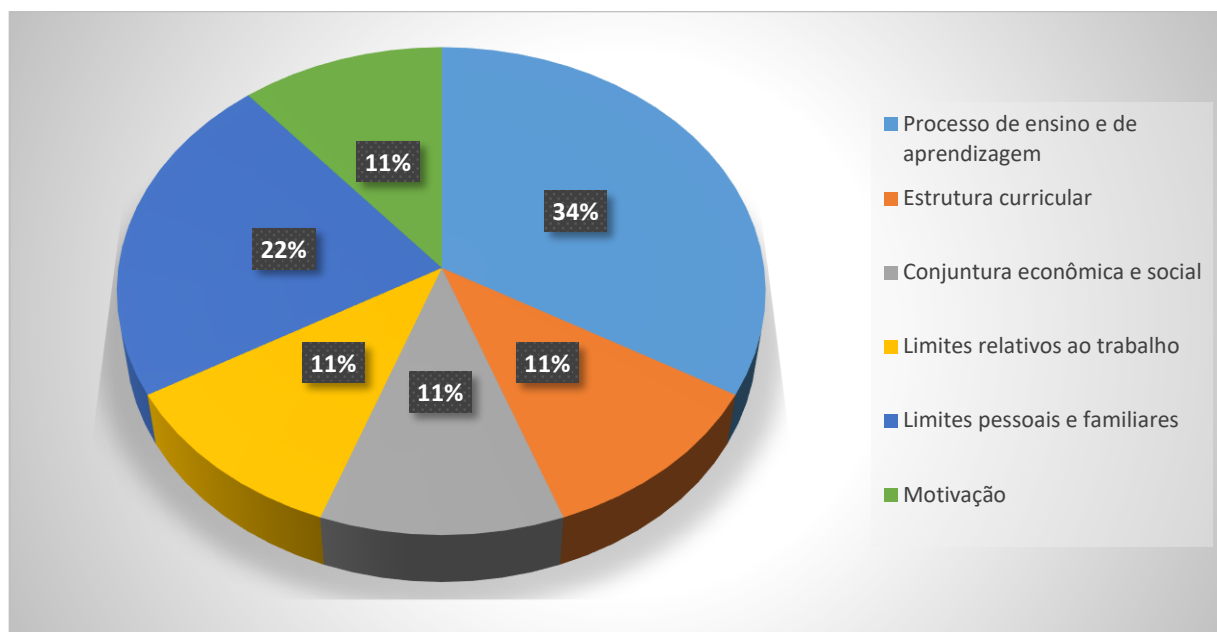
CONJUNTURA
ECONÔMICA E SOCIAL

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo - individual	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Questões didático-pedagógicas - interno	Interno	
Adaptação à vida acadêmica	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES

Personalidade (dificuldade relacionamento com professores e colegas)	Individual	
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO





Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldade no aprendizado	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Infrequência	Interno	DESEMPENHO ESCOLAR
Alta reprovação em disciplinas iniciais	Interno	
Dificuldades de se adaptar aos dois turnos de estudos	Individual	ESTRUTURA CURRICULAR
Oferta do Curso em turno noturno	Interno	
Indisponibilidade de horário nos laboratórios	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Externo	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Falta de conhecimentos sólidos da formação básica, que dificultam a aprendizagem em sala de aula	Individual	
Déficit na aprendizagem do ensino básico	Individual	

Alunos a muito tempo afastados dos estudos	Individual	
Falta de organização da estrutura acadêmica do campus	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Interno	
Infraestrutura deficitária não havendo local para que os estudantes fiquem protegidos das adversidades climáticas	Interno	
Falta de recursos para aquisição de insumos para aulas práticas	Interno	
Dificuldades na aquisição de materiais para aulas práticas em função da metodologia adotada nos processos licitatórios.	Interno	
Falta de livros na biblioteca	Interno	
Falta de manutenção das máquinas	Interno	
Falta de infraestrutura nas salas de aulas	Interno	
Falta de estrutura para as aulas práticas	Interno	
Falta de estrutura de laboratórios	Interno	
Insuficiência de funcionários da área administrativa	Interno	

Falta de apoio pedagógico específico no turno da noite	Interno	
Facilidade na entrada do processo seletivo, devido ao baixo ponto de corte	Interno	
Atraso no calendário acadêmico devido às greves anteriores	Interno	
Calendário letivo não acompanha o ano civil	Interno	
Distância do campus/centro	Interno	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Problema de Transporte público	Externo	
Desconhecimento da atuação profissional do egresso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Não identificação do estudante com o curso	Individual	
Não conhecimento do curso	Individual	
Desvalorização da carreira docente	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior	Externo	
Eliminação do ensino médio pelo ENEM	Externo	
Greves longas e em sequência ocorridas nos últimos anos	Interno	

Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	
Conjuntura econômica e social	Externo	
Contingenciamento de verbas	Externo	
Problemas de segurança para acesso ao campus	Externo	
Baixo nível sócio-econômico dos estudantes	Externo	
Troca de curso devido a grande oferta na região de cursos superiores – externo;	Externo	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Oferta de ensino tecnológico na mesma área no campus – interno;	Interno	
Aumento do número de vagas em cursos superiores, presenciais e a distância, ofertados na região, facilitando a troca de curso – externo;	Externo	
Atratividade por cursos em um único turno de estudo	Externo	
Emprego que impossibilita frequentar o curso regularmente	Externo	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Trabalho ou nomeação em concurso público em outros Municípios	Individual	
Mudança de emprego ou transferência de cidade que não permite conciliar com o horário do curso	Individual	
Oferta de emprego	Individual	

Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	
Pressão familiar e falta de apoio	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Organização do seu tempo	Individual	
Incompatibilidade da maternidade com as atividades do noturnas do curso	Individual	
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	
Estudantes bastante imaturos quanto as escolhas da profissão, levando-os a desistirem do curso	Individual	
Desinteresse dos estudantes	Individual	MOTIVAÇÃO
Desmotivação	Individual	
Descomprometimento do aluno com o Curso	Individual	
Desinteresse dos estudantes nas aulas teóricas	Individual	

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Ausência de participação e envolvimento em atividades acadêmicas	Individual	
Questões didático-pedagógicas	Interno	
Acúmulo de avaliações no mesmo dia	Interno	
Distribuição entre teoria e prática	Interno	
Metodologia utilizada pelo docente	Interno	
Alta reprovação em disciplinas iniciais	Interno	DESEMPENHO ESCOLAR
Alta taxa de infrequência	Interno	

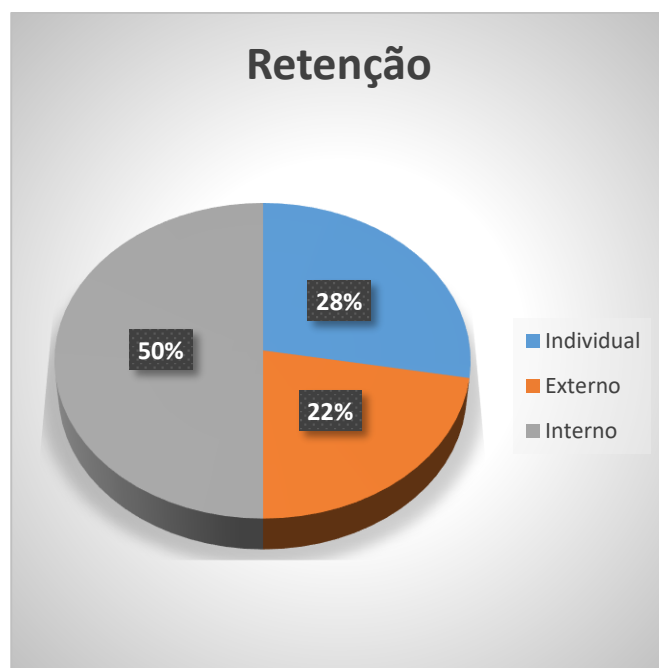
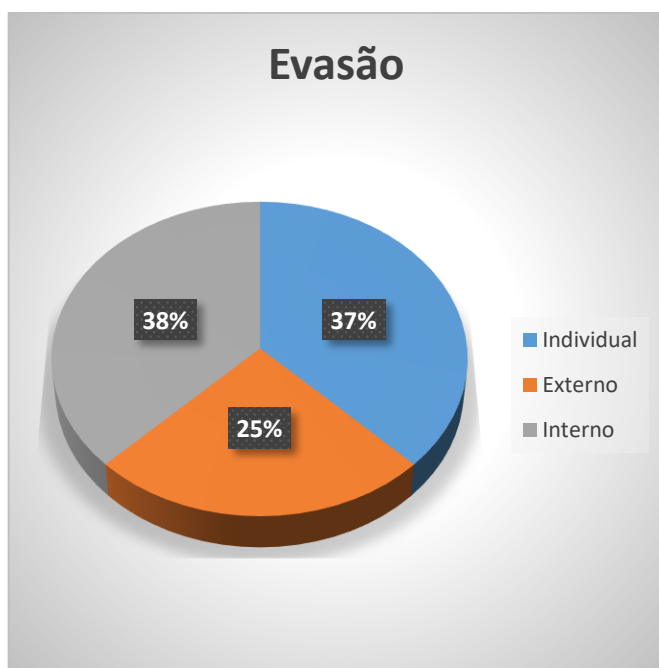
Matriculados com frequência esporádica	Interno	
Dificuldades de se adaptar aos dois turnos de estudos	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Oferta do Curso em turno noturno	Interno	
Disciplinas onde os conteúdos se repetem ou colidem com os de demais disciplinas	Interno	
Estruturação do Projeto Político do Curso	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Externo	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Estudantes que estiveram muito tempo afastados da educação regular	Individual	
Falta de uma base sólida relativa aos conhecimentos adquiridos na Educação Básica	Individual	

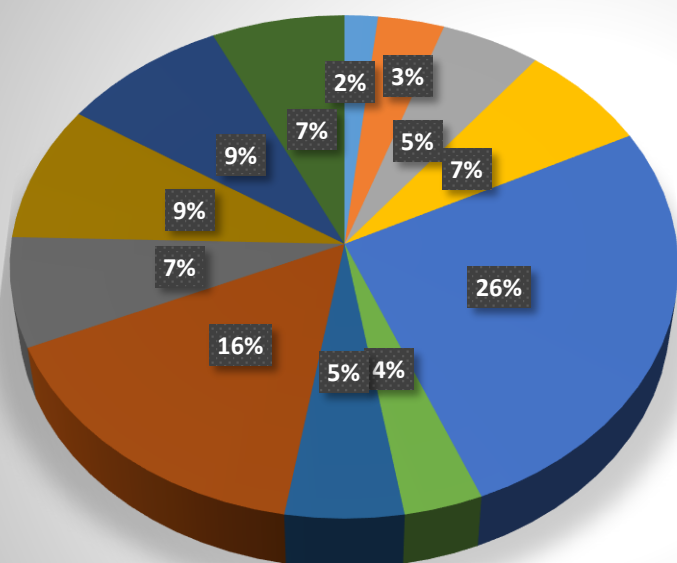
Estudantes que ingressam no curso superior após longa pausa nos estudos entre o fim do ensino médio e o início do superior	Individual	
Falta de apoio pedagógico específico no turno da noite	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Infraestrutura deficitária não havendo local para que os estudantes fiquem protegidos das adversidades climáticas	Interno	
Falta de recursos para aquisição de insumos para aulas práticas	Interno	
Falta de área física destinada à realização de atividades do curso, como aulas práticas e desenvolvimento de pesquisas	Interno	
Falta de integração entre os cursos do campus	Interno	
Falta de oferta de monitorias	Interno	
Espaço físico amplo, possibilitando ao estudante não assistir aulas	Interno	
Indisponibilidade de horário nos laboratórios	Interno	
Falta de livros na biblioteca	Interno	

Falta de manutenção das máquinas	Interno	
Falta de organização da estrutura acadêmica do campus	Interno	
Falta de estrutura de salas de aula e laboratórios	Interno	
Insuficiência de funcionários da área administrativa	Interno	
Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Externo	
Distância do campus/centro	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Problema de Transporte público	Externo	
Falta de identidade com o curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Não conhecimento do curso	Individual	
Falta de conhecimento da comunidade sobre o Curso, desmotivando os estudantes	Externo	
Desvalorização da carreira docente	Interno	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Greves longas e em sequência ocorridas nos últimos anos	Interno	
Ponto de corte baixo no ENEM	Externo	
Baixo nível sócio-econômico dos estudantes	Externo	

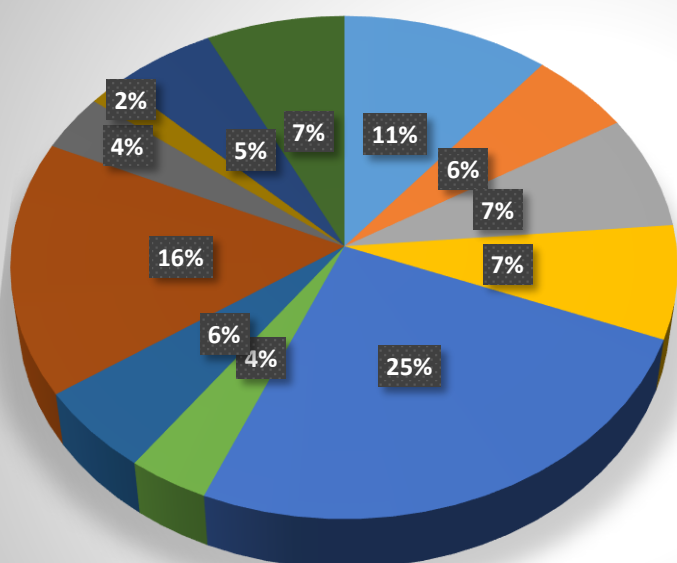
Problemas de segurança para acesso ao campus	Externo	
Contingenciamento de verbas	Externo	
Conjuntura econômica e social	Externo	
Visão negativa, por parte da sociedade, em relação ao nível de ensino do campus	Externo	
Poucas oportunidades no mercado de trabalho	Externo	
Facilidade de ingressar no ensino superior	Externo	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Falta de foco no curso, uma vez que continuam buscando ingresso em outros cursos	Individual	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Organização do seu tempo	Individual	
Falta de visão e planejamento de futuro	Individual	

Desmotivação por haver muita evasão da turma, dentro do mesmo período letivo	Individual	MOTIVAÇÃO
Falta de interesse nas disciplinas do Curso	Individual	
Desinteresse dos estudantes nas aulas teóricas	Individual	
Falta de interesse e comprometimento do estudante	Individual	





- Processo de ensino e de aprendizagem
- Desempenho escolar
- Estrutura curricular
- Escolaridade prévia
- Infraestrutura e políticas institucionais
- Mobilidade e localização geográfica
- Conhecimento sobre a área de atuação
- Conjuntura econômica e social



- Processo de ensino e de aprendizagem
- Desempenho escolar
- Estrutura curricular
- Escolaridade prévia
- Infraestrutura e políticas institucionais
- Mobilidade e localização geográfica
- Conhecimento sobre a área de atuação
- Conjuntura econômica e social
- Opção por outros cursos

Pelotas

Fatores de Evasão

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldade de aprendizagem do estudante e falta de habilidade de estudo – INDIVIDUAL;	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Adaptação à vida acadêmica – INDIVIDUAL	Individual	
Dificuldade com a área das exatas, como Cálculo e Física – INDIVIDUAL;	Individual	
Dificuldade com Química – INDIVIDUAL;	Individual	
Falta de motivação dos professores – interno;	Interno	
Dificuldade de aprendizagem nas disciplinas técnicas - INDIVIDUAL;	Individual	
Falta de participação e envolvimento do estudante nas atividades acadêmicas	Individual	

Alunos ingressaram na modalidade integrada com ensino médio concluído, objetivando realizar somente as disciplinas técnicas	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Interno	
Concentração de algumas disciplinas em determinados semestres	Interno	
As áreas do curso não são completamente atendidas, por falta de professores e laboratórios	Interno	
Impossibilidade de troca de turno, após a primeira reprovação, devido a gestão acadêmica do curso (horários, ofertas de disciplinas), que oferta o ingresso em turnos alternados em cada semestre	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	
Dificuldade em transferência interna pela diversidade das matrizes curriculares	Interno	
Horários rígidos	Interno	
Horários de início e término das aulas principalmente no turno da noite	Interno	

Qualidade da formação escolar anterior	Externo	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Dificuldades de aprendizagem/tempo afastados da escola	Individual	
Problema de abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Interno	
Dificuldades financeiras da instituição	Interno	
Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Externo	
Deslocamento até a instituição	Externo	MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
Escolha precoce da profissão, informação a respeito do curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Falta de afinidade com a área do curso	Individual	
Informação a respeito do curso	Individual	
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Valorização da profissão e reconhecimento social do Curso Técnico	Externo	
Problemas nas políticas governamentais para a Educação Profissional e Tecnológica	Externo	
Avanços tecnológicos, econômicos e sociais	Externo	
Conjuntura econômica e social	Externo	

Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior	Externo	
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	
Muita oferta de diferentes cursos na cidade de Pelotas	Externo	
Greves	Interno	
Aprovação no ENEM e ingresso na Universidade – externo;	Externo	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção - individual.	Individual	
Oferta de cursos de curta duração e com benefícios	Externo	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Mudança de emprego/rotatividade	Individual	
Entrada no mercado de trabalho	Individual	
Questões de saúde do estudante ou de familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	
Dificuldade em conciliar família e cursar ensino superior	Individual	
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO

Fatores de Retenção

Fator	Categoria	Sub-Categoria
Dificuldade de aprendizagem do estudante e falta de habilidade de estudo – INDIVIDUAL;	Individual	PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM
Adaptação à vida acadêmica – INDIVIDUAL	Individual	
Dificuldade com a área das exatas, como Cálculo e Física – INDIVIDUAL;	Individual	
Dificuldade com Química – INDIVIDUAL;	Individual	
Falta de motivação dos professores – interno;	Interno	
Dificuldade de aprendizagem nas disciplinas técnicas - INDIVIDUAL;	Individual	
Falta de participação e envolvimento do estudante nas atividades acadêmicas	Individual	

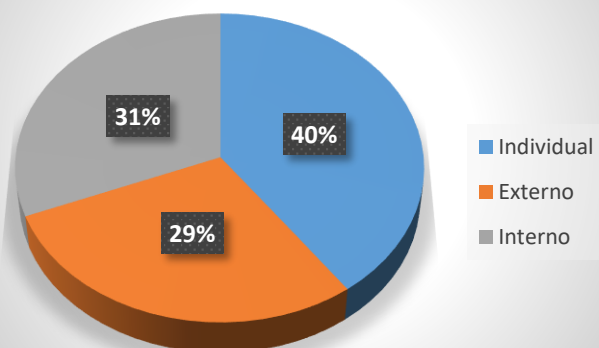
Alunos ingressaram na modalidade integrada com ensino médio concluído, objetivando realizar somente as disciplinas técnicas	Interno	ESTRUTURA CURRICULAR
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Interno	
Concentração de algumas disciplinas em determinados semestres	Interno	
As áreas do curso não são completamente atendidas, por falta de professores e laboratórios	Interno	
Impossibilidade de troca de turno, após a primeira reprovação, devido a gestão acadêmica do curso (horários, ofertas de disciplinas), que oferta o ingresso em turnos alternados em cada semestre	Interno	
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Interno	
Dificuldade em transferência interna pela diversidade das matrizes curriculares	Interno	
Horários rígidos	Interno	

Horários de início e término das aulas principalmente no turno da noite	Interno	
Qualidade da formação escolar anterior	Externo	ESCOLARIDADE PRÉVIA
Dificuldades de aprendizagem/tempo afastados da escola	Individual	
Problema de abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Interno	INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Interno	
Dificuldades financeiras da instituição	Interno	
Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Externo	
Deslocamento até a instituição	Externo	
		MOBILIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

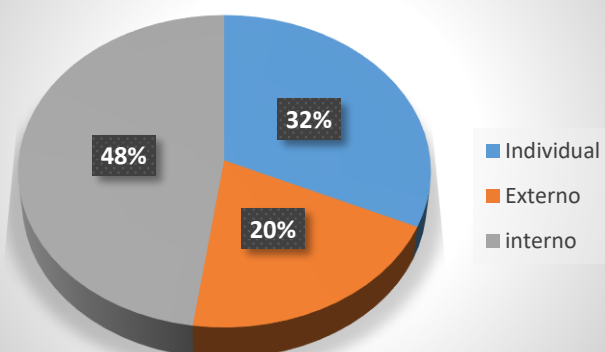
Escolha precoce da profissão, informação a respeito do curso	Individual	CONHECIMENTO SOBRE ÁREA DE ATUAÇÃO
Falta de afinidade com a área do curso	Individual	
Informação a respeito do curso	Individual	
Questões financeiras do estudante ou da família	Externo	CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL
Valorização da profissão e reconhecimento social do Curso Técnico	Externo	
Problemas nas políticas governamentais para a Educação Profissional e Tecnológica	Externo	
Avanços tecnológicos, econômicos e sociais	Externo	
Conjuntura econômica e social	Externo	
Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior	Externo	
Falta de oportunidade de trabalho para egressos do curso	Externo	
Muita oferta de diferentes cursos na cidade de Pelotas	Externo	

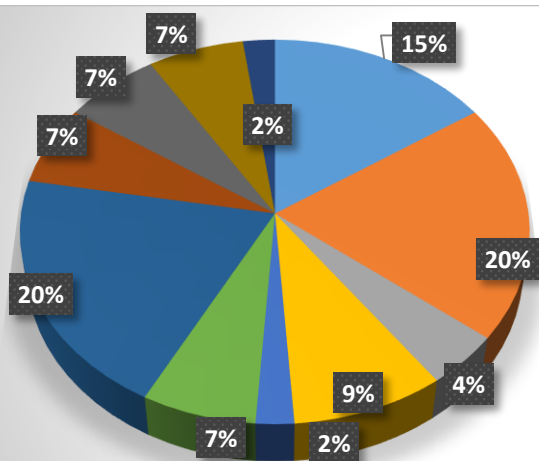
Greves	Interno	
Aprovação no ENEM e ingresso na Universidade – externo;	Externo	OPÇÃO POR OUTROS CURSOS
Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção - individual.	Individual	
Oferta de cursos de curta duração e com benefícios	Externo	
Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Individual	LIMITES RELATIVOS AO TRABALHO
Mudança de emprego/rotatividade	Individual	
Entrada no mercado de trabalho	Individual	
Questões de saúde do estudante ou de familiar	Individual	LIMITES PESSOAIS E FAMILIARES
Questões de ordem pessoal ou familiar	Individual	
Dificuldade em conciliar família e cursar ensino superior	Individual	
Encanto ou motivação com o curso escolhido	Individual	MOTIVAÇÃO

Evasão

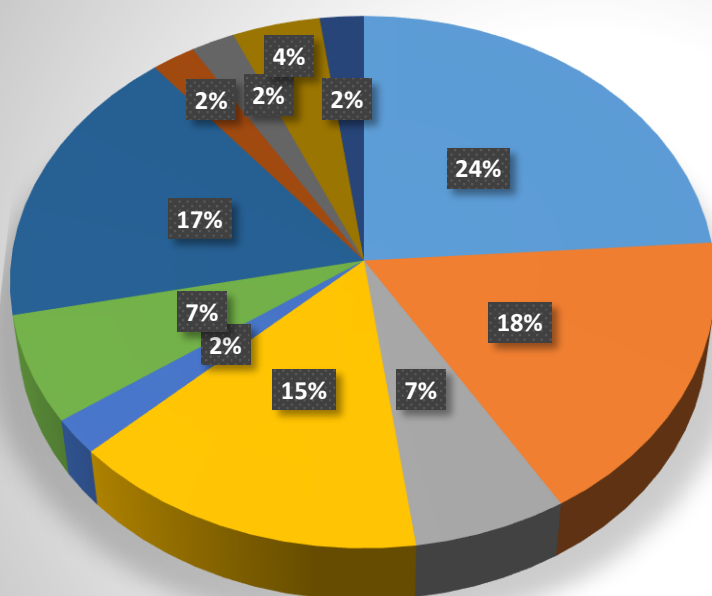


Retenção





- Processo de ensino e de aprendizagem
- Estrutura curricular
- Escolaridade prévia
- Infraestrutura e políticas institucionais
- Mobilidade e localização geográfica
- Conhecimento sobre a área de atuação



- Processo de ensino e de aprendizagem
- Estrutura curricular
- Escolaridade prévia
- Infraestrutura e políticas institucionais
- Mobilidade e localização geográfica
- Conhecimento sobre a área de atuação
- Conjuntura econômica e social
- Opção por outros cursos
- Limites relativos ao trabalho
- Limites pessoais e familiares
- Motivação

APÊNDICE E - Instrumento para Replanejamento de Ações

Campus:
Curso:
Coordenador:
Forma de oferta:
Elementos Transversais
Objetivos/PDI Objetivo 1 Planejar, desenvolver e avaliar a instituição, democraticamente, orientada pelo PDI. Objetivo 2 Fortalecer o IFSul como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico. Objetivo 3 Oportunizar oferta educativa, em toda a área de abrangência do IFSul, garantindo mecanismos de assistência ao estudante que contribuam com sua transformação social. Objetivo 4 Qualificar o gasto público por meio do contínuo aperfeiçoamento do modelo de governança (de gestão) e pelo aprimoramento dos processos institucionais. Objetivo 5 Consolidar políticas de desenvolvimento de pessoas que contribuam para a seleção, o aperfeiçoamento e a manutenção de talentos e para o aprimoramento e a avaliação das competências funcionais. Objetivo 6 Qualificar e consolidar a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão na instituição.
Princípios Metodológicos/PDI a) Indissociabilidade entre saber e fazer. b) Formação humanística e ética. c) Trabalho como princípio educativo. d) Problemática e contextualização do ensino. e) Pesquisa como elemento educativo. f) Desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe. g) Estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora. h) Interdisciplinaridade e flexibilidade curricular.
Metas / PDI (2.10 e 2.11)

Meta 2.10 – Reduzir a evasão em, no mínimo, 10% ao ano.
Meta 2.11 – Reduzir a retenção em, no mínimo, 10% ao ano.

Elementos Específicos - PEIPEE

Concepções-base sobre os fenômenos em foco

Natureza complexa e multifatorial
Circunstancialidade e contextualidade
Corresponsabilidade de gestão

Eixos de Intervenção

Eixo 1 – Ensino e Aprendizagem Escolar
Eixo 2 – Formação de Professores
Eixo 3 – Assistência Estudantil e Processos Inclusivos
Eixo 4 – Conjuntura Socioeconômica e Cultural
Eixo 5 – Processos de Gestão Educacional

Fatores	Eixos de Intervenção	Ações Estratégicas	Responsabilidade Executiva	Período de Execução
1- 2- 3- 4- 5- ...	Eixo 1 Ensino e Aprendizagem Escolar	1- 2- 3- 4- 5- ...		
	Eixo 2 Formação de Professores	1- 2- 3- 4- 5- ...		
	Eixo 3 Assistência Estudantil e Processos Inclusivos	1- 2- 3- 4- 5- ...		
	Eixo 4 Conjuntura Socioeconômica e Cultural	1- 2- 3- 4- 5- ...		
	Eixo 5 Processos de Gestão Educacional	1- 2- 3- 4- 5- ...		

ANEXOS

ANEXO A - Portarias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA N.º2138/2015

O reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Mem. IF-PROEN/Nº 232/2015, da Pró-reitoria de Ensino, em 27/08/2015,

RESOLVE

- 1) Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a **Comissão Central de Elaboração do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito do IFSul**:

Pró-reitoria de Ensino
Ricardo Pereira Costa

Departamento de Políticas Educacionais/PROEN
Patrícia Mendes Calixto

Departamento de Assistência Estudantil/PROEN
Ramão Correa

Campus Bagé
Giulia D'Ávila Vieira

Campus Camaquã
Cátia Mirela de Oliveira Barcellos

Campus Charqueadas
Lourenço de Oliveira Basso

Campus Gravataí
Antônio Carlos Correa Ribeiro

Campus Jaguarão
Daniela da Rosa Curcio

Campus Lajeado
Cláudia Redecker Schwabe

Campus Passo Fundo
Maria Carolina Fortes

Campus Pelotas

Endrigo Pino Pereira Lima

Campus Pelotas-Visconde da Graça

Amauri Costa da Costa

Campus Santana do Livramento

Roberta Folha Bermudes

Campus Sapiranga

André Capellão de Paula

Campus Sapucaia do Sul

Fábio Roberto Moraes Lemes

Campus Venâncio Aires

Fábio Lorenzi da Silva

2) Determinar que os Diretores/Chefes de Ensino deverão presidir as comissões internas dos *campi*, que serão compostas por representantes das equipes de supervisão e orientação pedagógica, assistência estudantil e psicologia, coordenadores de curso e gestores de ensino.

Pelotas, 28 de agosto de 2015.



Marcelo Bender Machado
Reitor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA N.º 3048/2015

O reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições legais;

Considerando MEMO/IF-PROEN/Nº461/2015, da Pró-reitoria de Ensino, de 01 de dezembro de 2015,

RESOLVE

1. Designar os servidores e alunos abaixo relacionados para constituírem as comissões Central e locais, responsáveis pela elaboração do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IF Sul.

Comissão Central

Ricardo Pereira Costa – Pró-reitor de Ensino – Presidente da Comissão Central
Rafael Krolow Santos Silva – Pró-reitor Adjunto de Ensino
Márcia Miller Gomes de Pinho – Departamento de Políticas Educacionais/PROEN
Ramão Corrêa – Departamento de Assistência Estudantil/PROEN
Manoel José Porto Júnior – Pró-reitoria de Extensão e Cultura
Andreia Cabral Colares Pereira – Departamento de Ações Inclusivas/PROEX
Mario Leonardo Boéssio – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/PROPESP
Giulia D'Ávila Vieira – campus Bagé
Gabriel Rockenbach de Almeida – campus Camaquã
Patrícia Mendes Calixto – campus Charqueadas
Antônio Carlos Correa Ribeiro – campus Gravataí
Daniela da Rosa Curcio – campus Avançado Jaguarão
Cláudia Redecker Schwabe – campus Lajeado
Richard Silva Martins – campus Avançado Novo Hamburgo
Maria Carolina Fortes – campus Passo Fundo
Endrigo Pino Pereira Lima – campus Pelotas
Amauri Costa da Costa – campus Pelotas-Visconde da Graça
Roberta Folha Bermudes – campus Santana do Livramento
André Capellão de Paula – campus Sapiranga
Fábio Roberto Moraes Lemes – campus Sapucaia do Sul
Fábio Lorenzi da Silva – campus Venâncio Aires

G

Comissões locais

Câmpus Bagé

Giulia D'Ávila Vieira – Presidente
Alissandra Hampel – Supervisão Pedagógica
Eugênia Squeff de Oliveira – Psicologia e Orientação Educacional
Letícia Santos da Silva – Assistência Estudantil
Tiago Wally Hartwig – Coordenação de Cursos
Fabiane Nunes Prates Camargo – Ações Inclusivas
Michele Antonia Ferreira de Oliveira – Técnicos Administrativos
Iuri Barcelos Pereira Rocha - Docentes
Leonardo Ferreira Resende - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Câmpus Gravataí

Antônio Carlos Correa Ribeiro – Presidente
Fernanda Bueno Braga – Supervisão Pedagógica
Marla Barbosa Assumpção – Assistência Estudantil
Fernando Abrahão Afonso e Hunder Everto Correa Junior - Coordenação de Cursos
Eduardo Ramos da Silva – Ações Inclusivas
Vitor de Abreu Rodrigues – Técnicos Administrativos
Cleia de Andrade Salles e Hércules Borges Rodrigues – Docentes
Bruno Scoti e Leonardo Lorenzato de Brito - Discentes
- Não há servidor lotado como psicólogo ou orientador educacional

Câmpus Camaquã

Cátia Mirela de Oliveira Barcellos - Presidente
Solange Araújo Dias Lopes -Supervisão Pedagógica
Vanessa de Araújo Marques - Psicologia e Orientação Educacional
Graziele Fagundes Rosales – Assistência Estudantil
Anderson dos Santos Ritta, Gabriel Rockenbach de Almeida, José Auri Flach, Luciano Beiestorf
Rocha, Leonardo Missiaggia - Coordenação de Cursos
Patrick Machado Kovalski – Ações Inclusivas
Luciana Fraga Hoppe – Técnicos Administrativos
Tales Emílio Costa Amorim - Docentes
Mariana Tessmann Bandeira – Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos
Antônio Marcos Pacheco Coutinho - Registros Acadêmicos

Câmpus Lajeado

Cláudia Redecker Schwabe - Presidente
Michele Roos Marchesan – Supervisão Pedagógica
Helena Miranda da Silva Araújo – Orientação Educacional
Rodrigo Biehl – Assistência Estudantil
Claire Gomes dos Santos – Coordenação de Cursos
Veranice Dalmoro – Técnicos Administrativos
Melissa Heberle - Docentes

Câmpus Pelotas-Visconde da Graça

Amauri Costa da Costa - Presidente
Elisane Ortiz de Tunes Pinto - Supervisão Pedagógica
Lourdes Helena Dummer Venzke - Orientação Educacional
Fernando Jassin Gutierrez - Assistência Estudantil
Fabiane Pereira Gentilini, Ricardo Monte Martins, Beatriz Helena Viana Castro, Maria de Fátima Magalhães Jorge, Luise Anita Wulff Al Alam, Francine Ferreira Cassana, Antônio Cardoso

G

Oliveira, Elisane Schwart, Doralice Lobato de Oliveira Fischer, Elder da Silveira Latosinski, Luís Alberto Echenique Dominguez - Francisco Marinaldo Fernandes Corllet- Coordenação de Cursos
Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho – Ações Inclusivas
Darlene Rosa da Silva, Simone Teixeira Barrios - Técnicos Administrativos
Diego Braga de Castro – Grêmio Estudantil

Câmpus Santana do Livramento

Roberta Folha Bermudes – Presidente
Vanessa de Cássia Pistóia Mariani – Supervisão Pedagógica
Patrícia Soares Khairallah – Psicologia e Orientação Educacional
Graciele Melo Dorneles – Assistência Estudantil
Alfredo Parteli Gomes, Fabrício Neitzke Ferreira, Luciana Rodrigues Nogueira – Coordenação de Cursos
Miguel Ângelo Pereira Dinis – Cursos Binacionais
Gabriela Oliveira Guerra – Técnicos Administrativos
Marcio Junglos – Docentes
- Não há servidor lotado em Ações Inclusivas, nem Grêmio Estudantil e Diretório Acadêmico

Câmpus Avançado Novo Hamburgo

Richard Silva Martins - Presidente
Angela Selau Marques, Carla Cristiane Martins Vianna - Docentes
Deloíze Lorenzet, Dulce Regina de Souza - Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional e Assistência Estudantil
Mauro Castro Martin – Técnicos Administrativos
Erivelto Bauer de Matos - Coordenação de Cursos
Cristiano Aparecido Lessa - Discente

Câmpus Passo Fundo

Maria Carolina Fortes - Presidente
Adriana Schleder - Supervisão Pedagógica
Maqueli Elizabete Piva - Psicologia e Orientação Educacional
Paula Mrus Maria - Assistência Estudantil
Alexsander Furtado Carneiro, Alessandro Fernandes Della Vecchia, Adilso Nunes de Souza
Jaqueline Pinzon – Coordenação de Cursos
Juliana Favretto – Ações Inclusivas
Maria Cristina de Siqueira Santos – Técnicos Administrativos
José Antônio Oliveira de Figueiredo - Docentes
Kélen Lutyara de Assumpção Wagner - Grêmio Estudantil
Débora Dala Maria Vizioli - Diretório Acadêmico

Câmpus Charqueadas

Lourenço de Oliveira Basso - Presidente
Ana Paula da Costa Krumel – Supervisão Pedagógica
Milene Mabilde Petracco - Psicologia
Elizinei Rodrigues Bico – Orientação Educacional
Denise Ramos Cernicchiaro – Assistência Estudantil
Calebe Michael de Oliveira Conceição, João Orlando Olle Correa, Juliano Costa Machado,
Diego da Silva Serra – Coordenadores de Curso
Iara Cecília da Rosa Ribeiro – Ações Inclusivas
Marcelo Leão Bizarro – Técnicos Administrativos
Diego Afonso da Silva Lima - Docentes
Thais Milena Freitas de Almeida, Fernando Franco da Silveira, Gabriele da Silva - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

G

Câmpus Venâncio Aires

Fábio Lorenzi da Silva - Presidente
Josi Aparecida Freitas - Supervisão Pedagógica
Daniela Skrowonski - Psicologia e Orientação Educacional
Vanessa Fontoura Fischborn - Assistência Estudantil
Fabricio Luis Haas – Coordenação de Cursos
Ana Luíza Portela Bittencourt – Ações Inclusivas
Fernanda Schwinden Dallamico Kirst – Técnicos Administrativos
Daniel Pezzi da Cunha - Docentes
Mariana Mattie - Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos.

Câmpus Sapucaia do Sul

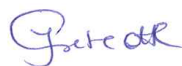
Fábio Roberto Moraes Lemes - Presidente
Patrícia Toma Eltz e Patricia Pinto Wolffenbuttel - Supervisão Pedagógica:
Henryketa Maria Rodrigues Fernandes Porto – Assistência Estudantil
Eduardo Cristiano Milke, Walter Romeu Bicca Junior, Roberto Mauricio Bokowski Sobrinho,
Maria Helena Polgati Moreira, Guilherme Reichewald Junior, Sandro Azevedo Carvalho, Roberto
Luiz Rodrigues Ferreira – Coordenação de Cursos
Roger Sauandaj Elias, Leonardo Renner Koppe, Maria de Fátima Silveira Medeiros – Ações
Inclusivas
Aline Severo da Silva – Técnicos Administrativos
Claudia Ciceri Cesa e Vanessa de Oliveira Dagostim Pires - Docentes
José Luidi do Amaral, Felipe Eduardo Drogon Cassel e Rafael Xavier - Grêmios Estudantis e
Diretórios Acadêmicos

Câmpus Sapiranga

André Capellão de Paula - Presidente
Marja Leão Braccini - Supervisão Pedagógica
Gisele Lopes Heckler - Orientação Educacional
Katusse Içara Alves – Assistência Social
Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Marcos Giovane de Quevedo Rijo, Maurício dos Santos,
Rafael Bohrer Ávila – Coordenação de Cursos
Chaianne Jirkowski – Ações Inclusivas
Diego Alessandro Pereira dos Santos – Técnicos Administrativos
Fernando Rodrigues Montes D'Oca - Docente
Wesley dos Santos - Grêmios Estudantis

Câmpus Avançado Jaguarão

Daniela da Rosa Curcio – Presidente
Aline Nunes da Cunha de Medeiros – Assistência Estudantil
Aline Campelo Blank Freitas – Coordenação de Cursos
Evandro Fernandes - Ações Inclusivas
Bruna de Oliveira Farias – Técnicos Administrativos
Rafael Barbosa Porcellis da Silva - Docentes
Cátia Simone de Cardozo Xavier – Supervisão Pedagógica
Alexandre Macedo Pereira – Orientação Educacional



Janete Otte
Vice-Reitora
Reitora em exercício

Pelotas, 03 de dezembro de 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA N.º 112/2016

O reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os Memorandos IF-PROEN/Nº 481/2015 e Nº 482/2015, da Pró-reitoria de Ensino, de 28/12/2015;

Considerando, ainda, os documentos eletrônicos da Pró-reitoria de Ensino, em 29/12/2015 e 11/01/2016,

RESOLVE

Alterar a Portaria n.º 3048/2015, de 03/12/2015, que trata da elaboração do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes, conforme os itens a seguir:

- 1) Incluir o nome dos servidores Marta Ferverza Ribeiro – Psicóloga e Pedro Eula Marques – Coordenador de Registros Acadêmicos, na Comissão Local do campus Santana do Livramento.
- 2) Substituir o nome da servidora Doralice Lobato de Oliveira Fischer pelo nome do servidor Nelson Luiz Reyes Marques, na Comissão Local do campus Pelotas-Visconde da Graça.
- 3) Alterar a função do servidor Rafael Barbosa Porcellis da Silva, de Docente para representante de Ações Inclusivas e do servidor Evandro Fernandes, de representante de Ações Inclusivas para Docente, na Comissão Local do campus Avançado Jaguarão.
- 4) Excluir o nome da servidora Maqueli Elizabete Piva, na Comissão Local do campus Passo Fundo.
- 5) Incluir o nome dos servidores Monica Knopker – Orientadora Pedagógica e Wagner Souza Saldanha – Psicólogo, na Comissão Local do campus Gravataí.
- 6) Substituir o nome do discente Leonardo Ferreira Resende pelo nome do discente Douglas Medeiros Vieira Madruga, como representante do Grêmio Estudantil e Diretório Acadêmico, na Comissão Local do campus Bagé.
- 7) Incluir o nome dos servidores Alexandre Oliveira Silva – Orientador Pedagógico; Leandra Zafalon Jaekel e Gisele Aparecida Vivan – Docentes, na Comissão Local do campus Bagé.

Marcelo Bender Machado
Reitor

Pelotas, 12 de janeiro de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA N.º 450/2016

O reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Mem.CM-DEPEX/Nº6/2016, câmpus Camaquã, em 27/01/2016,

R E S O L V E

Alterar a composição da Portaria nº 3048/2015, que constituiu a comissão responsável pela elaboração do **Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul**, como segue:

Comissão Central

Excluir: Gabriel Rockenbach de Almeida

Incluir: Marta Helena Tessmann Bandeira

Comissão do câmpus Camaquã

Excluir

Cátia Mirela de Oliveira Barcellos - Presidente

Vanessa de Araújo Marques – Psicologia e Orientação Educacional

Graziele Fagundes Rosales – Assistência Estudantil

Gabriel Rockenbach de Almeida e Leonardo Missiagia – Coordenação de Cursos

Mariana Tessmann Bandeira – Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos

Incluir

Marta Helena Tessmann Bandeira – Presidente

Manoela Wendler Fernandes – Psicologia e Orientação Educacional

Ana Paula Nedel – Assistência Estudantil

Guilherme Karsten Schirmer e Roberto Rodrigues Vieira Junior – Coordenação de Cursos

Mariana Helena Tessmann Bandeira – Grêmios estudantis e Diretórios Acadêmicos

Pelotas, 24 de fevereiro de 2016.


Alessandro de Souza Lima
Diretor Executivo da Reitoria
Reitor em exercício



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA N.º1560/2017

O reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Mem. LJ-DEPEX/Nº 22/2017, do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 07 de junho de 2017;

Considerando, ainda, documento eletrônico do campus Lajeado, de 12/06/2017,

RESOLVE

Alterar, na Portaria nº 3048/2015, de 03/12/2015, que trata da constituição de Comissões Central e Locais, responsáveis pela elaboração do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul, no campus Lajeado, conforme informação abaixo:

- 1) Incluir os nomes dos servidores:
 - Marcelo Paulo Ellwanger,
 - Meirelis Corin de Oliviera
 - Naiara Dal Molin e
 - Péricles Purper Thiele - Coordenação de Cursos
- 2) Excluir os nomes das servidoras:
 - Cláudia Redecker Schwabe
 - Melissa Heberle
- 3) Determinar alteração de função de servidora na Comissão:
 - Claire Gomes dos Santos – Presidente

Pelotas, 12 de junho de 2017.

Janete Otte
Vice-reitora
Reitora em exercício